



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**  
**DEPARTAMENTO DE DIREITO**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**MARINA BARCELOS DE OLIVEIRA**

**A RETIFICAÇÃO DO REGISTRO CIVIL DO PRENOME E DO SEXO**  
**DE PESSOAS TRANS\*: UMA ANÁLISE JURISPRUDENCIAL**

Florianópolis

2017

Marina Barcelos de Oliveira

**A RETIFICAÇÃO DO REGISTRO CIVIL DO PRENOME E DO SEXO  
DE PESSOAS TRANS\*: UMA ANÁLISE JURISPRUDENCIAL**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito à obtenção do título de Bacharela em Direito.

**Orientador: Clarindo Epaminondas de Sá Neto**

Florianópolis

2017



**Universidade Federal de Santa Catarina**  
**Centro de Ciências Jurídicas**  
**COORDENADORIA DO CURSO DE DIREITO**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO INEDITISMO DO TCC E**  
**ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA**

Aluno(a): Marina Barcelos de Oliveira

RG: 4.593.281 SSP/SC

CPF: 064.597.139-10

Matrícula: 11202669

Título do TCC: A retificação do registro civil do prenome e do sexo de pessoas trans\*: uma análise jurisprudencial

Orientador(a): Clarindo Epaminondas de Sá Neto

Eu, Marina Barcelos de Oliveira, acima qualificado(a); venho, pelo presente termo, assumir integral responsabilidade pela originalidade e conteúdo ideológico apresentado no TCC de minha autoria, acima referido

Florianópolis, 7 de julho de 2017.

Assinatura manuscrita de Marina Barcelos de Oliveira em tinta azul.

---

Marina Barcelos de Oliveira

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

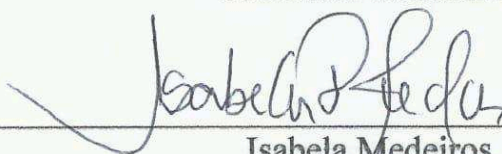
TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “A retificação do registro civil do prenome e do sexo de pessoas trans\*: uma análise jurisprudencial”, elaborado pelo(a) acadêmico(a) Marina Barcelos de Oliveira, defendido em 07/07/2017 e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 100 (Dez), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

Florianópolis, 7 de julho de 2017



Clarindo Epaminondas de Sá Neto  
Professor Orientador



Isabela Medeiros  
Membro de Banca



Luana Renostro Heinen  
Membro de Banca

## AGRADECIMENTOS

Ainda que um Trabalho de Conclusão de Curso seja, objetivamente, apenas mais uma pesquisa acadêmica; subjetivamente, ele é único porque é dotado de uma simbologia inegável do encerramento de uma etapa muito importante. Por isso, estes agradecimentos serão dedicados às pessoas que contribuíram para este estudo e, também, àquelas/es que marcaram a minha graduação em Direito, como um todo.

Antes dos/as demais, é preciso agradecer à minha mãe, Sinelma, e ao meu pai, Gilson, pois sem essas duas pessoas, essa graduação não teria sido possível. É porque eu tenho vocês, meus pilares nesse mundo, que hoje posso traçar meu destino livremente, com a segurança de saber que sempre terei para onde voltar. Estendo os agradecimentos também ao meu irmão, Lucas, e à minha irmã, Luísa, ou seja, meu núcleo familiar completo. Os caminhos que me trouxeram aqui começaram com todas/os vocês. Sinto que, de alguma forma, dentro da minha família, sempre fui um tanto *queer* ou “diferentona”: a caçula com gostos peculiares, com aquelas ideias malucas que ninguém entendia de onde vinham e uma matraca maior que o apetite de taurina. E vocês nunca impuseram barreiras à minha imaginação e às minhas loucuras (até tentaram conter a minha matraca, mas não conseguiram). Vocês me ouviram, me aceitaram e me aceitam até hoje, com todas as nossas diferenças. E isso me dá um verdadeiro orgulho (é bem essa palavra mesmo) de fazer parte dessa família.

Mas, como família tem um conceito ampliado, agradeço também ao meu *pseudo*-pai (é como eu escolhi chamá-lo, desde criança), o Rodrigo. Eu aprendi tantas, mas tantas coisas com você, que não sei poder onde começar: pela ficção científica, a fotografia, a música erudita, a música brasileira, a literatura, a filosofia... Ao que me recordo, você foi a primeira pessoa que me mostrou que ser uma pessoa curiosa, nesse mundo, não era só uma qualidade: era fundamental. Com você, nenhum tema que eu trouxesse seria desimportante, nenhuma pergunta seria ignorada e todos os dias eram repletos de aprendizados novos. Assim, agradeço especialmente porque com você aprendi, no dia-a-dia, a essência de ser pesquisadora.

E falando em ser pesquisadora, agradeço à Malu Rovaris, que além de ser a minha musa-inspiradora-acadêmica e uma referência para esta pesquisa, é também uma das minhas amigas mais especiais. Desde que nos conhecemos, todas as conversas, as cartas, os trabalhos, os encontros, sempre me acrescentaram alguma coisa. Enquanto pesquisadora, é em você que eu penso quando me indago sobre minhas práticas ético-políticas, pois foi com você que aprendi a importância dessa reflexão.

Agradeço, igualmente, à Lívia, tanto pelo quanto se dedicou a este trabalho – corrigindo todas as linhas, todas as páginas, pesquisando junto para entender do que se tratava – quanto pelos anos de amizade e companheirismo. Você me acompanhou desde o cursinho; entramos juntas na UFSC em 2011; moramos juntas na maior parte do tempo da graduação e você me mostrou que essa experiência de dividir a casa e a vida com alguém poderia ser incrível, muito melhor do que eu esperava. Você esteve do meu lado em todas as minhas fases e me deu apoio em todas as empreitadas – no amor, na casa, nas dúvidas, nos estudos, no intercâmbio e, finalmente, neste trabalho. Por isso tudo, minha gratidão é enorme. Quero a sua amizade para sempre em minha vida. Não importa quantos anos nós tenhamos, uma cena vai sempre se repetir: nós, a mesa do café e as conversas infinitas (e dobrar a ponta da toalha).

Agradeço também à Xu, ao Léo, que também já moraram comigo e me acompanham há anos nessa vida. Vocês são meu porto-seguro. A amizade de vocês é uma certeza. Sou grata pelo companheirismo de vocês. Sou grata à Xu pelos aprendizados acadêmicos, pelas piras, pelo caminho da espiritualidade, pelo Foucault; ao Leo, por todas as visitas inesperadas que sempre alegram a minha vida, por te me apresentado à Pinheira e pela ajuda que foi fundamental também naquela época do vestibular.

Agradeço ao João, que também faz parte das pessoas com quem tive o prazer de dividir o dia-a-dia; que ajudou com as traduções deste trabalho; que antes da graduação era meu primo e depois da graduação, se tornou um dos meus melhores amigos também.

Agradeço à Babs, à Nathi e à Gili: minhas amigas cientistas sociais que também são referências acadêmicas para mim. As nossas trocas sempre foram profundas e me fizeram alcançar novas percepções na vida e na pesquisa. E quando a cabeça pesava demais, o carinho que vocês sempre me deram me ajudava a continuar seguindo em frente. Obrigada, a cada uma de vocês, individualmente; e também, por tudo que compartilhamos.

Agradeço à Jéssica, à Lícia e à Paula, minhas companheiras do intercâmbio e de aventuras pela Europa. Foi muito importante poder dividir um momento da vida tão especial com vocês. Vocês me acrescentaram tanto naquela época e me acrescentam até hoje. Especialmente, vocês me abriram os olhos em relação a outras possibilidades dentro do Direito e, posso dizer que, se eu fiquei neste curso até o fim, também foi graças à vocês. O mais curioso da nossa amizade é que quando nos conhecemos estávamos sempre juntas; depois, aprendemos a reconstruir nossas relações e mantermos nossos laços mesmo à distância. Hoje, contamos já três anos desde o fatídico momento que nos unimos em Toulouse, mas as memórias de tudo que vivemos serão claras na minha memória para sempre.

Agradeço ao Programa de Educação Tutorial (PET) em Direito da UFSC: certamente, a experiência que mais me acrescentou em toda a graduação. Quando entrei para o Programa estava cheia de incertezas: será que eu tinha ingressado tarde mais? Será que eu ia conseguir acompanhar? Será que eu sabia o suficiente sobre ensino, pesquisa e extensão para estar ocupando aquele lugar? Mas eu fui muito bem recebida, logo consegui me inserir naquele grupo e aproveitar ao máximo o que aquele espaço podia proporcionar. E saio de lá um milhão de vezes melhor do que entrei. Aprendi tanto, sobre tantas coisas, que não conseguiria citar aqui. Tenho orgulho do PET-Direito e sei que os vínculos que as/os petianas/os fazem, não se desfazem.

Gostaria de agradecer à algumas pessoas do PET, em especial: à Priscilla, pelo companheirismo, pelas práticas políticas, por ser um modelo de petiana para mim e pela experiência compartilhada de viver o fim da graduação; ao Contini, pelas correções e participação neste trabalho, pelas trocas, pela bancada pós-moderna-mística e pelo *tarot*; ao Charles, por toda a dedicação ao programa e, especialmente, pela ajuda que meu deu no último semestre da graduação, sem a qual este trabalho poderia ter sido enormemente prejudicado; à Malu, pelos papos, que começavam despretensiosos e duravam mais do que a gente imaginava, e pela sintonia inexplicável; à Bruna Bernhardt, pelo que vivemos em Salvador, pelas trocas sobre estudos de gênero e pelas dicas de leitura sempre tão boas; ao William, também pela dedicação ao Programa e por ter sido uma pessoa essencial em épocas de resistência ao Estado de Exceção e aos golpes que vinham por todos os lados. Às demais companheiras e aos demais companheiros do PET, que me antecederam e que me sucederam também, pois todas/os foram fundamentais: Ana Carolina, Ana Maria, Bruna Costa, Carolina, Clara, Fernanda, Flávio, Ítalo, Laura, Rodrigo (Chape), Rafael (Celeste).

Agradeço, também, à Professora Jeanine Nicolazzi Philippi, pelos ensinamentos em Teoria do Direito e em Filosofia, pelas possibilidades que me trouxe a partir dos/as diversos/as autores/as e reflexões que os/as correlacionavam; pelos anos em que foi Tutora do PET-Direito e pelo excelente trabalho que realizava com o grupo; por ser um ícone de resistência dentro do Centro de Ciências Jurídicas da UFSC. Igualmente, agradeço à Professora Vera Regina Pereira Andrade, pelas maravilhosas aulas de Criminologia; por ter me apresentado à extensão universitária através do projeto Universidade Sem Muros; pelos grupos de estudo; por sempre estimular suas alunas a pensarem criticamente e alinhar os estudos às práticas políticas e cotidianas. Essas duas professoras foram as melhores que tive ao longo da graduação e serão para sempre minhas fontes de inspiração em nível de ensino, pesquisa e extensão universitária.

Agradeço à Professora Luana Renostro Heinen, pelas aulas de Filosofia do Direito; pelas trocas que sempre me acrescentaram; por ter tido a paciência de sentar comigo e conversar sobre leituras, pesquisas e projetos, desde que eu estava no início do curso (por volta da quarta fase, engatinhando nas leituras do Foucault) até o final (com esta pesquisa); pela pré-orientação, quando este Trabalho de Conclusão de Curso era ainda só um projeto; por ter levado a sério as discussões metodológicas; e, finalmente, por ter aceitado participar da Banca de Avaliação.

Agradeço à Professora Isabela Medeiros, igualmente, por ter aceitado o convite para participar da Banca de Avaliação, e também, por sua atuação exemplar na advocacia, em prol das pessoas trans\* e de outras pessoas em situações de vulnerabilidade.

Agradeço ao Professor Clarindo Epaminondas de Sá Neto, por ter aceitado me orientar nesta pesquisa, mesmo sem me conhecer antes; por ter sido completamente aberto ao que eu estivesse disposta a construir dela; pelas produções acadêmicas que muito contribuíram para a confecção deste trabalho também.

Agradeço à Júlia Padova, minha dupla-dinâmica no último ano de EMAJ, pelas conversas e pela parceria de trabalho; pelo cuidado com as/os assistidas/os; pela ética que me inspira; porque foi tudo tão rápido e logo você se tornou uma amiga muito especial para mim.

Agradeço a algumas pessoas da minha turma de caloura que foram companheiras/os essenciais naquela época: Ariane, Jaqueline, João Daniel e Icaroti.

Agradeço ao João Krieger, pelas dicas e trocas das angústias da vida acadêmica; pelos encontros que, ainda que breves, sempre foram tão bons.

Agradeço ao Lucas Censi, que teve a disposição de conversar comigo sobre o tema diversas vezes ao longo da elaboração da pesquisa e contribuiu me apontando alguns caminhos.

Agradeço à Paula Castro que, mesmo de longe, me ajudou a recuperar alguns arquivos que eu havia perdido num momento crucial da pesquisa.

Finalmente, agradeço à Mari: por ter sido a pessoa que mais participou desta pesquisa, desde o início; por ter sido parte do processo criativo e estar sempre disposta a conversar sobre; por ter feito absolutamente tudo o que era possível para me ajudar ao longo desse etapa; por ter sido o apoio mais fundamental ao longo da graduação; por tornar a minha vida mais leve e mais feliz todos os dias; por ser a melhor companhia que eu poderia ter; pelas viagens, jantares, presentes e todos os mimos; por sempre cuidar de mim, e também, pelo cuidado que tem com a nossa relação; pelo o que construímos juntas; pela nosso ritual do fim do dia, de papear e se amar; por acreditar em mim, algumas vezes mais do que eu mesma; por confiar em mim sem questionar nada; por dividir tudo e mais um pouco comigo; por ter me apresentado ao amor mais cúmplice que eu já conheci.



## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo verificar a possibilidade (ou não) de alteração do prenome e do sexo que constam no registro civil de pessoas trans\*, à luz do ordenamento jurídico brasileiro e da jurisprudência deste mesmo país, uma vez que não há lei específica que discorra sobre o tema. Este estudo monográfico utiliza-se do método indutivo, a partir do resultado de pesquisa bibliográfica e documental, e do método da Teorização Fundamentada nos Dados (Grounded Theory) para analisar as jurisprudências brasileiras. O termo trans\*, aqui, é utilizado como um termo “guarda-chuva” para designar qualquer pessoa que, de alguma forma, não se identifique com o sexo (feminino ou masculino) que lhe foi atribuído ao nascimento – por exemplo, transexuais, transgêneros, travestis, intersexuais, não-binários, entre outras possibilidades. O trajeto que se percorrerá inicia, portanto, com a conceituação das identidades trans\* e de alguns outros termos que circunscrevem a este (por exemplo, sexo, gênero, sexualidade, etc.), especialmente pelo viés teórico dos estudos de gênero, das Teorias Feministas e da Teoria Queer, sem deixar de problematizar essas limitações conceituais. Aborda-se também os conceitos de cisgeneridade e cisheteronormatividade; (des)patologização das identidades trans\*; direito à realização do processo transexualizador e direito à autodeterminação de identidade de gênero, conforme os Princípios de Yogyakarta. Em seguida, apontam-se alguns aspectos do Código Civil Brasileiro acerca dos direitos da personalidade que apresentam conflitos com os direitos das pessoas trans\* – quais sejam, o direito à disposição do próprio corpo e o direito ao nome. Também serão indicados outros marcos legislativos relacionados com o tema, como a Lei nº 6.015/73 – Lei dos Registros Públicos, que determina as normas do registro civil e prevê as possibilidades (ou não) de alterá-lo. Posteriormente, serão apresentados os Projetos de Lei que versam sobre registro civil e/ou identidades de gênero e que aguardam aprovação no Poder Legislativo. Ao fim, serão analisadas algumas jurisprudências acerca do tema – acórdãos oriundos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, de demais Tribunais estaduais, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. Constatou-se que, diante da ausência de lei específica, o arbítrio que rege a possibilidade (ou não) de retificação do registro civil de pessoas trans\* recai inteiramente à jurisprudência. Ademais, uma vez que as decisões analisadas apresentam resultados distintos entre si, aponta-se uma situação de insegurança jurídica.

**Palavras-chave:** *registros públicos; registro civil; nome; sexo; gênero; transexualidade; trans; jurisprudência.*

## ABSTRACT

This work aims at verifying the possibility of altering the name and the sex sustained in trans\* people's birth certificate, under the Brazilian juridical order and case law, since there is no specific law about this subject. This monographic study makes use of the inductive method, from the results of bibliographical and documental research, and The Grounded Theory to analyze the Brazilian jurisprudence. The trans\* term is here utilized as an umbrella term to designate any person that, in any way, doesn't identify itself with the sex (female or male) attributed at birth – for example, transsexual, transgender, transvestite, intersex, non-binaries, among other possibilities. The path we will follow starts, therefore, with the conception of trans\* identities and some other terms that circumscribe that one (for example, sex, gender, sexuality, and so on), especially by theoretical ideas from Gender Studies, Feminist Theories and Queer Theory, without letting aside the discussion of these theoretical limitations. We also address the cisgender and cisheteronormativity; (un)pathologizing trans\* identities; the right to the transsexualizing process and the right to gender identity self-determination, according to The Yogyakarta's Principles. Following, we point out some aspects of the Brazilian Civil Code regarding the personality's rights that present conflicts with trans\* people's rights – namely, the right of disposal of your own body and the right to a proper name. We will also indicate other legislative landmarks related to the theme, as the Act n. 6.015/73 – Public Registries' Act, that determines the public registries' rules and foresees the possibilities (or not) of altering it. Afterward, we will present the Bills regarding birth certificates and/or gender identities that are pending approval under the Legislative Branch. In the end, we will analyze some case laws concerning the theme – judgments from Santa Catarina's Justice Court, from other states' Justice Courts, from the Superior Justice Court and from the Supreme Court. We noticed that, in the absence of specific law, the discretion about altering (or not) trans\* people's birth certificates lies totally under the jurisprudence. In addition, the analyzed judgments present distinctive results between themselves, pointing to a situation of legal uncertainty.

**Keywords:** *public registries; birth certificates; name; sex; gender; transsexuality; trans; case law.*

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

CFM – Conselho Federal de Medicina

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CID – Código Internacional de Doenças

CRS – Cirurgia de Redesignação Sexual

DSM – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

LGBT – Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis

PL – Projeto de Lei

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

SUS – Sistema Único de Saúde

TJ-MG – Tribunal de Justiça de Minas Gerais

TJ-RS – Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

TJ-SC – Tribunal de Justiça de Santa Catarina

TJ-SP – Tribunal de Justiça de São Paulo

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|  |    |
|--|----|
| Figura 1: “volver” (Laerte Coutinho) .....       | 24 |
| Figura 2: “elixir” (Laerte Coutinho) .....       | 30 |
| Figura 3: “nisso” (Laerte Coutinho) .....        | 32 |
| Figura 4: “às vezes” (Laerte Coutinho) .....     | 38 |
| Figura 5: “quem é você?” (Laerte Coutinho) ..... | 42 |
| Figura 6: “portas” (Laerte Coutinho).....        | 87 |

## SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>14</b>  |
| <b>1. AS MÚLTIPLAS DEFINIÇÕES DAS EXPERIÊNCIAS TRANS*.....</b>                           | <b>24</b>  |
| 1.1 Sobre <i>cisgeneridade</i> e <i>cisheteronormatividade</i> .....                     | 29         |
| 1.2 A patologização da transexualidade.....  | 32         |
| 1.3 Movimentos pela despatologização das identidades trans* .....                        | 38         |
| 1.4 Sobre autodeterminação das identidades de gênero.....                                | 42         |
| <b>2. O REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, O NOME E O SEXO .....</b>                   | <b>46</b>  |
| 2.1 A disciplina jurídica dos direitos da personalidade no Código Civil.....             | 48         |
| 2.1.1 <i>Direito à disposição do próprio corpo</i> .....                                 | 49         |
| 2.1.2 <i>Direito ao nome</i> .....   | 54         |
| 2.2 A Lei de Registros Públicos.....   | 57         |
| 2.3 A ação de retificação de registro civil de pessoas trans* .....                      | 60         |
| 2.4 Projetos de Lei atuais que versam sobre registro civil e/ou identidades de gênero .. | 65         |
| <b>3. DECISÕES DO PODER JUDICIÁRIO EM ANÁLISE .....</b>                                  | <b>71</b>  |
| 3.1 Acórdãos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.....                               | 74         |
| 3.2 Acórdãos de Demais Tribunais Estaduais.....  | 91         |
| 3.3 Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal – STJ e STF.....             | 98         |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>110</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>117</b> |
| <b>GLOSSÁRIO .....</b>   | <b>123</b> |

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho discorre sobre a possibilidade (ou não) de alteração do prenome e do sexo que constam no registro civil de pessoas trans\*, à luz do ordenamento jurídico brasileiro. O termo trans\*, aqui, é utilizado como um termo “guarda-chuva” para designar qualquer pessoa que, de alguma forma, não se identifique com o sexo (feminino ou masculino) que lhe foi atribuído ao nascimento – por exemplo, pessoas transexuais, transgêneros, travestis, intersexuais, não-binárias, entre outras. Eventuais dúvidas terminológicas podem ser sanadas com uma consulta ao glossário, disponível nas últimas páginas deste estudo. Todavia, os conceitos lá apresentados não se encerram em si e devem servir apenas como guia inicial para uma compreensão básica do tema discutido ao longo desta monografia.

Para justificar o que despertou meu interesse por esta pesquisa e como cheguei a este tema, peço, destarte, a escusa à metodologia científica “tradicional”, neutra e isenta, para fazer uso literário da primeira pessoa do singular, a fim de narrar alguns *acontecimentos*<sup>1</sup> que me ocorreram e me levaram até a realização deste texto. Para isso, proponho, de antemão, uma pequena reflexão sobre o papel do/a autor/a enquanto sujeito que se coloca na terceira pessoa, ou seja, enquanto alguém que está fora daquilo que pretende discorrer sobre.

Como nos remonta Foucault, é sempre importante refletirmos sobre quais elementos compõem os discursos que nos são apresentados. A arqueologia foucaultiana coloca à parte as noções com as quais tradicionalmente se escreveu a história das ciências, do conhecimento, a história da literatura e da filosofia; especialmente, as categorias de *obra*, *livro*, e *autor*. Quanto a esta última, para além das questões metodológicas da arqueologia, a crítica à noção de autor forma parte da crítica geral à noção de sujeito.

Em sua fala durante uma conferência na Sociedade Francesa de Filosofia, em 1969, intitulada “O que é um autor?”, Foucault nos recorda que nas sociedades modernas, “o sujeito que escreve despista todos os signos de sua individualidade particular; a marca do escritor não é mais do que a singularidade de sua ausência; é preciso que ele faça o papel do morto no jogo da escrita” (FOUCAULT, 2011, p.269). No entanto, quando Foucault disse isso, ele não desejou aniquilar o sujeito das Ciências Humanas, mas sim retirá-lo do papel central da ordem dos discursos, do caráter de fundamento originário, e colocá-lo como uma construção instituída, ele

---

<sup>1</sup> Em sua dissertação, M. L. R. Cidade discorre sobre os “acontecimentos” numa perspectiva foucaultiana, definindo-os a partir da *Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 2009), como: “momentos, contextos, elementos, ações que produzem certos redirecionamentos políticos, sociais, subjetivos do curso da história. Acontecimento é algo que assinala diferentes formas e circulações de saberes e relações de poder, ao marcar rupturas. Acontecimentos que, quando emergem, colocam em análise instituições e relações concebidas como naturalizadas” (CIDADE, 2016 *apud* BICALHO, 2005).

próprio, pelos vários discursos que o compõem. O autor é, portanto, um “instaurador de *discursividades*” (FOUCAULT, 2011, p.269), e pode se fragmentar em vários outros/as autores/as ao longo de suas guinadas intelectuais.

Se o saber, o conhecimento e a Ciência foram produzidos, na modernidade ocidental, a partir de objetivações neutras, de análises feitas por sujeitos imparciais-quase-inexistentes, as Teorias Feministas, por outro lado, orientam pelo caminho avesso. Assim como na crítica foucaultiana à função do autor, as epistemologias feministas apontam que para compreender o jogo de força dos discursos e não se deixar capturar por ele, é preciso posicionar-se. Os “saberes localizados” (HARAWAY, 2009), ou posicionados, são aqueles que deixam claras suas origens, seus pontos de partida, os discursos que o/a perpassam, que propõem um diálogo franco e aberto. Sustenta-se, portanto, que um/a autor/a deve ter e apresentar a concepção de que ele/a próprio/a é objetivado/a por aquilo que pretende objetivar. Nesse sentido, Donna Haraway (1995) é a favor do posicionamento do local de fala:

**“Assim, como muitas outras feministas, quero argumentar a favor de uma doutrina e de uma prática da objetividade que privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver.” [...]** “Posicionar-se é, portanto, a prática chave, base do conhecimento organizado em torno das imagens da visão, é como se organiza boa parte do discurso científico e filosófico ocidental. **Posicionar-se implica em responsabilidade por nossas práticas capacitadoras.** Em consequência, a política e a ética são a base das lutas pela contestação a respeito do que pode ter vigência como conhecimento racional. Admita-se ou não, a política e a ética são a base das lutas a respeito de projetos de conhecimento nas ciências exatas, naturais, sociais e humanas. De outro modo, a racionalidade é simplesmente impossível, uma ilusão de ótica projetada de maneira abrangente a partir de lugar nenhum” (HARAWAY, 1995, p.24-28, **grifos nossos**).

Assim sendo, apresento uma breve narrativa dos acontecimentos que me trouxeram até o momento da escrita desta introdução pois acredito que é preciso transparência na produção dos saberes localizados. O que apresento não são fatos soltos e desconexos, mas são os próprios passos que me fizeram chegar a esta pesquisa antes mesmo de eu saber que ela se tornaria uma. E este caminho foi marcado por diversas pessoas, diferentes espaços e muitas trocas acadêmicas. Portanto, busco elucidar como as questões trans\* me tocaram, uma vez que sou uma mulher cisgênera (branca, de classe média-alta e bissexual) e que minha história é provavelmente muito diferente da história de algumas dessas pessoas que pretendo, neste estudo, objetivar.

Então, seguindo as instruções de Haraway (1995), busco levar em conta a agência dos “objetos” deste estudo e apresentá-los/as, na medida do possível, porém, sem escapar

completamente da metodologia ao qual este trabalho se propõe. Porque a crítica à objetividade não implica em reducionismo, mas significa que “as feministas têm que insistir numa explicação melhor do mundo; não basta mostrar a contingência histórica radical e os modos de construção de tudo” (HARAWAY, 1995, p. 15).

O que proponho, portanto, sabendo que é impossível explicar o mundo em si, é, ao menos, explicar de onde vem o conhecimento que sintetizo neste trabalho e quais são os discursos que pretendo ecoar. Pois quando, neste estudo, se fala em “demandas da população trans\*”, é preciso que se saiba que eu não faço parte desta população, mas que tive contato direto com esta através de algumas atividades de extensão ao longo da vida acadêmica, de alguns diálogos entre amigos, de espaços de resistências em diferentes cidades e que me permitiram compreender, ao menos um pouco, quais demandas são estas.

Reconheço que produzir um trabalho acadêmico que busca criticar as formas de produção do conhecimento, colocar hegemonias e normas em análise e questionar o funcionamento do Poder Judiciário, sendo uma mulher cisgênera e uma jurista, pode parecer incoerente. Todavia, esta é a própria tática epistemológica proposta pelo feminismo crítico, como orienta Donna Haraway: “precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro” (HARAWAY, 1995, p. 16).

Passo, enfim, à narrativa. O início dessa trajetória se dá em 2012, no meu segundo semestre enquanto estudante de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), quando cursei uma disciplina externa ao Direito, ofertada ao curso de graduação em Psicologia, chamada “Gênero, Corpos e Sexualidade” e, à época, ministrada pela Professora Juracy Tonelli (Jura). De lá vieram os meus primeiros contatos com as teorias e epistemologias feministas, com os corpos não-conformes, a intersexualidade, os estudos *queer*, entre tantos outros elementos que hoje me compõem. As intersecções entre o Direito e aqueles temas eram muitas e, assim, os possíveis caminhos de pesquisa foram ampliados.

Primeiramente, me voltei ao estudos feministas sobre violência doméstica e/ou contra a mulher e também sobre a Lei Maria da Penha. Então, no semestre seguinte, o terceiro no curso de Direito, movida pela disciplina de Criminologia ministrada pela professora Vera Andrade, me aproximei da criminologia feminista, ampliando ainda mais o estudo sobre teorias feministas e, assim, obtive novas ferramentas para analisar as leis penais. Foi graças à Criminologia também que cheguei ao Foucault – e nunca mais o abandonei. Ao mesmo tempo que os estudos de gênero e da criminologia me acompanhavam, as reflexões que Foucault



proporcionava acerca da *norma* e do exercido do poder através da *biopolítica* começavam a me atravessar também.

Embora todos esses campos e objetos de estudos fizessem sentido para mim, o Direito Civil não fazia tanto. E num curso cujo currículo dispõe de sete disciplinas de dogmática do Direito Civil e quatro disciplinas de dogmática do Processo Civil, esse foi um grande desafio. Por sorte, estudei toda a Parte Geral do Direito Civil com o Professor André Oliveira e a Professora Leilane da Rosa, que foram pacientes com as minhas limitações e conseguiram fazer com que eu absorvesse conhecimentos que estiverem presentes até o momento da elaboração desta monografia, ainda que naquela época eu não tivesse a menor ideia de que aquele conhecimento me seria tão útil um dia.

A questão de retificação do registro civil de pessoas trans\*, em si, só chegou a mim algum tempo depois, graças à minha grande amiga, psicóloga e pesquisadora Maria Luiza Rovaris Cidade (Malu), cuja dissertação também discorre sobre esse tema e foi de essencial importância para este trabalho. Lembro das primeiras conversas que tivemos, em meados de 2013, em que ela me orientou a olhar as resoluções do Conselho Federal de Medicina (CFM) sobre transexualidade e ver como o Direito se apropriava daquilo, especialmente nos discursos jurisprudenciais. A decisão de pesquisar sobre isso também não se deu exatamente naquele momento, mas foi um acontecimento que marcou um ponto de origem. Desde aquele dia, quanto mais eu me aprofundava nas teorias de gênero, maior era meu interesse pelas questões trans\*. E quanto mais eu me aproximava das demandas daquela população específica, mais eu percebia a necessidade de interlocução com o campo do Direito.

Com o propósito de expandir ainda mais os horizontes acadêmicos, participei do *II Seminário Internacional Desfazendo Gênero*, em Salvador, em 2015, e foi uma experiência muito marcante. Lá pude conhecer, ouvir e trocar com muitas mulheres – acadêmicas e/ou militantes – que articulavam feminismos em suas práticas e que serviram de fonte de inspiração direta para a confecção deste trabalho, como, por exemplo, Indianara Siqueira e Heloísa Melino. Destacam-se também as autoras Berenice Bento e Judith Butler, que também participaram deste evento e, por consequência, foram citadas nesta pesquisa. No mesmo ano de 2015, enquanto bolsista do Programa de Educação Tutorial em Direito (PET-Direito) da UFSC, fui uma das organizadoras do *Seminário Direito e Ideologia* e mediadora responsável pela mesa de palestras e discussões sobre Gênero e Ideologia, onde foram discutidos temas como o feminismo negro, o feminismo trans\*, algumas outras teorias de gênero e as ideologias que buscam combater os estudos de gênero.

No entanto, a certeza de que esse era o tema que eu queria que fosse abordado na minha pesquisa de conclusão de curso só se deu durante minha participação em um *Curso sobre Saúde da População Trans\** realizado em Porto Alegre, em 2016. O curso foi promovido pelo Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero, Diversidade Sexual e Raça (CRDH), que faz parte do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Durante o evento, fiquei especialmente tocada com a fala e a participação do G8-*Generalizando*, que é um grupo de pesquisa e trabalho integrante do Serviço de Acessoria Jurídica Universitária (SAJU) da UFRGS. Esse grupo se dedica, entre outras atividades, à acolher juridicamente a população LGBT\*. Nessa oportunidade, descobri que o G8-SAJU realizou, no ano de 2016, um *ato-político* que me despertou interesse: foram protocoladas, perante o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ/RS) e em massa,<sup>2</sup> diversas ações de solicitação de retificação do registro civil de pessoas trans\*, todas no dia 29 de janeiro, o Dia da Visibilidade Trans\*. Algumas dessas petições iniciais foram levadas pelas próprias pessoas trans\* requerentes, fisicamente, até a área de protocolo do TJ/RS. O objetivo, com este gesto, era demonstrar a autonomia dessas pessoas, promover suas cidadanias e mostrar que elas existem e que suas demandas são reais. O resultado desse ato foi que todos os pleitos foram atendidos e obtiveram sentenças favoráveis de procedência.

Diante daqueles fatos, me pareceu que a Justiça gaúcha já estava muito mais propensa a atender as demandas daquela população e surgiu a questão: como será que Santa Catarina e que os demais estados do país veem e julgam casos como esse? Logo nas primeiras consultas à jurisprudência os caminhos da pesquisa foram se abrindo: a falta de legislação específica sobre o assunto havia criado uma lacuna jurídica que a jurisprudência preenchia com argumentos díspares; magistradas/os propagavam entendimentos divergentes entre si; a insegurança jurídica se fazia evidente.

Uma coisa foi levando à outra. A pesquisa jurisprudencial levou à consulta das doutrinas civilista, aos poucos, fui percebendo que esse tema – a alteração do registro civil das pessoas trans\* – não só era de suma importância, como também ainda não havia sido suficientemente abordado na área do Direito, além de ser um “prato cheio” para unir tudo aquilo que eu vinha estudando e elaborando criticamente: as imposições normativas de gênero; a

---

<sup>2</sup> Ao que se tem registro, o SAJU-UFRGS já realiza as práticas de protocolamento em massa desde 2013 e essa proposta já foi acompanhada em outros estados também. Ver mais informações na notícia “Travestis e transexuais protocolam em mutirão ações para retificação de registro civil”, disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/travestis-e-transexuais-protocolam-em-mutirao-acoes-para-retificacao-de-registro-civil/>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

patologização da vida; os limites dos acessos aos direitos fundamentais e aos direitos humanos; a judicialização da política; o biopoder e o feminismo interseccional – tudo estava contemplado.

Evidentemente, não foi possível inserir todos esses elementos de forma detalhada neste trabalho, até porque uma monografia se propõe a ser mais sintética do que isto. Assim, a pergunta que este trabalho busca responder é: de que maneira decide o Poder Judiciário brasileiro diante das demandas de retificação de registro civil de prenome e de sexo propostas por pessoas trans\*? A partir de uma observação preliminar das jurisprudências pátrias, o que se evidenciava era um caminho incerto e uma situação de insegurança jurídica, pois diante das mesmas demandas haviam respostas completamente diferentes.

Além disso, os acórdãos observados preliminarmente já apontavam que o tema era marcado por um verdadeiro campo de batalha teórico-jurídico, um debate entre conceitos, princípios, teorias e ideologias. O evidente jogo de forças do poder que se travava nas discussões presentes nos acórdãos levou à escolha de que este trabalho se pautaria tanto no marco teórico da *biopolítica*<sup>3</sup> de Foucault quanto nas premissas ético-políticas indicadas pelo *transfeminismo*<sup>4</sup> – a partir do estudo de algumas autoras como Emi Koyama (2001), Hailey Kaas (2015), Jaqueline Gomes de Jesus (2014) e Viviane Vergueiro (2015).

Assim sendo, esta pesquisa monográfica utiliza-se do método indutivo<sup>5</sup>, a partir do resultado de pesquisa bibliográfica, documental e jurisprudencial. No entanto, para realizar a observação dos dados (quais sejam, as jurisprudências) adotou-se o método da Teorização Fundamentada nos Dados – TFD <sup>6</sup>(GLASER e STRAUSS, 1967; LAPERRIÈRE, 2008), também conhecida, em inglês, como *Grounded Theory*. Este método foi incorporado mais

---

<sup>3</sup> Foucault demonstra que o poder, a partir do século XVII, organizou-se em torno à vida, sob duas formas principais: por um lado, a forma das *disciplinas*, que têm por objeto o corpo-individual; por outro lado, a forma da *biopolítica*, que tem por objeto a população, do corpo-espécie, e seus processos biológicos inerentes (nascimento, mortalidade, saúde, duração da vida).

<sup>4</sup> O *Manifesto Transfeminista*, proposto por Emi Koyama, apresenta algumas das premissas base do transfeminismo. A citar algumas delas: “Em primeiro lugar, cremos que cada indivíduo tem o direito de definir a sua própria identidade (de gênero) e esperar que a sociedade a respeite. Tal inclui também o direito de expressar o gênero sem medo de discriminação ou violência. Em segundo lugar, consideramos que temos o direito exclusivo de tomar decisões a respeito dos nossos próprios corpos e que nenhuma autoridade política, médica ou religiosa poderá violar a integridade destes contra a nossa vontade ou subverter as nossas decisões sobre o que fazer com eles.” (KOYAMA, 2001, pg. 2)

<sup>5</sup> Para elaboração desta monografia, foi utilizada a obra de metodologia científica: MONTEIRO, C. S.; MEZZAROBÀ, O. *Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito*. 2ª ed. Editora Saraiva. 2005.

<sup>6</sup> A Teorização Fundamentada nos Dados – TFD (Grounded Theory) foi apresentada por Glaser & Strauss (1967) como uma metodologia de pesquisa que permite elaborar conhecimentos teóricos a partir da observação dos dados. De certa forma, ela constitui tanto um modelo de construção da teoria sociológica quanto um procedimento de análise de materiais empíricos, o qual considera a relação que pode – e deve – existir entre a teoria, o método e os dados empíricos. A TFD possibilita produzir, no decorrer da própria pesquisa, uma formulação teórica a partir dos dados, isto é, emergindo da observação e enraizada na realidade empírica (CAPPI, 2014, p.12-13). Todavia, como o objetivo de uma monografia não é a elaboração de uma tese própria e muito mais a de discorrer, criticamente, acerca de um tema que é embasado em dados empíricos.

tardiamente, quando a pesquisa já havia se iniciado aos moldes da metodologia indutiva. Porém, como a TFD se “constitui de uma metodologia de cunho prevalentemente indutivo” (CAPPI, 2014, p.13), foi possível inseri-la e utilizar-se dos seus preceitos na etapa da análise dos dados.

Ademais, este trabalho apresenta, além do texto da pesquisa em si, alguns “elementos de sensibilização”. Tratam-se de citações e certas tirinhas da cartunista Laerte Coutinho. Essas citações até poderiam constar em uma epígrafe, mas foram colocadas propositalmente antes de cada capítulo pois se relacionam com o que está sendo dito em cada um deles. As tirinhas da Laerte se relacionam e foram colocadas dentro de cada subcapítulo do primeiro capítulo, além de uma última, que se encontra ao fim, junto às análises de jurisprudências.

A primeira citação trazida é a letra da música “*Triste, Louca ou Má*”, da banda *Francisco, El Hombre*. Essa canção fala sobre as experiências inerentes à “feminilidade”, aos papéis designados às mulheres na sociedade, e também sobre o processo que todas as mulheres passam (ou deveriam passar, em algum momento) ao reconhecerem o machismo que as constitui e, ao mesmo tempo, enclausura a todas nós. É, portanto, um hino de liberdade dedicado às mulheres que buscam vencer as amarras impostas pela hierarquização dos sexos.

Aproveito, também, o simbolismo das palavras escolhidas para o título – adjetivos femininos – *triste, louca ou má*, pois, frequentemente, as pessoas trans\* veem suas experiências sendo narradas (por pessoas cis) sob algum destes espectros: do sofrimento, da loucura ou da perversão. Perante o Poder Judiciário, por exemplo, nos casos envolvendo pessoas trans\*, geralmente, há alguma menção ao sofrimento experimentado por essas pessoas; é claro que o sofrimento existe – até mesmo em razão da transfobia presente em todas as sociedades cisheteronormativas – mas às vezes são apenas essas histórias que ouvimos: as de sofrimento. Não se fala, por exemplo, sobre como *após* as “transições”, as pessoas trans\* se sentem mais felizes; reforça-se o quanto se sentiam tristes *antes*. Não se fala sobre as possibilidades de vida, mas sobre os risco de morte. No mesmo sentido é o caráter da loucura: ainda hoje a maioria das representações e explicações existentes sobre as identidades trans\* se dá pelo viés da patologia – distúrbio, disforia, transtorno ou qualquer outro termo similar. E, por fim, a maldade pode entendida num contexto das críticas feitas pelos discursos religiosos, que frequentemente assimilam às identidades trans\* ao pecado ou à demonização.

O segundo elemento de sensibilização é um poema de Pedro Bandeira, intitulado “*O nome da gente*”. Essa poesia, tão simples e, ao mesmo tempo, tão objetiva, foi extraída de uma obra de literatura infantil chamada “*Cavalgando o Arco-Íris*”. Considero que, nessa composição, Pedro Bandeira conseguiu expor a importância que o nome tem para cada pessoa

e, ao mesmo tempo, o quanto deveria ser simples a possibilidade de alteração do mesmo, visto que se trata de algo tão íntimo.

A terceira e última citação apresentada é um excerto do livro “*Conversações*”, de Gilles Deleuze. Esse recorte busca evidenciar o importante papel político exercido pela jurisprudência, conforme aponta Deleuze, e também justifica por que este estudo optou pela mesma como base de dados para se fundamentar.

As tirinhas da cartunista Laerte Coutinho foram trazidas a este trabalho por diversas razões. Antes de tudo, porque Laerte é uma mulher transgênera e, portanto, quando se fala em identidades trans\*, especialmente, entendo que ela ocupe um local de fala que merece ser prestigiado. Em segundo lugar, porque durante a elaboração desta pesquisa, foi lançado o documentário “*Laerte-se*”, que se trata de um filme produzido a partir de entrevistas realizadas por Eliane Brum com a cartunista. São retratadas, também, algumas cenas do cotidiano de Laerte: sua casa, suas vizinhas, seus hábitos, suas gatas, seu trabalho. Diferentemente daquelas histórias de sofrimento, é uma narração de *vida*. Algumas das tirinhas apresentadas aqui também aparecem nesse documentário. Depois de assisti-lo, fui atrás de todos os trabalhos da cartunista que estivessem disponíveis na *internet* e criei uma coletânea pessoal. E então, não foi difícil inseri-las no trabalho, pois elas se ajustavam muito bem à estrutura que o trabalho já tinha.

Isto posto, cabe apresentar tal estrutura, que é dividida em três capítulos – além das considerações finais – que serão explicados e justificados a seguir.

O primeiro capítulo, intitulado “as múltiplas definições das experiências trans\*”, tem o objetivo específico de apresentar o conceito de “transexualidade” em si, além dos termos que o circunscrevem, como “sexo”, “gênero”, “sexualidade”, “identidade de gênero”, “patologização”, entre outros. Aborda-se a história desses conceitos dentro dos campos do saber, especialmente dentro dos estudos de gênero, Teorias Feministas e Teoria Queer. A partir da problematização dessas limitações terminológicas, esse capítulo visa também alargar os conhecimentos teóricos que se tem acerca das experiências trans\*, dando visibilidade também às demandas de intersexuais, travestis, transgêneros, não-binárias, entre outras diferentes categorias. Para tanto, esse capítulo se divide em quatro subcapítulos: 1.1) sobre *cisgeneridade* e *cisheteronormatividade*, onde será apresentada a definição e a justificativa política para utilização desses termos; 1.2) a respeito da patologização da transexualidade, que discorre sobre a invocação de especialistas nos diagnósticos da transexualidade, além de abordar também as resoluções do Conselho Federal de Medicina (CFM) sobre o tema e as cirurgias de redesignação sexual; 1.3) relativo aos movimentos pela despatologização das identidades trans\*, onde será

apresentada a campanha mundial pelo fim da patologização das identidades trans\* e as suas demandas; e, finalmente, 1.4) sobre autodeterminação das identidades de gênero, que sintetiza a discussão e aponta para a autodeterminação como caminho para a despatologização, além de apresentar as orientações normativas propostas nos Princípios de Yogyakarta.

O capítulo seguinte, chamado “o registro civil das pessoas naturais, o nome e o sexo”, tem por objetivo específico apontar os principais marcos normativos e aspectos jurídicos relevantes para o tema desta pesquisa, evidenciando onde e em qual medida esses dispositivos legais apresentam obstáculos aos direitos da personalidade e direitos fundamentais de pessoas trans\*. Ademais, busca-se demonstrar como a doutrina civilista apresenta a transexualidade em suas obras. Novamente, segmenta-se em quatro subcapítulos: 2.1) discorre acerca da disciplina jurídica dos direitos da personalidade no Código Civil, especialmente o direito ao nome e o direito à disposição do próprio corpo; 2.2) fala sobre a Lei de Registros Públicos, o marco legal mais relevante deste estudo, e suas especificidades; 2.3) se dedica à ação de retificação de registro civil de pessoas trans\* em si, sua previsão legal, as etapas que a compõe, as partes envolvidas, qual é a competência cabível, entre outros aspectos; e, ao fim, 2.4) onde são analisados os projetos de Lei que versam sobre o registro civil e/ou identidades de gênero e atualmente aguardam aprovação do Poder Legislativo.

O último e terceiro capítulo, intitulado “decisões do Poder Judiciário em análise”, apresenta e analisa os acórdãos que foram selecionadas para este estudo. O objetivo específico deste capítulo é verificar, a partir da observação dos resultados das pesquisas jurisprudenciais, de que forma o Poder Judiciário brasileiro decide sobre as solicitações de modificação do registro civil de pessoas trans\*. As decisões selecionadas foram obtidas de diferentes origens, mas apresentam em comum o fato de se tratarem de demandas feitas por pessoas trans\*. Para tanto, este capítulo se ramifica em três subcapítulos: o primeiro, 3.1) analisa apenas acórdãos emitidos pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina; o segundo, 3.2) amplia a análise para os acórdãos oriundos dos demais Tribunais estaduais; e o último, 3.3) observa as decisões de instâncias superiores, quais sejam, o Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, e evidencia a importância das decisões oriundas destas instâncias, que são dotadas da capacidade de mudar paradigmas jurídicos.

***Triste, Louca ou Má***  
 (de Francisco, *El Hombre*)

Triste, louca ou má: será qualificada ela  
 Quem recusar seguir receita tal, a receita cultural  
 Do marido, da família (cuida, cuida da rotina)  
 Só mesmo rejeita bem conhecida receita  
 Quem, não sem dores, aceita que tudo deve mudar

*Que um homem não te define*  
*Sua casa não te define*  
*Sua carne não te define*  
*Você é seu próprio lar*

Ela desatinou  
 Desatou nós  
 Vai viver, só

Eu não me vejo na palavra  
*Fêmea*: alvo de caça, conformada vítima  
 Prefiro queimar o mapa, traçar de novo a estrada  
 Ver cores nas cinzas **e a vida reinventar**

## 1. AS MÚLTIPLAS DEFINIÇÕES DAS EXPERIÊNCIAS TRANS\*

Abordar a transexualidade em uma pesquisa implica em, necessariamente, abordar também diversos outros conceitos que circunscrevem este tema – sexo, gênero, sexualidade, identidade, construções sociais, teorias, diagnósticos, entre outros. Por isso, também, se apresenta um glossário neste trabalho, pois, constantemente, é preciso recorrer a determinados termos específicos.

Entretanto, ao abrirem-se os olhos para toda a infinidade de conceitos que emergem desse assunto, percebe-se que definir a transexualidade não é tarefa simples, não é apenas dizer que ou se é *isso* ou se é *aquilo*. Primeiramente porque não é possível observar *apenas* a transexualidade, não há como realizar um recorte puro e simples, ou sequer determinar-se onde foi exatamente que a transexualidade se originou; é possível, apenas, observar a sexualidade humana como um todo, em todas as suas diferentes formas de expressão. Em segundo lugar, porque existem diferentes experiências vividas por pessoas distintas, e algumas tentativas de classificação dessas experiências podem acabar refletindo na exclusão de outras.

Diante de diversas tentativas classificatórias, percebe-se que são invencíveis as dificuldades quando se trata de abordar a sexualidade humana, ainda que essas tentativas sejam advindas das mais diversas áreas do conhecimento. Tamanha é a diversidade de critérios que qualquer assunção de simplificação se apresenta inviável. E assim, para aquelas/es que partem de um pressuposto binário<sup>7</sup> dos sexos dos seres humanos (quais sejam, mulher e/ou homem), definir a transexualidade pode até parecer uma tarefa simples, ainda que não seja.



Figura 1: “volver” (Laerte Coutinho)

<sup>7</sup> Binário quer dizer “composto por duas unidades ou dois elementos; que tem duas faces ou dois modos de ser”. Portanto, um *pressuposto binário dos sexos* é um entendimento pré-estabelecido (e hegemônico em nossa sociedade) de que só existem dois sexos possíveis: masculino e feminino; ou, respectivamente, homem e mulher.



Diversas/os autoras/es, como, por exemplo, a jurista Aracy Klabin (1995), definiram o “indivíduo transexual” como alguém “anatomicamente de um sexo, que acredita firmemente pertencer ao outro sexo” (KLABIN, 1995). Essa ideia de oposição entre os sexos *de nascimento e de pertencimento*, apesar de nem sempre estar equivocada, acaba por ser, em verdade, limitada.

À época, em 1995, a publicação de Aracy Klabin poderia ser lida como progressista, por tratar de um assunto que – desde então e até hoje – é marginalizado e negligenciado, especialmente entre as doutrinas jurídicas. Afinal, Aracy reconhecia a importância de trazer as questões das pessoas transexuais para dentro do campo do saber jurídico e, apesar de algumas limitações em seu discurso, esse fato por si só já é um grande diferencial, especialmente se comparado aos esforços das/os demais juristas do país.

Atualmente, com o advento de diversas outras pesquisas que insurgiram desde então, ocupando o espaço acadêmico e disputando os sentidos “dos sexos”, tornou-se bastante aceita e utilizada no meio científico a categoria “gênero” para compreender uma outra matriz (“não-biológica”) de composição da identidade dos sujeitos, que seria justamente esse suposto “sexo de pertencimento” (ou de identificação) mencionado por Klabin.

A categoria gênero surgiu no meio científico por volta dos anos 1950 e especialmente a partir das concepções de John Money, que estudava casos de redesignação sexual de pessoas intersexuais<sup>8</sup>. Ao constatar a possibilidade de existência de pessoas com genitais ambíguos, Money lançou a questão: como é possível, então, que o genital seja fator decisivo na constituição de gênero? Não poderia ser. Assim, o autor constatou que o gênero estava muito mais relacionado com os “papéis construídos socialmente para homens e mulheres” (JESUS, 2010, p.2) do que com a própria genitália.

Os estudos de John Money o levaram a desenvolver um “tratamento de reorientação do gênero” de pessoas intersexo. Esse suposto tratamento era baseado em decisões familiares e médico-centradas. Todavia, hoje, o movimento de pessoas intersexo nos esclarece que esse gesto é falho, e que as pessoas intersexo devem ter o direito à autonomia/autodeterminação na decisão do gênero ao qual se identificam. Ainda assim, o autor foi importante pois trouxe ao meio científico a noção de possibilidade de descolamento entre genitália e gênero, o que possibilitou outras/os cientistas a alcançarem novos desdobramentos teóricos.

---

<sup>8</sup> Intersexuais, ou simplesmente “intersexo”, são pessoas que nascem com genitálias que são consideradas “ambíguas”, não passíveis de uma determinação rápida e simples a partir da observação primeira observação. Para melhor compreensão, vide o termo “intersexo” no glossário.

Portanto, o que Money colocou em relevância foram os papéis da *feminilidade* e da *masculinidade*. Todavia, é preciso considerar que essa suposta *feminilidade* “não é a expressão de uma natureza, mas o resultado do trabalho de pressões, constrangimentos e expectativas sociais” (MIGUEL, 2014). Ela é a própria codificação da citação de Simone de Beauvoir (1949) que tem sido (novamente) muito utilizada: “não se nasce mulher, torna-se mulher”.

É interessante salientar que quando Beauvoir fez tal afirmação, ela não falava diretamente sobre *gênero*, mas sobre *a mulher* em si. O que Simone apresenta em *O Segundo Sexo* é a posição da mulher enquanto subalterna à identidade do homem, enquanto “outro” e não como “sujeito”. Para a autora, o *devir*<sup>9</sup> *mulher* não poderia caber em um *devir homem*. Assim como a maioria dos primeiros estudos feministas, a autora seguia uma corrente ainda essencialista, crente das “diferenças de gênero” – que, inegavelmente, se constituíam de interpretações biológicas (VIEIRA, 2015).

Da época de Simone de Beauvoir até hoje, diversas transformações ocorreram no campo dos estudos feministas. O Feminismo daquela época foi duramente criticado por ser centrado numa determinada “categoria” de mulheres – brancas, heterossexuais, de classes médias ou altas. Aos poucos o espaço político do feminismo foi sendo reivindicado por outras mulheres que fugiam a essa categoria – negras, latinas, operárias, lésbicas – e que ousavam questionar as normas da feminilidade e de masculinidade. Angela Davis, Guaciara Lopes Louro, Gayle Rubin, Monique Wittig e Adrienne Rich foram algumas dessas pensadoras.

É nesse momento que o “gênero” passa a ser concebido como um conceito fluído, alargando o conceito inicialmente trazido por Beauvoir. Até então, ainda não havia se quer uma definição teórica clara sobre “identidade de gênero” e “sexualidade” (VIEIRA, 2015). Essa diferenciação só foi apresentada em 1975, com a publicação do trabalho da antropóloga Gayle Rubin, intitulado *The Traffic in Women: Notes on the “Political Economy” of Sex*.

Nesse contexto e a partir de “uma associação teórica com os estudos pós-estruturalistas de Deleuze, Derrida e Foucault” (VIEIRA, 2015), surge o movimento teórico/político chamado de Teoria *Queer*. Este termo que, em inglês, é conotado ofensivamente (significa “estranho” ou “desviante” e é geralmente utilizado para se referir à homossexuais), foi apropriado e ressignificado por esse movimento como forma de empoderamento. Ganham importância nesse movimento as pensadoras Judith Butler, Paul B. Preciado, a própria Gayle Rubin, entre outras.

---

<sup>9</sup> O termo “devir” é originário da filosofia de Heráclito. De acordo com a definição do dicionário Michaelis, *devir* é “vir a ser; tornar-se; devenir”; para a filosofia, é o “processo de transformação constante pelo qual passam todos os seres e todas as coisas”. Fonte: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 27 mai. 2017.

A Teoria *Queer*, apesar de ser notoriamente conhecida por tratar das questões relacionadas à identidade de gênero e sexualidade, não se exime de questionar também a suposta “realidade biológica” da categoria “sexo”. Para tanto, foram especialmente importantes os estudos da bióloga estadunidense Anne Fausto-Sterling (MIGUEL, 2014).

Sterling escreveu um artigo intitulado *The Five Sexes: Why male and female are not enough*<sup>10</sup> (1993) para se referir a cinco diferentes espécies de arranjos dos cromossomos sexuais (genótipos XX, XY, XXY, XXX e XYY) e também para lançar um desafio ao “determinismo binário” predominante no campo das ciências biológicas. A partir do exemplo dos diferentes arranjos de cromossomos sexuais, Sterling evidencia o quanto a própria definição de “sexo” – antes entendida de maneira inquestionavelmente binária – estava equivocada e constata, portanto, que o “sexo” é também construto social.

Apesar de todos os avanços nos campos de estudos de gênero e do(s) feminismo(s), ainda hoje a definição do que é *gênero* e do que é *sexo* não é fruto de um consenso, nem nos campos de saberes ditos científicos, nem fora deles. Por exemplo, em recente entrevista à Revista (feminista) AzMina<sup>11</sup>, Anne Fausto-Sterling foi questionada da seguinte forma: se o caráter imutável do sexo é relativo, se este é tão construído socialmente quanto o gênero, então qual seria a “utilidade” da categoria gênero? Tal categoria não poderia ser abolida e substituída pela categoria “sexo”, visto que esta também é oriunda de aspectos sociais e culturais? Quanto a isso, a autora diz, em sua réplica, que a sua resposta para esta questão se encontrava em sua obra mais recente *Sex/Gender: Biology in a Social World* (2012), onde ela mescla conceitos a fim de criar um novo: o conceito de *sexo/gênero*. De acordo com a própria autora, em sua entrevista, “cada um deles [*dos conceitos sexo/gênero*] é um dos lados de uma mesma moeda. Não conseguiremos separar uma coisa da outra, elas estão interligadas”.

Gayle Rubin (1986) também menciona, em seus escritos – muito anteriores aos estudos de Sterling – um conceito que ela chama de *sistema sexo/gênero* e que segue nessa mesma linha lógica. Além disso, e conforme já mencionado anteriormente, a autora contribuiu, também, para compreensão da distinção teórica entre *gênero* e *sexualidade*.

Essencialmente, o que precisa restar evidenciado até aqui é que ambas as categorias *sexo* e *gênero* não devem ser reduzidas ao binarismo mulher/homem. Mesmo na concepção biologicista de determinação dos sexos a partir da genitália, das gônadas hormonais e dos genótipos, existem pessoas que “escapam” a essa regra. E, no que tange o campo do gênero,

<sup>10</sup> Em português, “Os cinco sexos: por que masculino e feminino não são suficientes”.

<sup>11</sup> Para ler a entrevista completa: <<http://azmina.com.br/2016/05/nao-e-so-o-genero-que-e-socialmente-construido-o-sexo-biologico-tambem/>>. Acesso em 10 mai. 2017.

existem muitas mais categorias conhecidas – pelo menos 56 delas<sup>12</sup> – e esses sentidos estão constantemente em disputa no meio científico.

Portanto, reduzir a transexualidade à mera dicotomia entre “ter nascido de determinado sexo, mas identificar-se com o sexo oposto” é limitante, pois não aborda a multiplicidade de identidades de gênero que compõem a realidade. Uma opção mais recomendável seria a definição de transexualidade dada por Berenice Bento (2008), que assim a colocou como uma experiência vivida por aqueles(as) que “reivindicam o pertencimento a um gênero distinto daquele que lhes foi imposto” (BENTO, 2008).

De toda forma, ainda que as categorias *sexo* e *gênero* estejam constantemente sendo debatidas e apesar de não haver, como mencionado anteriormente, um consenso a respeito da definição dessas categorias, não se pode negar a existência e aceitação que se têm hoje em dia do conceito de *identidade de gênero* – mesmo que diversos campos da ciência e da sociedade civil ainda relutem em aceitar e respeitar as *identidades trans*<sup>13</sup>.

Especialmente no ramo do Direito, mesmo que diversas/os juristas passem longe desses conceitos, é preciso reconhecer as identidades de gênero, visto que existem já muitas normativas bastante claras a respeito. A citar, por exemplo, os Princípios de Yogyakarta (2007) – um importante instrumento de aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Tal documento, em seu preâmbulo, apresenta “identidade de gênero” como:

[Uma] experiência interna, individual e profundamente sentida que cada pessoa tem em relação ao gênero, que pode ou não, corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo-se aí o sentimento pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação ou aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive de modo de vestir-se, o modo de falar e maneirismos (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2007, p.9).

Diante das múltiplas identidades de gênero existentes, Emi Koyama (2001) sugere, em seu *Manifesto Transfeminista*, que seja utilizada simplesmente a palavra “trans” (ou trans\*)

---

<sup>12</sup>Este é o número de opções de “gênero” que constam numa das maiores redes sociais do mundo, o Facebook. A presença dessas opções é resultado de pressão realizada por ativistas trans, especialmente nas redes sociais, onde há uma enorme troca de informações sobre experiências trans. Mais informações podem ser obtidas em: <<http://ladobi.uol.com.br/2014/02/56-opcoes-genero-facebook/>>. Acesso em: 09 mai. 2017.

Outro exemplo que merece destaque: em 2016, a Comissão de Direitos Humanos de Nova Iorque (EUA) decidiu oficializar a multiplicidade de identidades de gênero, e passou a reconhecer 31 diferentes tipos de gêneros. Mais informações podem ser obtidas em: <<https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/nova-york-passa-reconhecer-31-generos-diferentes/>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

<sup>13</sup> Por identidades trans\* buscamos nos referir às pessoas que vivem qualquer espécie de experiência que poderia ser “catalogada” como transexualidade – mulheres e homens trans, travestis, pessoas intersexo, pessoas não-binárias, enfim, toda a multiplicidade de possibilidades de identidades de gênero-diverso.

como um termo abrangente que “engloba uma ampla gama de subversões da norma de gênero que envolvam alguma descontinuidade entre o sexo atribuído a uma pessoa no momento do seu nascimento e a sua identidade de gênero e expressão” (KOYAMA, 2001, pg.1). Por ocasião do *Congresso Internacional sobre Identidad de Género y Derechos Humanos – Congenid*, realizado em Barcelona, no ano de 2010, foi aprovada a utilização apenas da abreviação trans\* ou da letra T\*, ambas com asteriscos, para abranger todas as manifestações da transgeneridade. É por essa razão que este foi o termo adotado no presente trabalho.

Faz-se oportuno, então, colocar em questão essa *norma ao qual se subverte*, nas palavras de Koyama, ou essa *imposição de gênero*, a qual Berenice Bento faz menção. Essas proposições já foram levantadas há muito tempo no âmbito do feminismo – inicialmente pelas feministas lésbicas e depois pelas transfeministas<sup>14</sup> – e se trata, basicamente, de questionar aquilo que nos é apresentado como sendo “normal”, “regra” ou “dato biológico”.

Ou seja, como todas as classificações das experiências trans\* vêm se baseando numa suposta incongruência entre o sexo designado ao nascimento a identidade de gênero pela qual aquela pessoa efetivamente se identifica, há de se observar que algumas pessoas vivem uma experiência diferente desta: a experiência de, efetivamente, se identificar com o gênero “correspondente” ao sexo designado ao nascimento. Assim, apresenta-se um novo conceito que necessita ser abordado: o da *cisgeneridade*.

### 1.1 Sobre *cisgeneridade* e *cisheteronormatividade*

A palavra “cisgeneridade”<sup>15</sup> é tida como um neologismo – não é possível encontrá-la em nenhum dicionário da Língua Portuguesa – e seu uso, mesmo no meio acadêmico/científico, ainda gera fortes polêmicas. Sua definição pode ser resumida como sendo “a identidade de gênero daquelas pessoas cuja *experiência interna e individual do gênero* corresponda ao *sexo atribuído no nascimento* a elas” (VERGUEIRO, 2015, p.44). Ou, como

---

<sup>14</sup> Inicialmente, o feminismo lésbico se ocupou em apontar para uma certa norma social que imperava sobre os gêneros e que determinaria que todas as mulheres eram, ou deveriam ser, heterossexuais. A essa norma, Adrienne Rich (2010) deu o nome de *heterossexualidade compulsória*. Assim, as mulheres que não eram heterossexuais eram tidas como “anormais”. Mais tarde, as transfeministas passaram utilizar uma ideia análoga, uma espécie de *cisgeneridade compulsória*. Ou seja, a ideia que existe uma norma social que impera sobre os gêneros e que determina que todas as mulheres devem ter nascido com vaginas e todos os homens devem ter nascido com pênis, sendo essas pessoas designadas *cisgêneras*. Assim como as mulheres não-heterossexuais, as pessoas não-cisgêneras também estariam submetidas à designação de “anormais”. Para mais informações quanto aos termos apresentados, consultar o glossário.

<sup>15</sup> Existem registros virtuais indicando que o termo foi criado, em 1999, por Donna Lynn Mathews. Entretanto, a primeira publicação “oficial” do termo foi na obra “*Whipping Girl: A Transsexual Woman on Sexism and the Scapegoating of Femininity*”, de Julia Serano (SERANO, 2007). No Brasil, algumas transfeministas como Jaqueline Gomes de Jesus, Viviane Vergueiro, Beatriz Baglagi, Hailey Kaas, Daniela Andrade e Maria Clara Araújo desenvolvem articulações teóricas, epistemológicas e políticas a respeito (CIDADE, 2016).

nos coloca Jaqueline Gomes de Jesus: “*cisgênero* é um conceito que abarca as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento, ou seja, as pessoas não-transgênero” (JESUS, 2012).

A importância da utilização deste termo se dá na medida em que este nomeia aquelas/es que antes não eram nomeadas/os porque eram tidas/os apenas como “normais” e, portanto, não necessitariam de classificação. Mas, quando se parte da concepção de que não existe uma ordem “natural” ou “normal” que possa ser esperada da relação entre sexo designado ao nascimento e gênero, percebe-se que o próprio ato de nomear apenas ao outro é, essencialmente, um ato discriminatório. Assim, a utilização do conceito estabelece uma inversão na lógica hegemônica. Nesse sentido:

(...) como qualquer determinação discursiva que assume certa hegemonia num determinado momento, a verdade oculta uma parte: somente o outro que transgride a normativa é nomeado. O *fenômeno transexual* surge a partir da constatação da inadequação entre um suposto sexo psicológico e o sexo da morfologia. Quem não transgride essa normativa, assume o *status* de normalidade naturalmente. Tais afirmativas encontram eco e corpo no campo científico até hoje (CIDADE, 2016, p.82).

Por isso, pontuar e reverberar a existência do conceito da cisgeneridade é um ato político necessário, visto que “a linguagem também é um lugar de luta” (HOOKS, 1990, p.146). Assim, “o que se afirma, a partir disso, é que todas e todos nós constituímos nossas identidades de gênero, a partir do que nos é designado e o que fazemos dessa designação” (CIDADE, 2016).

No entanto, *o que fazemos* com aquilo que nos é designado, frequentemente, não vem de uma *escolha*. Como mencionado anteriormente, existem “normas culturais” que forçam os indivíduos a serem compatíveis com os “moldes” pré-estabelecidos pela sociedade. Especialmente no que tange às identidades de gênero, esses moldes estão bem estabelecidos na *feminilidade* e na *masculinidade*, que seriam concebidos aos moldes da heterossexualidade – e tudo aquilo que fugir à essa regra, é compreendido como estranho ou atípico.



Figura 2: “elixir” (Laerte Coutinho)

Na década de 80, as feministas lésbicas já colocavam em questão a heterossexualidade enquanto norma social. Monique Wittig trouxe o conceito teórico de *contrato heterossexual* – uma espécie de analogia ao Contrato Social (1762) de Rousseau – e teceu diversas críticas ao *Pensamento Hétero* (WITTIG, 1992). No mesmo sentido, Adrinne Rich apresentou, naquela mesma época, o conceito de *Heterossexualidade Compulsória* (RICH, 2010). As obras dessas importantes pensadoras feministas foram “englobadas” por Judith Butler, quando esta propôs, alguns anos mais tarde, a ideia de uma *matriz heteronormativa* (BUTLER, 2000). Esse conceito pode ser explicado, em síntese, da seguinte maneira:

A heterossexualidade, associada ao binarismo essencialista do gênero, configura a matriz de inteligibilidade a partir da qual a diversidade sexual ganha sentido. Isso quer dizer que é a partir da heterossexualidade, e da bipartição estanque entre a masculinidade e a feminilidade, tomadas como parâmetro da normalidade, que toda e qualquer expressão da sexualidade e do gênero é valorada. Configura uma norma, um princípio ordenador segundo o qual a pluralidade das experiências sexuais e de gênero é significada (LIONÇO, 2009 *apud* BUTLER, 2003).

Portanto, é essa mesma *matriz heteronormativa* que produz a *cisgeneridade*. As ideias de Butler estão em pleno diálogo com as transfeministas que apontam para a necessidade de assumir a existência da cisgeneridade – tanto quanto norma social, quanto como palavra. Assim, como nos coloca Maria Luiza Cidade (2016), é preciso lembrar que:

Para além de propor um novo dualismo linguístico e identitário, a cisgeneridade é uma proposta de análise que, em composição com a heterossexualidade compulsória, estabelece uma matriz normativa que produz ideais e regulações quanto aos corpos e desejos. A cisgeneridade, por mais que seja um termo recente, indica os caminhos percorridos pela racionalidade médico-jurídica através de instituições tradicionais da modernidade, na afirmação de uma noção de indivíduo, na qual a condição de cisgeneridade esteve implícita.

Com isso, diversas autoras transfeministas passaram a afirmar e utilizar novos conceitos, que abarcassem a interseccionalidade das opressões; dentre eles, surgem os conceitos de *cisheteronormatividade* e *cis+sexismo*. Conforme Viviane Vergueiro, “o *cis+sexismo* é uma tentativa de caracterizar a complexa interseção entre a normatividade sexista de gênero (produtora cultural das diferenças homem-mulher) e a normatividade cissexista de gênero (produtora cultural das diferenças cis-trans)” (VERGUEIRO, 2013, p.2). A *cisheteronorma* é o produto da “naturalização do elo entre determinado genital, sexo, gênero e orientação sexual

(...), fundada sobre preceitos evolucionistas (que ressaltam os fins reprodutivos da dimensão sexual humana)” (MATTOS; CIDADE, 2015, p.135).

O que as transfeministas apontam é que a *cisheteronorma* é uma matriz normativa que opera de forma sistêmica, estrutural, em todos os âmbitos da sociedade. Um dos resultados da sua atuação é a própria concepção, ainda hoje presente, de que a transexualidade seja uma patologia ou uma *disforia*. Tal ideia circula hegemonicamente nos campos de saberes ditos científicos, especialmente da Medicina e do Direito.

Ainda assim, num ato de explícita resistência, diversas/os autoras/es vêm tecendo esforços no sentido de produzir teorias que possibilitem problematizar “os limites das instituições sociais toda vez que estamos diante das pessoas que vivem o gênero para além da diferença sexual” (BENTO, 2008) e fugindo dessa lógica patologizante. Esses e demais aspectos relacionados serão abordados e aprofundados neste trabalho a partir de agora.

## 1.2 A patologização da transexualidade



Figura 3: “nisso” (Laerte Coutinho)

As primeiras produções científicas que tratavam da transexualidade surgiram em meados da década de 1950. A partir de uma breve recapitulação histórica, aponta-se para a seguinte cronologia: em 1949, David Cauldwell empregou pela primeira vez expressão latina *psychopathia transexualis*; em 1952, o mesmo estudou o caso *Christina Jorgensen*, a primeira mulher transexual dos registros da literatura médica. No ano seguinte, em 1953, o endocrinologista Harry Benjamin empregou, em seus estudos, a definição de “fenômeno transexual”, que resultou na publicação, em 1966, de uma obra com o mesmo título – *The Transsexual Phenomenon* (FRAGOSO, 1979). À época, os estudos de Benjamin dedicavam-se, principalmente, à diferenciação entre as pessoas transexuais em relação às pessoas homossexuais (BENTO; PELÚCIO, 2012).



Assim, Benjamin definiu que o “fenômeno” seria marcado, principalmente, pela sensação de repulsa pela própria genitália. O “verdadeiro” transexual, nas palavras do próprio autor, seria “fundamentalmente assexuado e sonha em ter um corpo de homem/mulher que será obtido pela intervenção cirúrgica” (BENJAMIN *apud* BENTO, 2008).

Efetivamente, Benjamin via “a intervenção cirúrgica como única alternativa terapêutica possível para as pessoas transexuais” (BENTO; PELÚCIO, 2012). Assim, em seu livro *O fenômeno transexual*, publicado em 1966, estabeleceu os critérios que possibilitavam o diagnóstico, classificando a experiência do “paciente transexual” enquanto verdadeira ou falsa, sendo que apenas os “verdadeiros” estariam aptos a realizarem a cirurgia.

Observa-se que os estudos de Benjamin apontavam, já naquela época, para a intervenção cirúrgica como uma *medida terapêutica* para pacientes transexuais. Essa compreensão é bastante aceita ainda, até hoje. Inclusive, é ela, essencialmente, que impede médicas/os de serem criminalizadas/os por força do art. 129 do Código Penal (tipifica a ofensa à “integridade corporal” de outrem) e também protege as próprias pessoas trans\* de serem criminalizadas por força do art. 13 do Código Civil de 2002 (discorre sobre o direito de disposição ao próprio corpo) – assunto este que será abordado mais profundamente no capítulo seguinte.

Com um transtorno definido (o *fenômeno*), um diagnóstico possibilitado e uma medida terapêutica designada (a cirurgia), a transexualidade foi gradativamente englobada pelo saber/poder<sup>16</sup> médico-científico. Desde a década de 1960 já havia um insurgente desejo em produzir um diagnóstico específico para transexuais, mas foi apenas em 1980 que esse “projeto” se concretizou no campo científico. Naquele mesmo ano, a transexualidade foi incluída no Código Internacional de Doenças (CID) e no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM). Em 1994, o Comitê de revisão do DSM-IV substituiu o diagnóstico de “transexualismo” pelo de “Transtorno de Identidade de Gênero” (BENTO; PELÚCIO, 2012).

O DSM-IV ainda apresenta uma distinção que merece destaque: aquelas pessoas que se identificam com o “sexo oposto” são diagnosticados como portadoras de “Transtorno de Identidade de Gênero” (que ainda pode ser subdividido entre na infância/adolescência ou

---

<sup>16</sup> O termo *saber* define, precisamente, o objeto da arqueologia do poder, tese foucaultiana. Fazem parte do gênero “saber”: a história natural, a gramática geral, a medicina clínica, a economia política, etc. Foucault entende por saber as delimitações das relações entre: i) aquilo do que se pode falar em uma prática discursiva (o domínio dos objetos); ii) o espaço em que o sujeito pode situar-se para falar dos objetos (posições subjetivas); iii) o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados, em que os conceitos aparecem, são definidos, aplicam-se e se transformam; iv) as possibilidades de utilização e de apropriação dos discursos (FOUCAULT, 2009, p.236).

adulto); já as pessoas que não cumprem esses critérios (ou seja, pessoas de gênero-diverso<sup>17</sup>), são diagnosticadas como portadoras de “Transtorno de Identidade de Gênero Não Especificado” (BENTO; PELÚCIO, 2012).

O CID-10<sup>18</sup> apresenta códigos e tipificações diferentes: o “transexualismo” é definido como “transtorno da identidade sexual” (F64.0); há também o “travestismo bivalente” (F64.1), o “transtorno de identidade sexual na infância” (F64.2), além de “outros transtornos da identidade sexual” (F64.8) e o “transtorno não especificado da identidade sexual” (F64.9).

Enfim, o que se evidencia é uma verdadeira “patologização das sexualidades” como um todo, para além da transexualidade apenas, como nos relembram e elucidam Bento e Pelúcio (2012):

Eliminou-se, em 1973, o “homossexualismo” do DSM-8 e, em 1975, do CID-10, mas o que assistimos em seguida foi a uma verdadeira proliferação de novas categorias médicas que seguem patologizando comportamentos a partir do pressuposto heteronormativo, que exige uma linearidade sem fissuras entre sexo genital, gênero, desejo e práticas sexuais. (BENTO; PELÚCIO, 2012).

A década de 1970 também foi marcante no Brasil, devido à enorme repercussão midiática do *caso Roberto Farina*<sup>19</sup> – o cirurgião que realizou, em 1971, na cidade de São Paulo, uma cirurgia de redesignação sexual em uma mulher trans e foi processado pelo CFM. Nos anos 80, a mesma mídia enunciava sobre Roberta Close: “a mulher mais bonita do Brasil é homem”. Roberta Close<sup>20</sup> foi capa de diversas revistas, mas falava-se sobre ela em todos os recursos midiáticos, como a televisão, principalmente. A transexualidade estava em evidência

---

<sup>17</sup>Entende-se por gênero-diverso qualquer pessoas que não seja cisgênera, podendo ser, por exemplo, uma pessoa intersexo, ou quiçá uma pessoa não-binária. Em resumo, é um conceito guarda-chuva utilizado para abordar diferentes identidades de gênero que não são simplesmente a mulher trans ou homem trans. Em caso de dúvida quanto aos termos utilizados nesta explanação, é possível consultar o glossário.

<sup>18</sup> É possível consultar a toda a classificação de doenças apresentadas no CID-10 acessando o site: <<http://www.cid10.com.br/>>.

<sup>19</sup> Em 1975, Waldirene Nogueira, a mulher trans operada por Farina, fez o pedido de retificação em seu registro civil junto Tribunal de Justiça de São Paulo, o qual foi negado. O ocorrido chamou a atenção da opinião pública e de profissionais da área da Medicina e do Direito, pois à época a cirurgia de redesignação sexual ainda não era um procedimento conhecido – não havia lei específica a respeito, mas era considerado lícito. Em 1978, Farina foi condenado a dois anos de reclusão sob alegação de haver infringido o disposto no art. 129, § 2º, III, do Código Penal. O processo foi movido pelo Conselho Federal de Medicina. Farina foi absolvido, e pesou em favor do médico a ausência de dolo e a falta de fato típico, tendo em que vista que a intervenção objetivava “a cura ou atenuação do problema”. Fonte: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Caso\\_Roberto\\_Farina](https://pt.wikipedia.org/wiki/Caso_Roberto_Farina)>.

<sup>20</sup> Roberta Close apareceu na edição de maio de 1984 da famosa revista *Playboy*, onde sua principal atração era o fato de “ser homem”. A chamada da capa da revista era: “Incrível! As fotos revelam por que Roberta Close confunde tanta gente”. Fonte: <<http://anos80incríveis.blogspot.com.br/2010/09/mulher-mais-linda-do-brasil-era-homem.html>>. Sobre “confundir”: Viviane Vergueiro, em sua dissertação, tece notas sobre a “passabilidade”, sobre ser “passável”, ou seja, não ser identificável (pelos olhares *cis*) enquanto pessoa *trans* (VERGUEIRO, 2015). A identificação de alguém enquanto *trans*, quando feita por qualquer outra pessoa que não ela mesma, é um ato de violência/transfóbico

e, conseqüentemente, diversos discursos se operavam a respeito – principalmente aqueles pela via da patologização, do humor, ou da fetichização.

Diante do crescente número de casos/pacientes e da curiosidade das/os médicas/os e pesquisadoras/es, o CFM sentiu a urgência de editar alguma normativa que unificasse os conceitos e perspectivas terapêuticas a respeito, o que culminou na Resolução 1.482 de 1997. “A resolução vem para amparar eticamente e salvaguardar profissionais no exercício de sua profissão de possíveis processos judiciais e/ou criminais contra eles próprios” (CIDADE, 2016).

Na Resolução nº 1.482/97 do CFM, o “paciente transexual” foi definido como o “*portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição do fenótipo e tendência à automutilação e/ou autoextermínio*” (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 1997). É importante esclarecer que o CFM mantém essa definição até hoje, mesmo com a revogação desta a partir de duas novas resoluções – uma em 2002 (Resolução do CFM nº 1.652/2002) e a última em 2010 (Resolução do CFM nº 1.955/2010), substituindo as duas primeiras.

Da Resolução mais atual, de nº 1.955/2010, destacam-se os seguintes artigos:

**Art. 3º.** Que a definição de transexualismo obedecerá, no mínimo, aos critérios abaixo enumerados:

- 1) Desconforto com o sexo anatômico natural;
- 2) Desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto;
- 3) Permanência desses distúrbios de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos;
- 4) Ausência de outros transtornos mentais. (Onde se lê “Ausência de outros transtornos mentais”, leia-se “Ausência de transtornos mentais”)

**Art. 4º.** Que a seleção dos pacientes para cirurgia de transgenitalismo obedecerá a avaliação de equipe multidisciplinar constituída por médico psiquiatra, cirurgião, endocrinologista, psicólogo e assistente social, obedecendo os critérios a seguir definidos, após, no mínimo, dois anos de acompanhamento conjunto:

- 1) Diagnóstico médico de transgenitalismo;
  - 2) Maior de 21 (vinte e um) anos;
  - 3) Ausência de características físicas inapropriadas para a cirurgia.
- (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2010, parênteses originais)

A pequena correção presente no texto da resolução previamente citada – “onde se lê (...) leia-se” – evidencia a tentativa, por parte do Conselho Federal de Medicina, de se eximir da colocação de que a transexualidade seja um “transtorno mental”, visto que a mesma resolução a define, anteriormente, como um “desvio psicológico”. Não obstante, o pouco esforço em efetivamente corrigir o texto da resolução, apenas acrescentando uma frase com o

cunho de “solução hermenêutica” para a questão, deixa claro que, para o CFM, transtorno/desvio + mental/psicológico são, em verdade, a mesma coisa.

O recorte dos arts. 3º e 4º da Resolução nº. 1.955/10 evidencia também como o entendimento propagado hoje – lembrando que a resolução é datada de 2010 – é ainda similar àquele da década de 1950, proposto por Harry Benjamin. Mudam-se algumas palavras, mas o diagnóstico ainda se baseia, essencialmente, na repulsa à genitália e na intervenção cirúrgica como medida terapêutica indicada. Todavia, o “processo transexualizador” é muito mais complexo do que apenas uma intervenção cirúrgica, há todo uma adequação das “características físicas secundárias” – hormonioterapia, aplicação de silicone, entre outras – que também necessitam de acompanhamento médico.

Atualmente, o processo transexualizador é garantido e regulamentado pelo Sistema Único de Saúde – SUS. Esse direito foi conquistado em 2008, com a publicação da Portaria nº 1.707 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2008). Essa portaria, entretanto, garantia apenas a realização do procedimento de *neocolpovulvoplastia* (transgenitalização de pênis para vagina), ou seja, restringia o processo transexualizador apenas às mulheres transexuais. O principal argumento para a não garantia dos demais processos transexualizadores já existentes à época (*neofaloplastia* e *metoidioplastia*, transgenitalizações de vagina para pênis) era o caráter experimental dos procedimentos – dado que o SUS não pode incorporar procedimentos cuja eficácia não seja atestado pela comunidade médico-científica (LIONÇO, 2009).

A *neocolpovulvoplastia* perdeu o caráter experimental com a edição da Resolução CFM nº. 1.955, de de 2010, que revogou a Resolução CFM nº 1.652 de 2002. Todavia a *neofaloplastia* e a *metoidioplastia* continuam sendo consideradas experimentais. Ainda assim, a Portaria nº 1.707 de 2008 foi revogada pela nova Portaria nº 2.803 de 19 de novembro de 2013, que redefiniu e ampliou o processo transexualizador, passando a abarcar os homens transexuais também. Tal portaria menciona, logo em seu início, que considera "a necessidade de aprimorar a linha de cuidado no Processo Transexualizador, em especial para pacientes que desejam a readequação para o fenótipo masculino, pelo SUS" (BRASIL, 2013). Essa norma representou uma importante conquista social no acesso à saúde da população *trans*.

O SUS também aceita, respeita e utiliza o “nome social” das pessoas trans\*. O nome social nada mais é do que o nome (próprio) pelo qual a pessoa trans\* efetivamente se identifica, aquele nome que é conhecido em seu círculo social. As pessoas trans\* passaram a reivindicar o direito de serem chamadas por seus nomes (sociais) em todos os espaços que frequentam – como, por exemplo, escolas, espaços de acesso à saúde pública, ambientes de trabalho, entre outros – sem que houvesse a necessidade ou exigência de retificação do registro civil formal.

Ou seja, o nome social é uma espécie de “atalho” no acesso do direito ao nome, poupando a pessoa trans\* de recorrer ao judiciário para ter garantido o direito de ser chamada pelo próprio nome em espaços cotidianos.

Essa demanda começou a ganhar destaque a partir de 2008 e atingiu o SUS com a edição da Portaria n.º 2.836 de 2011, que instituiu a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). Tal portaria, em seu Art. 2º, inciso XVII, garante o “uso do nome social de travestis e transexuais, de acordo com a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde” (BRASIL, 2011). Enfim, apesar de representar um significativo avanço e melhoria nas condições de tratamento das pessoas trans\*, o nome social ainda é um direito *limitado* e alvo de necessárias críticas. Nesse sentido, Berenice Bento considera o nome social uma gambiarra jurídica<sup>21</sup> (BENTO, 2014a).

Como sugere Tatiana Lionço (2009), há dois parâmetros que são fundamentais para a análise da normatização do Processo Transexualizador do SUS: “(1) o reconhecimento do processo de construção da norma técnica” e “(2) a problematização da própria estratégia normativa sobre a sexualidade e as expressões de gênero, a partir da consideração da heteronormatividade e da afirmação da diversidade sexual e de gênero” (LIONÇO, 2009, p.45).

Sobre o primeiro parâmetro, é possível considerá-lo positivo, visto que, como Lionço reconta, a norma do processo transexualizador foi construída a partir de reuniões e encontros nos quais estavam presentes lideranças dos movimentos sociais, de mulheres e homens transexuais e de profissionais e pesquisadoras/es que atuam na atenção à saúde dessa população, que puderem apresentar suas demandas e construir a norma conjuntamente. Esse aspecto evidencia o potencial contra hegemônico do SUS (LIONÇO, 2009, p.45).

Todavia, ainda que o processo transexualizador seja uma política pública, portanto, “imersa nas políticas de reconhecimento da diversidade sexual” (LIONÇO, 2009, p.45), isso não significa que essa iniciativa não deixe de estar imersa nas mesmas lógicas de normatização de gênero e sexualidade, o que corresponde ao segundo parâmetro anteriormente observado. Nesse sentido, cabe recordar que:

---

<sup>21</sup> Berenice Bento aponta que na autodeterminação do nome social não são exigidos laudos psiquiátricos ou quaisquer outros requisitos para aceitar-se o nome. Entretanto, quando uma pessoa trans solicita a retificação do seu registro civil, deve atender ao critério do laudo/diagnóstico, não bastando sua autoidentificação. Assim, formou-se um quadro confuso e exclusivo do Brasil, onde, na ausência de uma lei específica que resolva definitivamente a precariedade de cidadania das pessoas trans, soluciona-se o problema com uma “gambiarra jurídica”. A autora, nesse sentido, questiona: “Como é possível um juiz exigir um laudo médico quando na escola, no trabalho, em alguns bancos, na universidade, está garantido o direito à autodeterminação de gênero? Afinal, que sociedade é essa que garante uma cidadania pela metade?” (BENTO, 2014a, p.177).

A heteronormatividade e o binarismo de gênero se formalizam em grande parte no discurso médico, que desde o século XIX se ocupou em normatizar as condutas sexuais e as expressões da masculinidade e da feminilidade em parâmetros de saúde/normalidade ou de doença/anormalidade (LIONÇO, 2009, p.48 apud ARÁN, 2006).

É por isso que, como afirma Lionço, todas aquelas/es que participavam da construção da norma do processo transexualizador enfatizavam, já em 2009, “a necessária despatologização da transexualidade como estratégia de promoção da saúde” (LIONÇO, 2009, p.51). A ideia de despatologização é justamente a de extinguir com os binômios saúde/normalidade ou doença/anormalidade, a partir da compreensão de que a “normalidade” só existe porque advém de uma “norma”; norma essa que, posta em prática todos os dias, exclui e marginaliza aquelas/es que não se adequam à ela. Portanto, a despatologização é um redirecionamento do olhar: deixa-se de observar o que não se enquadra à norma, para observar-se a norma em si.

A partir da observação das atuais Portarias do SUS que regulamentam o processo transexualizador (BRASIL, 2008, 2011, 2013a), pode-se dizer que hoje o processo já é compreendido muito mais em sua integralidade, para além do viés medicalizador e correccional da cirurgia, apenas. Ainda assim, a Portaria nº 2.803 de 2013 menciona, em seu preâmbulo, que considera a Resolução do CFM nº 1.955/2010, portanto evidenciando que ainda compreende a transexualidade sob o viés patologizante da Resolução. Por conta disso, no Brasil, assim como em diversos outros lugares do mundo, diversas pessoas estão comprometidas com movimentos pela despatologização das identidades *trans*.

### 1.3 Movimentos pela despatologização das identidades trans\*



Figura 4: “às vezes” (Laerte Coutinho)

A *Campanha Pela Despatologização das Identidades Trans* é uma campanha internacional, na qual mais de 100 organizações de todos os continentes do mundo estão

engajadas, além de pessoas físicas, ativistas e cientistas. De acordo com o próprio *Manifesto* apresentado pela Rede Internacional de Despatologização Trans (2012), as demandas do movimento são explícitas:

- 1) Exigimos a **retirada da transexualidade** dos manuais de doenças mentais (DSM-TR-IV e CID-10).
- 2) **Reivindicamos o direito de modificar nosso nome e sexo nos documentos oficiais sem termos que passar por qualquer avaliação médica psicológica.** E pensamos firmemente que o Estado não deveria ter qualquer competência sobre nossos nomes, nossos corpos e nossas identidades.
- 3) Fazemos nossas as palavras do movimento feminista na luta pelo direito ao aborto e ao próprio corpo: **reivindicamos nosso direito a decidir livremente se queremos ou não modificar nossos corpos podendo levar a cabo nossa decisão sem impedimentos burocráticos, políticos nem econômicos, assim como livres e qualquer tipo de coerção médica.** Queremos que os sistemas de saúde se posicionem frente ao transtorno de identidade sexual, reconhecendo a transfobia atual que sustenta sua classificação, e reelaborem seus programas de atenção à transexualidade fazendo da avaliação psiquiátrica um passo desnecessário e do acompanhamento psicoterapêutico uma opção voluntária.
- 4) **Exigimos também o fim das operações a recém-nascid@s intersex.**
- 5) Denunciamos a extrema vulnerabilidade e as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho por parte do coletivo de trans. **Exigimos que se garanta o acesso ao mundo do trabalho e a execução de políticas específicas que combatam a marginalização e a discriminação do nosso coletivo.** Exigimos, além disso, condições de saúde e segurança na realização do trabalho sexual e o fim do assédio policial a estas pessoas, assim como do tráfico sexual.
- 6) Esta situação de vulnerabilidade se acentua no caso de pessoas trans imigradas, que chegam ao nosso país fugindo de situações de extrema violência. **Exigimos a concessão imediata de asilo político neste casos uma vez que reivindicamos a plena equiparação de direitos às pessoas migrantes. Denunciamos os efeitos da política de imigração sobre os setores socialmente mais vulneráveis.**
- 7) Ao mesmo tempo que gritamos que não somos vítimas, mas sim seres ativos e com capacidade de decisão sobre nossa própria identidade, **queremos recordar também todas as agressões, assassinatos e também suicídios de pessoas trans causadas pela transfobia.** Apontamos o sistema como culpado por estas violências. **O silêncio é cumplicidade.** (REDE INTERNACIONAL PELA DESPATOLOGIZAÇÃO TRANS, 2012, **grifo original.**)

A principal forma de articulação desse movimento se dá por meio dos discursos, que evidenciam a urgente necessidade de se subverter a (*cishetero*)norma e o sentido dado às

identidades de gênero: não é na dissidência à norma que se encontra o problema, mas no estabelecimento de uma norma em si. Nas palavras do próprio movimento:

Quando a medicina e o Estado nos definem como transtornad@s põe em evidência que nossas identidades, nossas vidas, transtornam o sistema. Por isso, dizemos que a doença não está em nós, mas no binarismo de gênero. (REDE INTERNACIONAL PELA DESPATOLOGIZAÇÃO TRANS, 2012)

A campanha, apesar de internacional, também repercute no Brasil, especialmente a partir do ano de 2010 (BENTO; PELÚCIO, 2012, p.574). Naquele ano, ocorreu pela primeira vez a divulgação da campanha pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRP-SP. Em 2011, novamente o CRP-SP, dessa vez com o endosso também do CFP, publicou um manifesto<sup>22</sup> promovendo e apoiando a campanha *Stop Trans Pathologization - 2012*, assinado por ativistas e cientistas de todo o mundo.

Em 2013, o Conselho Federal de Psicologia disponibilizou para consulta pública uma “Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans”. Em tal nota, nas considerações iniciais, o CFP esclarece que “a transexualidade e a travestilidade não constituem condição psicopatológica, ainda que não reproduzam a concepção normativa de que deve haver uma coerência entre sexo biológico/gênero/desejo sexual” (CFP, 2013). Além disso, a mesma nota técnica também orienta a assistência psicológica a não se guiar por um “modelo patologizado ou corretivo” da transexualidade e também sugere que a/o psicóloga/o se valha de estudos na área de gênero e sexualidade para buscar respaldo teórico no contexto de “superação de heteronormatividade” (CFP, 2013).

No ano seguinte, em 2014, a Comissão de Direitos Humanos do CFP promoveu um debate<sup>23</sup> sobre despatologização *trans*, visando orientar toda a categoria, inclusive, em diálogo com o Conselho Federal de Medicina. Naquela época, o CFM se comprometeu revisar a Resolução nº 1.955/2010 no ano seguinte, em 2015; entretanto, até o momento atual, em 2017, ainda não houve edição de tal norma.

Ainda que o movimento pela despatologização venha crescendo exponencialmente em todo o mundo, existem alguns obstáculos colocados por aqueles/as que ainda acreditam na via contrária. Em um artigo publicado por Berenice Bento e Larissa Pelúcio (2012), as autoras se preocuparam em elencar os cinco argumentos mais utilizados em favor da patologização, inclusive respondendo a cada um deles individualmente. Destaca-se, aqui, o terceiro argumento

<sup>22</sup> Para ler o manifesto: <[http://www.crpssp.org.br/portal/midia/fiquedeolho\\_ver.aspx?id=365](http://www.crpssp.org.br/portal/midia/fiquedeolho_ver.aspx?id=365)>.

<sup>23</sup> Para ler sobre o evento que suscitou tais encontros e debates: <<http://site.cfp.org.br/debate-sobre-despatologizacao-trans-mobiliza-categoria/>>.



elencado pelas autoras, chamado de “concessões estratégicas”. Trata-se da temeridade, por parte de algumas/uns ativistas, de que se perca o acesso aos direitos já conquistados – como, por exemplo, a garantia de acesso ao processo transexualizador por meio do SUS. Nesse sentido, conforme as próprias autoras:

Acreditamos que a patologização não garantiu direitos de fato, mas impôs um modelo para se pensar a transexualidade como experiência catalogável, curável e passível de normalização. (BENTO; PELÚCIO, 2012, p.574)

Portanto, é possível reivindicar a manutenção dos direitos já garantidos, lutar pela ampliação do acesso a esses direitos e, ainda assim, sustentar a urgente necessidade de despatologização. Inclusive, como nos ensina o sociólogo espanhol e ativista trans Miguel Missé (2011):

Lutar pela despatologização é defender que nossas identidades fazem parte da diversidade e que temos direito a modificar nosso corpo quando assim decidirmos. Reivindicar um livre acesso aos hormônios ou às cirurgias é a parte central da luta, não um detalhe, não é uma segunda etapa da luta: é uma luta em si mesma. (BENTO; PELÚCIO, 2012, p.574 *apud* MISSÉ, 2011)

Ou seja, é preciso substituir o paradigma da patologização das sexualidades pelo paradigma da autodeterminação das identidades de gênero. No mundo todo e, também, já em diversos campos da ciência, essa virada paradigmática já está acontecendo. Entretanto, especialmente no campo da Medicina e algumas áreas da saúde, há uma resistência “*cistêmica*”:

O único mapa seguro que guia o olhar do médico e dos membros da equipe são as verdades estabelecidas socialmente para os gêneros, portanto estamos no nível do discurso. **Não existe um só átomo de neutralidade nesses códigos.** Estamos diante de um poderoso discurso que tem como finalidade manter os gêneros e as práticas eróticas prisioneiras à diferença sexual. (BENTO; PELÚCIO, 2012, p.579).

No mesmo sentido, pode-se tecer uma analogia entre “o olhar do médico” e “o olhar do jurista”; entre “os membros da equipe” e “os membros do Judiciário”, porque também estamos no nível do discurso nesses espaços. Conforme se verá, na análise jurisprudencial presente no fim deste trabalho, diversas decisões judiciais ainda utilizam a palavra “transexualismo” ao invés de “transexualidade”. “Não há neutralidade nesses códigos”, disseram Bento e Pelúcio, com razão. É preciso substituir esses entendimentos que ainda estão enraizados nos discursos patologizantes por outros discursos, que respeitem o direito à autodeterminação de gênero e compreendam as noções de identidade.

### 1.4 Sobre autodeterminação das identidades de gênero

Até então, se pôde observar como as noções de sexo “biológico”, identidade de gênero e desejo sexual são coordenadas, sob forma da *cisheteronormatividade*, e criam, em nossa sociedade, uma *matriz de inteligibilidade* (BUTLER, 2000) acerca dessas características que são próprias, únicas, de cada indivíduo. Nesse sentido, viu-se também como os discursos que patologizam as experiências que *escampam à cisheteronormatividade* são opressores e necessitam de uma urgente revisão conceitual e científica. Apontou-se, então, para a demanda de *despatologização das identidades trans\**, que assume, atualmente, nível mundial.

Partindo-se, então, da já elaborada compreensão de que sexo, gênero e desejo sexual são construções sociais, elementos da identidade de cada pessoa, aponta-se para a autodeterminação como chave para a despatologização e para que estabeleçamos novos sentidos de *inteligibilidade*. Respeitar a autodeterminação de uma pessoa é reconhecer a sua própria existência; negá-la, portanto, é um ato deliberado de exclusão social. Pessoas trans\* têm suas existências negadas e são excluídas diariamente. Por vezes, essa negação advém de uma outra pessoa – por exemplo, alguém que se nega a utilizar o “nome social” de uma pessoa trans\*. Noutras vezes, vem do próprio Estado – por exemplo, quando exige laudos atestando o “transexualismo” para conceder o direito à retificação do registro civil.



Figura 5: “quem é você?” (Laerte Coutinho)

Dentre os Princípios de Yogyakarta (2007), já citados aqui anteriormente, dedica-se agora atenção especial ao Princípio 3 – Direito ao Reconhecimento Perante a Lei. Sobre tal princípio, encontra-se o seguinte:

Toda pessoa tem o **direito de ser reconhecida**, em qualquer lugar, como pessoa perante a lei. As pessoas de orientações sexuais e identidades de gênero diversas devem gozar de capacidade jurídica em todos os aspectos da vida. A orientação sexual e identidade de gênero **autodefinidas por cada pessoa** constituem parte essencial de sua personalidade e um dos aspectos mais básicos de sua autodeterminação, dignidade e liberdade. Nenhuma pessoa deverá ser forçada a se submeter a procedimentos médicos, inclusive cirurgia de mudança de sexo, esterilização ou terapia hormonal, como requisito para o reconhecimento legal de sua identidade de gênero. **Nenhum status**, como casamento ou status parental, **pode ser invocado para evitar o reconhecimento legal da identidade de gênero de uma pessoa**. Nenhuma pessoa deve ser submetida a pressões para esconder, reprimir ou negar sua orientação sexual ou identidade de gênero. (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2007, **grifos nossos**).

O mesmo Princípio também estabelece algumas alíneas de recomendações aos Estados signatários; dentre elas, citam-se algumas: 1) tomar todas as medidas legislativas, administrativas e de outros tipos que sejam necessárias para respeitar plenamente e reconhecer legalmente a identidade de gênero autodefinida por cada pessoa; 2) tomar todas as medidas legislativas, administrativas e de outros tipos que sejam necessárias para que existam procedimentos pelos quais todos os documentos de identidade emitidos pelo estado que indiquem o sexo/gênero da pessoa – incluindo certificados de nascimento, passaportes, registros eleitorais e outros documentos – reflitam a profunda identidade de gênero autodefinida por cada pessoa; e 3) assegurar que esses procedimentos sejam eficientes, justos e não-discriminatórios e que respeitem a dignidade e privacidade das pessoas (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2007).

Além disso, também consta, no mesmo documento, como uma das orientações aos Estados, que sejam criados “programas de treinamento e de conscientização para juízes, funcionários de tribunais, promotores/as, advogados/as e outras pessoas sobre os padrões internacionais de direitos humanos e princípios de igualdade e não-discriminação, inclusive em relação à orientação sexual e identidade de gênero” (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2007).

O presente trabalho tem como proposta analisar os discursos jurisprudenciais relacionados a casos de retificação do registro civil de pessoas trans\*, portanto, neste momento oportuno, poderá ser observado se esses princípios encontram equivalência com a realidade

brasileira, se são cumpridos pela jurisprudência. Por ora, nos ocupamos em destacar alguns pontos centrais desse documento que é (e deveria ser cada vez mais reconhecido como) norteador nas questões que relacionam sexualidade, identidade de gênero e Direito.

Passamos, a seguir, à uma análise do ordenamento jurídico brasileiro, especialmente do Código Civil de 2002 e da Lei de Registros Públicos, que são as principais diretrizes normativas do direito interno nos casos de retificação do registro civil.

### O nome da gente

Por que é que eu me chamo isso  
e não me chamo aquilo?  
Por que é que o jacaré  
não se chama crocodilo?  
Eu não gosto  
do meu nome,  
não fui eu  
quem escolheu.  
Eu não sei  
por que se metem  
com o nome  
que é só meu!  
O nenê  
que vai nascer  
vai chamar  
como o padrinho,  
vai chamar  
como o vovô,  
mas ninguém  
vai perguntar  
o que pensa  
o coitadinho.  
Foi meu pai que decidiu  
que o meu nome fosse aquele  
isso só seria justo  
se eu escolhesse  
o nome dele.  
Quando eu tiver um filho,  
não vou pôr nome nenhum.  
Quando ele for bem grande,  
ele que procure um.

**Pedro Bandeira**<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> BANDEIRA, P. *Cavalgando o Arco-Íris*. Editora Moderna: São Paulo, 2009.

## 2. O REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, O NOME E O SEXO

O registro civil é o principal instrumento utilizado pelo Estado para “catalogar” os membros de sua sociedade. A partir do registro civil, os membros da sociedade podem obter documentos oficiais, como, por exemplo, a certidão de nascimento. Trata-se um direito e também de um dever, visto que todas/os as/os cidadãs/ãos devem, por força da lei, estarem devidamente registradas/os. O registro tem o propósito de trazer segurança nas relações jurídicas e, por isso, chancela uma marca imodificável na vida social de cada indivíduo. Dentre os diversos elementos que constam em um registro civil, há dois que se destacam como essenciais para este estudo: o nome e o sexo.

O nome é o elemento identificador essencial de uma pessoa, sendo geralmente elegido pela(s) mãe(s) ou pai(s). Ele é dotado de um aspecto público e um aspecto privado (DINIZ, 2014, p.278; GONÇALVES, 2012, p.134): é de interesse público que a sociedade não confunda seus membros entre si; é de interesse privado do indivíduo que este não seja confundido com outrem.

O sexo é comumente designado por um/a médico/a, no momento do nascimento, a partir da observação das genitálias. Diz-se que essa seria a designação do “sexo biológico”<sup>25</sup>. Em seguida, a partir do momento em que a/o responsável pela pessoa a ser registrada declara, perante cartório, que tal pessoa pertence a um determinado sexo, surge o status de “sexo civil” – ou seja, aquele que consta no registro civil.

O nome e o sexo, no registro civil, cumprem duas funções: de *representação*, que nada mais é do que a maneira como o indivíduo é reconhecido/a e assim apresentado/a ao seu meio social; e também de *identificação*, sendo esta a maneira como o meio social reconhece aquele indivíduo. Ademais, existe também uma espécie de convenção social que determina que o prenome seja capaz de identificar o gênero de uma pessoa (DINIZ, 2014, p.279).

Assim, pode-se dizer que, no atual sistema heteronormativo em que vivemos, espera-se certa congruência entre o nome designado e o gênero com o qual determinado indivíduo se apresenta. Por conta daquela determinação inicial de “sexo biológico” e do nome designado em seguida, todas as pessoas estão sujeitas a iniciarem suas experiências de socialização no mundo já dentro de uma certa *determinação de gênero*.

---

<sup>25</sup> Muitas das decisões judiciais que foram analisadas no capítulo final deste trabalho apresentam essa denominação. Diversas/os autoras/es, inclusive progressistas, como, por exemplo, Maria Berenice Dias (2014), também utilizam o conceito de “sexo biológico” para facilitar a compreensão da distinção entre o que seria o sexo designado ao nascimento e a identidade de gênero de alguém. Ainda que essa terminologia facilite a compreensão, entende-se também que há diversos fatores que compõem o “sexo biológico” e que escapam do que é geralmente designado ao nascimento como “masculino” ou “feminino” (por exemplo, nos casos de intersexualidade), conforme já foi tratado no capítulo inicial deste trabalho.

Portanto, ainda que não esteja claramente explícita em lei, a concordância entre o “sexo civil” e o nome é uma espécie de premissa do registro civil. Por exemplo, veremos que um homem cisgênero que porte um prenome entendido como “feminino” poderia obter o direito à retificação do seu registro civil com facilidade; tanto quanto uma mulher cisgênera designada com um nome dito “masculino”. Entretanto, para pessoas trans\*, a facilidade de acesso à retificação do registro civil não é a mesma, e esse ponto de inflexão<sup>26</sup> é justamente o objeto de análise desta pesquisa.

O nome é parte integrante de um conjunto de direitos disciplinados pelo Código Civil de 2002, os chamados direito de personalidade, que serão abordados a seguir. Assim como o nome, o direito à disposição (ou não) do próprio corpo é também integrante dos direitos da personalidade e será discutido neste trabalho, especialmente devido a sua estrita relação com as cirurgias de redesignação sexual<sup>27</sup> e demais procedimentos integrantes do processo transexualizador<sup>28</sup> ao qual se submetem algumas pessoas trans\*.

No âmbito do registro civil em si e sua possibilidade (ou não) de retificação, será importante o estudo da Lei nº 6.015/1973 – Lei dos Registros Públicos. Portanto, o presente capítulo pretende dedicar-se aos estudos desses institutos – quais sejam, os direitos da personalidade e a Lei de Registros Públicos, sucessivamente.

A possibilidade (ou não) de retificação do prenome e do sexo do registro civil de pessoas trans\* é apenas um recorte dentre os muitos possíveis que inter-relacionam as experiências trans\* e o ordenamento jurídico. No entanto, ainda são poucas/os doutrinadoras/es civilistas que sequer mencionam a transexualidade em suas obras<sup>29</sup>. E aquelas/es que mencionam, por vezes, ainda cometem alguns equívocos ao longo do caminho, conforme veremos ao longo deste capítulo.

Serão citadas/os, no presente trabalho, oito doutrinadoras/es que falaram *alguma* – ou *qualquer* – coisa acerca das experiências trans\* e suas interferências com o ordenamento

---

<sup>26</sup>Conforme será apresentado neste capítulo, a Lei dos Registros Públicos dispõe, em seu art. 110, de uma espécie de procedimento sumário, mais simplificado, que permite a alteração do registro civil e que é exclusivamente designado para casos em que haja erro evidente do registro, que não suscite dúvidas quanto à necessidade de retificação. No caso usado como exemplo, se tratando de um homem cis ou uma mulher cis que não tenham prenomes adequados às suas identidades de gênero, poderia ser possível a correção pelo procedimento do art. 110. No entanto, para uma pessoa trans\*, o procedimento de retificação é diferente (regido pelo art. 57) e mais complexo.

<sup>27</sup> Em caso de dúvida, consultar verbete específico no glossário.

<sup>28</sup> Em caso de dúvida, consultar verbete específico no glossário.

<sup>29</sup> Para este trabalho, foram analisadas 20 obras das/dos principais autoras/es de Direito Civil que estavam disponíveis no acervo da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina. Dentre as 20 obras, apenas 7 mencionaram alguma (ou qualquer) coisa sobre transexualidade. A obra de Maria Berenice Dias (2014), a mais atualizada e completa sobre o assunto, não estava disponível no acervo da Biblioteca Universitária.

jurídico, sendo elas/es: Carlos Roberto Gonçalves (2012), Fábio Ulhôa Coelho (2012), Flávio Tartuce (2012), Maria Berenice Dias (2014), Maria Helena Diniz (2012), Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho (2012), Paulo Lôbo (2013) e Washington de Barros Monteiro (2011). Com exceção da obra de Maria Berenice Dias, todas essas bibliografias foram encontradas na Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e se tratam das edições mais recentes disponíveis no acervo.

## **2.1 A disciplina jurídica dos direitos da personalidade no Código Civil**

O Código Civil de 2002 disciplina, em seu Capítulo II (arts. 11 a 21), sobre os direitos da personalidade. Estes conceituam-se como “aqueles que têm por objeto os atributos físicos, psíquicos e morais da pessoa em si e em suas projeções sociais” (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2012, p.160). Toda pessoa natural, enquanto sujeito de direitos, está vinculada à ideia de personalidade jurídica. Esta ideia é que permite que uma pessoa possa atuar no plano jurídico e, também, reclamar uma proteção jurídica mínima, básica, reconhecida pelos direitos da personalidade.

Os direitos da personalidade dividem-se basicamente em três sub-espécies: o direito à integridade física, o direito à integridade intelectual e o direito à integridade moral. Alguns dos direitos da personalidade que se destacam são: “o direito à vida, à identidade, à liberdade, à imagem, ao nome, ao próprio corpo, à privacidade e à honra” (GONÇALVES, 2012, p.178). Tratam-se, portanto, de direitos que são classificados como “absolutos, intransmissíveis, indisponíveis, irrenunciáveis, ilimitados, imprescritíveis, impenhoráveis e inexpropriáveis” (DINIZ, 2012, p.136).

Geralmente, são direitos que exigem um certo comportamento negativo de outros a fim de proteger um bem próprio – podemos pensar, por exemplo, no direito à privacidade ou à imagem. Tal proteção pode, inclusive, valer-se de ação judicial para concretizar-se, se for necessário. Ademais, todos os direitos da personalidade são tutelados em cláusulas pétreas constitucionais, e, portanto, não se extinguem e não há imposição de prazo para aquisição ou defesa de um direito de personalidade (DINIZ, 2012, p.135-136).

Ainda que se trate de uma disciplina de grande relevância, o Código Civil não se desenvolve muito sobre os direitos da personalidade, abordando-os em dez curtos artigos, sem qualquer enumeração taxativa. Maria Helena Diniz (2012) acredita que a intenção do legislador, talvez, tenha sido de deixar justamente que a jurisprudência, a doutrina e as normas especiais se ocupassem de preencher este espaço.



Certamente a interpretação dos direitos da personalidade não é feita isoladamente: deve estar em plena consonância com os princípios constitucionais, os direitos fundamentais e os direitos humanos. A própria Constituição da República Federativa do Brasil apresenta, em seu artigo 5º, §2º, a amplitude dessa tutela da personalidade, pois estabelece que “os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte” (BRASIL, 1988).

No âmbito deste trabalho, são três os direitos da personalidade que recebem destaque: o direito à identidade, direito à disposição do próprio corpo e o direito ao nome.

Quanto ao primeiro, é cabível dizer que o direito à identidade de gênero (ou identidade sexual) também é um direito da personalidade pois este faz parte da identidade pessoal do indivíduo (SZANIAWSKI, 1988, p.35). Assim sendo, qualquer menção em documentos de pessoas trans\* que evidenciem um status que sofreu alterações ou que indique, expressamente, “transexual”, atenta contra o direito ao sigilo e os direitos de personalidade do indivíduo (DIAS, 2014, p.292). Os demais direitos serão abordados a seguir.

### 2.1.1 Direito à disposição do próprio corpo

Os atos de disposição do próprio corpo encontram-se regulados nos arts. 13, 14 e 15 do Código Civil de 2002. Vejamos, inicialmente, o primeiro dispositivo expresso:

Art. 13. Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes. [Grifos nossos]

Assim, o direito ao próprio corpo abrange tanto a sua integralidade como as partes dele destacáveis e sobre as quais exerce o direito de disposição. Tem-se, então, que o direito ao próprio corpo “é indisponível se conducente à diminuição permanente da integridade física, a não ser que a extração de órgãos, tecidos ou membros seja necessária, por exigência médica” (DINIZ, 2012, p.140).

Destarte, pode-se dizer o art. 13 do Código Civil é um dispositivo legal bastante rígido; nota-se o esforço do legislador para criar um evidente *controle dos corpos* das pessoas que inegavelmente remete-nos à biopolítica Foucaultiana<sup>30</sup>. Primeiramente, por inserir

<sup>30</sup> Foucault distingue duas modalidades fundamentais de exercício do poder nas sociedades ocidentais e modernas, a *disciplina* e a *biopolítica*. Se compararmos uma e outra forma de poder, podemos diferenciá-las da seguinte maneira: i) quanto ao objeto: a *disciplina* tem como objeto o corpo individual; a *biopolítica*; o corpo múltiplo; a população; o homem como ser vivente pertence a uma espécie biológica. ii) quanto aos seus mecanismos: os mecanismos das *disciplinas* são da ordem do *adestramento do corpo*, a vigilância

“exigência médica” como um requisito, mas especialmente por conta da parte final da redação do artigo, que menciona uma suposta contrariedade aos “bons costumes”.

Os tais “bons costumes” aparecem com frequência no ordenamento jurídico brasileiro, em contextos diversos. São uma espécie de janela que o legislador deixa aberta para interpretações da norma de acordo com a moral da época. Frequentemente, cabe aos magistrados e à jurisprudência decidirem sobre o que está ou não de acordo com os “bons costumes”.

O dispositivo em questão suscita diversos debates, especialmente no que tange às *cirurgias de redesignação sexual* – que se referem às modificações/adequações de órgãos genitais de pessoas, geralmente transexuais ou intersexo. Conforme já explicado no capítulo anterior, essas espécies de cirurgias são garantidas pelo Sistema Único de Saúde – SUS e são apenas uma parte de um *processo transexualizador*.

Inclusive, o implante de silicones, por exemplo, é um outro procedimento que pode fazer parte de um processo transexualizador, mas que não estaria submetido ao regime do art. 13 do Código Civil, pois não se trataria de “diminuição permanente da integridade física” e, portanto, não depende de autorização médica.

Apesar de se tratar de um procedimento frequentemente requisitado por pessoas trans\*, a cirurgia de redesignação sexual não é, de maneira alguma, critério essencial para a definição da transexualidade. Diversas pessoas trans\* não desejam se submeter à cirurgias. Todavia, aquelas que desejarem, por conta da expressa disposição do art. 13 do Código Civil, necessitarão de um *diagnóstico* para cumprir o requisito legal presente no dispositivo, a “exigência médica”. Portanto, retornamos a uma outra discussão também já levantada no capítulo anterior: a da *patologização* das identidades trans\*.

Nesse sentido, observa-se que o dispositivo em análise é mais um exemplo das vias operacionais da *cisheteronormatividade*. Vê-se que não basta a expressa vontade manifesta do indivíduo, é preciso a certificação de um saber médico, um atestado de patologia, para que seja garantido o direito a essa etapa do processo transexualizador.

Washington de Barros MONTEIRO (2011), por exemplo, chega a utilizar, expressamente, a vedação à cirurgia de redesignação sexual – exceto quando cumprido o requisito de “exigência médica” – como um dos exemplos das proibições trazido pelo art. 13

---

hierárquica, os exames individuais, os exercícios reparativos; os da *biopolítica* são mecanismos de *previsão*, de estimativa estatística, as medidas globais. iii) quanto à finalidade: a *disciplina* se propõe obter corpos economicamente úteis e politicamente dóceis; a *biopolítica* persegue o equilíbrio da população, sua regulação. (FOUCAULT, 2010, p.216-220). A norma é o que pode aplicar-se tanto a um corpo que se quer disciplinar como a uma população que se quer regularizar (FOUCAULT, 2010, p.225).

do Código Civil, da seguinte forma: “a não ser que se cuide de necessidade médica, não pode o indivíduo, por exemplo, amputar a própria mão, ou doar órgão vital, ou *submeter-se a cirurgia para mudança de sexo*” (MONTEIRO, 2011, p. 127, *grifos nossos*).

Acerca deste conflito entre o dispositivo do art. 13 e as cirurgias de redesignação sexual, tanto GONÇALVES (2012) quanto TARTUCE (2012) apresentam duas interpretações possíveis: uma corrente “mais conservadora”, e outra “mais liberal”, nas palavras dos próprios autores. Vejamos, conforme TARTUCE (2012):

Na verdade, quanto à eventual adequação de sexo do indivíduo, à luz do artigo do Código Civil transcrito, podem ser feitas duas interpretações. A primeira, mais liberal, permite a mudança ou adequação do sexo masculino para o feminino, eis que muitas vezes a pessoa mantém os referidos choques psicológicos graves, havendo a necessidade de alteração, até para evitar que a mesma se suicide. (...) Entretanto, a segunda parte do dispositivo veda a disposição do próprio corpo se tal fato contrariar os bons costumes, conceito legal indeterminado. De acordo com uma visão mais conservadora, a mudança de sexo estaria proibida. Assim entende, por exemplo, Inácio de Carvalho Neto. (TARTUCE, 2012, p.169-170)

Mesmo a visão “mais liberal” de TARTUCE (2012) é ainda bastante limitada. O autor diz que a “adequação do sexo” somente poderia ocorrer “do sexo masculino para o feminino”. Diante dessa redação, restou ignorada e invisibilizada a existência dos homens trans, por exemplo. Ainda assim, é minimamente positiva a conotação dada aos “bons costumes” expressos no artigo, considerando-os um “conceito legal indeterminado”. Ao fim, o autor ainda se declara adepto da primeira corrente (TARTUCE, 2012, p.170).

No mesmo sentido, apresenta-nos GONÇALVES (2012):

Na visão de corrente mais conservadora, ao vedar a disposição do próprio corpo se tal fato contrariar os bons costumes, o art. 13 do Código Civil, *in fine*, proíbe a ablação de órgãos do corpo humano realizada em transexuais, malgrado a legitimidade para reclamar do ato e de suas consequências, em juízo, seja exclusivamente do paciente, que dispõe do próprio corpo e poderá dar-se por satisfeito com o resultado. (GONÇALVES, 2012, p.187) [*grifo nosso*]

Em seguida, o autor menciona que essa corrente conservadora supramencionada tem se esvaziado cada vez mais — tanto em sentido quanto em número de juristas. Isso se daria, especialmente, por conta do Enunciado 276, aprovado na IV Jornada de Direito Civil (2006)<sup>31</sup>,

<sup>31</sup> É possível conferir todos os enunciados das Jornadas de Direito Civil no sítio eletrônico do Conselho de Justiça Federal, em: <<http://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/jornadas-cej/enunciados-aprovados-da-iii-iv-e-v-jornada-de-direito-civil/jornadas-de-direito-civil-enunciados-aprovados>>. Acesso em: 3 mai. 2017.

que objetiva afastar qualquer possibilidade dessa interpretação. TARTUCE (2012) também menciona o Enunciado 276 como justificativa teórica. Observemos o Enunciado *in verbis*:

**Enunciado 276:** O art. 13 do Código Civil, ao permitir a disposição do próprio corpo por exigência médica, autoriza as cirurgias de transgenitalização, em conformidade com os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Medicina, e a consequente alteração do prenome e do sexo no Registro Civil. [grifos nossos]

Este Enunciado é de enorme relevância, não só por garantir uma interpretação mais estrita do art. 13, mas também por nos trazer a importante menção ao Conselho Federal de Medicina e seu *modus operandi*, visto que a cirurgia de redesignação sexual também já foi e ainda é alvo de fortes debates no âmbito da Medicina. Há alguns anos, médicas/os que realizassem esse tipo de procedimento poderiam ser criminalizadas/os<sup>32</sup>. Hoje em dia, a questão se encontra regulamentada através da Resolução n.º 1.955/10 do Conselho Federal de Medicina, que considera lícita a realização da cirurgia, autorizando expressamente a sua realização, e também descreve algumas medidas e procedimentos que devem ser adotados nesses casos.

Ainda que se dê pela via da patologização, é importante reconhecer que o Enunciado 276 é de extrema importância por ter estreitado as interpretações possíveis acerca do art. 13 do Código Civil e por, desta forma, garantir o direito às pessoas trans\* de realizarem cirurgias de redesignação sexual, caso assim desejarem, sem violar expressamente o ordenamento. Também, ao fim, o Enunciado dispõe sobre a “consequente alteração do prenome e do sexo no Registro Civil”, o que representa um indicativo favorável à retificação do registro civil de pessoas trans\*.

A primeira afirmação problemática encontrada nas doutrinas civilistas estudadas se apresentou na obra de Fábio Ulhøa Coelho (2014). Em seu capítulo 4.3.3, dedicado à “mudança de sexo”, o autor diz que o assunto está ligado aos atos de disposição do próprio corpo, conforme o art. 13 do Código Civil, e menciona a relação da questão com transexuais, que, em suas palavras, seriam “pessoas que têm a aparência sexual externa mudada por meio de cirurgia” (COELHO, 2014, p.227).

Antes de tudo, tal definição já parte de um pressuposto equivocado: o de que a cirurgia de redesignação sexual é critério para definição da transexualidade. Conforme já

---

<sup>32</sup> Médicas/os que realizassem cirurgias de redesignação sexual eram, à época, criminalizadas/os por força do art. 129 do Código Penal brasileiro, que dispõe sobre o crime de lesão corporal. Todavia, a própria Resolução CFM n.º 1.955/10 estabelece, em suas considerações iniciais, que o ato médico de realizar tal cirurgia “não constitui crime de mutilação previsto no artigo 129 do Código Penal brasileiro, haja vista que tem o propósito terapêutico específico de adequar a genitália ao sexo psíquico” (CFM, RESOLUÇÃO Nº 1.955/10). Esta disposição visa unicamente proteger a classe médica e é resultado, especialmente, do polêmico “Caso Roberto Farina”, já citado anteriormente.

discutido no primeiro capítulo, sabe-se que as experiências trans\* são múltiplas – existem pessoas transexuais, transgêneros, travestis, intersexuais, etc. – e, em muitos casos, a cirurgia de redesignação sexual não faz parte do pacote.

Além disso, Coelho (2014) também tece uma suposta distinção entre pessoas que são transexuais e desejariam mudar de sexo e pessoas que não são transexuais e, ainda assim, desejariam mudar de sexo. A diferença entre os dois seria a caracterização da patologia.

De acordo com o próprio autor, as pessoas transexuais: “sofrem profundo distúrbio psicológico” (COELHO, 2014, p.227); “são consideradas enfermas porque não conseguem, em razão da perturbação psicológica, ter uma vida afetiva estável ou mesmo profissionalmente produtiva” (COELHO, 2014, p.227) e a “retórica forense os qualifica de ‘homens em corpo de mulheres’ ou vice-versa” (COELHO, 2014, p.227). Conforme já discutido anteriormente, pode-se perceber que essas definições são conservadoras, restritas, patologizantes e não abordam as múltiplas identidades de gênero que existem na sociedade.

A partir destas definições, Coelho (2014) acrescenta que nesses casos de confirmada patologia – ou seja, de transexualidade – não haveria vedação do Código Civil, pois a necessidade do procedimento decorre de exigência médica. Por outro lado, haveriam certas pessoas que desejariam se submeter à tal cirurgia e não seriam transexuais:

Pessoas simplesmente com vontade de mudar de sexo — isto é, de verem cirurgicamente substituídos os órgãos sexuais externos que possuem pelos do sexo oposto. **Não são considerados enfermos, já que a distância entre o sexo externamente apresentado e o desejado não as impede de ter vida afetiva e sexual (homossexual) regulares, profissão produtiva, convívio social e tranquilidade psicológica.** A jurisprudência não tem sido muito simpática a essas pessoas, negando-lhes, por exemplo, o direito de ajuste no nome (COELHO, 2014, p.227, **grifos nossos**).

O autor não apresenta quais jurisprudências seriam estas mencionadas e tampouco apresenta mais definições sobre estas pessoas “não-transexuais”. A distinção criada, portanto, resta nebulosa. Ainda assim, acrescenta que:

**A operação de mudança de sexo por mera vontade da pessoa não está proibida na lei, já que não compromete a integridade física do paciente, nem ofende os bons costumes.** Considerar-se que a substituição dos órgãos sexuais externos representaria diminuição permanente da integridade física pressupõe reputar pelo menos um dos sexos (ou o masculino ou o feminino) como fisicamente não íntegro — o que não tem sentido. A lei proíbe, no campo dos atos de disposição voluntária do corpo, a castração, por exemplo, mas não veda a troca dos órgãos sexuais. [...] A questão da mudança de sexo é um daqueles “**casos difíceis**” do direito privado da atualidade que deve ser resolvido pela aplicação do princípio *in dubio pro libertatis* (na dúvida, adota-

se a solução que prestigia a liberdade das pessoas) (COELHO, 2014, p.228, **grifos nossos**).

Percebe-se, ao fim, que o posicionamento de Fábio Ulhôa Coelho é corresponde com o das/dos demais autoras/es que se nomeiam pertencentes à “corrente liberal”. No entanto, antes de atingir com clareza tal posicionamento, alguns equívocos foram cometidos pelo caminho. É importante mencionar que, conforme visto no primeiro capítulo, a transexualidade não deve mais ser compreendida – e tampouco reafirmada em doutrinas – como uma patologia. Além disso, o acesso ao processo transexualizador, como um todo, deveria estar possibilitado e garantido no ordenamento jurídico, uma vez que este faz parte da formação da subjetividade dos indivíduos da sociedade, ou seja, faz parte da construção de suas identidades de gênero.

Ainda que o direito à cirurgia de transgenitalização esteja, em certa medida, garantido por força do Enunciado 276 das Jornadas de Direito Civil – e ainda que o mesmo faça menção à retificação do registro civil posteriormente –, o direito ao nome, no entanto, não é assegurado na mesma medida de facilidade. As cirurgias de redesignação sexual estão submetidas às regras impostas pelo Conselho Federal de Medicina<sup>33</sup> e, em se tratando de usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, às portarias<sup>34</sup> específicas sobre o assunto. Quanto o nome, este está submetido ao regime do Código Civil e da Lei de Registros Públicos, conforme veremos a seguir.

### 2.1.2 *Direito ao nome*

O direito ao nome é também um direito de personalidade e se encontra preceituado no art. 16 do Código Civil, o qual dispõe que: “toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome” (BRASIL, 2002). Como já mencionado anteriormente, o nome é dotado de um aspecto público e um aspecto privado, assim sendo:

O aspecto público decorre do fato de o Estado ter interesse em que as pessoas sejam perfeita e corretamente identificadas na sociedade pelo nome e, por essa razão, disciplina o seu uso na Lei dos Registros Públicos (Lei n. 6.015/73), **proibindo a alteração do prenome, salvo exceções expressamente admitidas (art. 58) e o registro de prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores (art. 55, parágrafo único)**. O aspecto individual consiste no direito ao nome, no poder reconhecido ao seu possuidor de por ele designar-se e de reprimir abusos cometidos por terceiros (GONÇALVES, 2012, p.134).

<sup>33</sup> Resolução do Conselho Federal de Medicina n.º 1.955 de 2010.

<sup>34</sup> Portarias nº 457 de 2008; nº 2.836 de 2011 e nº 2.803 de 2013, todas do Ministério da Saúde.

Diante desses aspectos públicos e privados, as ações que podem ser propostas em relação ao nome têm dupla finalidade: “a) a retificação, para que seja preservado o verdadeiro nome; b) a contestação, para que terceiro não use o nome, ou o não exponha ao desprezo público” (GONÇALVES, 2012, p.134). Portanto, as pessoas trans que desejam alterar seus registros civis encontram a necessidade de submeterem-se à proposição de uma ação de retificação de registro civil perante juízo.

No início deste capítulo, mencionou-se que um homem cisgênero que tenha um prenome considerado “feminino” tem o direito a retificação do seu registro civil com mais facilidade do que um homem trans tem direito à retificação de seu prenome de nascença, ainda que este prenome seja *igualmente* “feminino”. Tal acontecimento se dá justamente pela prerrogativa do art. 55, parágrafo único, da Lei de Registros Públicos, pois tal situação, se vivenciada por um homem cisgênero, poderia o “expor ao ridículo”, exatamente como coloca Gonçalves (2012). No entanto, em se tratando de um homem trans, para que seja concedido o direito à retificação há a necessidade de que seja atestado uma patologia, um certo grau de sofrimento, o desejo íntimo e persistente de mudar e conjunto probatório que confirme tudo isso – com fotografias, testemunhas e o que mais for possível. Estes requisitos serão demonstrados no capítulo final, que se dedica à análise jurisprudencial.

A alteração do prenome de pessoas trans\* é tão complexa que chega a ser o assunto menos abordado dentre aquelas doutrinas que mencionam a transexualidade. Muito provavelmente porque as/os próprias/os doutrinadoras/es devem reconhecer a insegurança jurídica por trás desses casos: não há legislação específica, não há uniformidade jurisprudencial, as questões de identidades de gêneros ainda suscitam diversos debates na sociedade civil e são permeadas por muita discórdia e intolerância.

Além de Maria Berenice Dias (2014) – cuja obra é especificamente dedicada aos direitos LGBTI –, Fábio Ulhôa Coelho (2014) foi o único doutrinador que mencionou o intersecção entre a alteração do nome as pessoas transexuais. Entretanto, novamente, o autor comete equívocos que precisam ser mencionados e discutidos. Vejamos:

Outra hipótese de alteração de nome por decisão judicial diante de motivo justificável é a dos transexuais. [...] **As pessoas que alteram cirurgicamente o sexo têm direito a prenome compatível com a aparência sexual que passam a ostentar.** Esse direito tem sido mais facilmente reconhecido em juízo quando demonstrado que a pessoa **sofre de distúrbio psíquico ou fisiológico**, em razão do qual **a medicina recomenda** a mudança cirúrgica do sexo. Mas também deve ser reconhecido o mesmo direito àquelas que **optam pela inversão do sexo para serem mais felizes**. A mudança do nome do transexual é, a rigor, um ajuste e deveria ser concedida pela **mera inversão**

**do gênero do prenome (Roberto para Roberta, por exemplo)** (COELHO, 2014, p.208)

Inicialmente, a redação do autor é problemática pois dá a entender que só seria garantido o direito à retificação do prenome àquelas pessoas que já realizaram a cirurgia de redesignação sexual. Conforme veremos no capítulo seguinte do presente trabalho, tal afirmação não é verdadeira, pois, atualmente, a jurisprudência brasileira já está bastante consolidada<sup>35</sup> no sentido de não permitir a cirurgia seja exigida como critério para alteração do registro civil de pessoas trans\*.

Ademais, permanece a crítica ao discurso patologizantes do autor, que insiste em colocar a pessoas trans\* como enfermas/os ou portadoras/es de distúrbios, supostamente diferentes daquelas pessoas que “optam pela inversão do sexo para serem mais felizes” (COELHO, 2014, p.208). Resta o questionamento: ora, será que as pessoas trans\* não se submetem a um processo transexualizador ou ao árduo processo de retificação dos seus registros civis justamente porque acreditam que estas transformações lhes fariam mais felizes? Qual seria a diferença, então?

Por último, porém, igualmente importante, merece menção a afirmação final do autor, de que a mudança do prenome de uma pessoa transexual deveria ser concedida “pela mera inversão do gênero do prenome” (COELHO, 2014, p.208). Tal ideia é completamente absurda e descabida, não sendo possível encontrá-la em nenhuma outra doutrina ou jurisprudência. Não há indícios de onde tal teoria possa ter surgido. Entretanto, é evidente que tal ideia seria impraticável pois: (i) nem todos os prenomes são passíveis dessa inversão de gênero e (ii) não existe prerrogativa legal para se impor a escolha do prenome que será retificado, devendo este restar à livre escolha da/o interessada/o.

Atualmente, as/os autoras/es ou doutrinadoras/es mais progressistas, como, por exemplo, Maria Berenice Dias (2014, p.270), defendem que o pedido de troca de nome e de sexo/identidade de gênero deveria poder ser feito em sede administrativa, perante simples requerimento ao junto ao Cartório de Registro Civil onde reside a/o requerente, sem a necessidade de submeter a árduas provas e se pautando pela autodeclaração.

Nesse sentido, existem também alguns projetos de lei que visam modificar os dispositivos legislativos relacionadas à retificação do registro civil de pessoas trans\*, sendo que

---

<sup>35</sup> Por exemplo, em recente decisão, o Superior Tribunal de Justiça – STJ decidiu que pessoas transexuais têm o direito à alteração do registro civil sem a realização da cirurgia. Mais informações podem ser obtidas na notícia disponível no Portal do STJ na internet, no seguinte endereço eletrônico: <[www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt\\_BR/Comunicação/noticias/Notícias/Transexuais-têm-direito-à-alteração-do-registro-civil-sem-realização-de-cirurgia](http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunicação/noticias/Notícias/Transexuais-têm-direito-à-alteração-do-registro-civil-sem-realização-de-cirurgia)>. Acesso em: 9 mai. 2017.



um deles (Projeto de Lei 5002/2013, também conhecido como “Lei João W. Nery”) segue a proposta de retificação pela via administrativa baseada na autoidentificação, conforme propõe Maria Berenice Dias. Todos esses projetos de lei serão tratados mais especificamente adiante. Contudo, para compreender com clareza o regime de retificação do registro civil ao qual estamos submetidos atualmente, é preciso, antes, abordar o seu marco jurídico importante: a Lei nº. 6.015/1973 – Lei de Registros Públicos.

## 2.2 A Lei de Registros Públicos

A Lei nº. 6.015, datada de 31 de dezembro 1973, dispõe sobre os registros públicos no Brasil. Apesar de se tratar de uma lei relativamente antiga (atualmente, datada 44 anos sua publicação), foi uma lei que recebeu diversas alterações posteriores – e algumas delas serão mencionadas a seguir.

O estudo da Lei será dividido em dois momentos: inicialmente, será abordado o Capítulo IV, que dispõe sobre o nascimento e suas características inerentes; num segundo momento será abordado o Capítulo XIV, que trata das retificações, restaurações e suprimentos do registro civil.

Logo no início do Capítulo IV da Lei de Registros Públicos encontra-se o dispositivo que torna obrigatório o registro civil, preceituado no art. 50, o qual estabelece que “todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, dentro do prazo de quinze dias, que será ampliado em até três meses para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório” (BRASIL, 1973).

Em seguida, no art. 54, encontram-se descritos todos os elementos que devem compor um registro civil, sendo eles: 1º) o dia, mês, ano e lugar do nascimento; 2º) o sexo; 3º) a declaração se é gêmeo/a ou não; 4º) o nome e o prenome; 5º) declaração específica em casos de morte após/durante o parto; 6º) declaração específica em caso de irmãos com o mesmo prenome que existam/existiram; 7º) qualificação civil<sup>36</sup> de mãe e pai; 8º) nomes e prenomes das/os avós/ôs paternos e maternos; 9º) nomes e prenomes de duas testemunhas, em casos de partos que ocorrem sem assistência médica; 10º) número de identificação; 11º) naturalidade do registrando.

Sobre estes dispositivos (arts. 50 e 54), há um importante questionamento a ser feito, trazido à tona por Maria Berenice Dias (2014): “como proceder ao registro de um recém-

---

<sup>36</sup> Tal qualificação civil é composta de nome e prenome, naturalidade e profissão dos pais/mães, lugar e cartório onde se casaram, idade da genitora na ocasião do parto, domicílio ou residência do casal (BRASIL, 1973, art. 54).

nascido intersexual”? Afinal, quinze dias é um prazo estritamente curto para conseguir identificar o sexo que aquela criança terá, quando chegar a esta etapa de seu desenvolvimento. Frequentemente, as mães/os pais indicam “o sexo que tem aparência prevalente e, se tal não existir, farão o registro com a identidade que desejam que o filho tivesse” (DIAS, 2014, p. 301).

Isto porque não há a possibilidade de os registrados não preencherem o espaço reservado para a identificação sexual, deixando-o em branco, e tampouco há possibilidade de ser inserida a expressão “sexo indeterminado” ou “sexo indefinido” (DIAS, 2014, p. 301). Assim, não há alternativas aparentemente possíveis às/aos mães/pais, que frequentemente são aconselhados a induzir<sup>37</sup> certa identidade de gênero na criança antes mesmo que esta seja dotada de consciência suficiente para participar desse processo.

Por isso, o movimento de pessoas intersexo vêm lutando pelo “direito de não mudar”, ou seja, pelo direito de permanecer com a genitália e o sexo ambíguos, de não se submeter ao parâmetros binários estabelecidos pela *cisheteronormatividade*, inclusive o direito de poder manter essa ambiguidade no registro civil e passível de alteração posterior, caso seja necessário. Também é invocado o direito à possibilidade de uma escolha autônoma, assegurando a participação da pessoa intersexo em todas as decisões que afetam sua saúde e sua vida. Afinal, “não há nenhuma forma de garantir, *a priori*, que uma decisão tomada com relação à definição do sexo será a mais adequada, sem incluir variáveis que, só ao longo do tempo, confirmarão a posição sexual da criança, permitindo que ela se viabilize satisfatoriamente” (DIAS, 2014, p.305).

Os artigos seguintes, especialmente os arts. 57 e 58, consagram o instituto do princípio da imutabilidade do prenome. Vejamos estes importantes dispositivos *in verbis*:

**Art. 57.** A alteração posterior de nome, somente por exceção e motivadamente, após audiência do Ministério Público, será permitida por sentença do juiz a que estiver sujeito o registro, arquivando-se o mandado e publicando-se a alteração pela imprensa, ressalvada a hipótese do art. 110 desta Lei.

**Art. 58.** O prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios (BRASIL, 1973).

Para orientar a interpretação do art. 57, acrescenta-se à leitura o art. 110:

---

<sup>37</sup> Existe a crença generalizada de que a adequação e as vivências sociais seriam suficientes para a definição da identidade de gênero. Bastaria um corpo com características sexuais definidas para construir-se a identidade de gênero. Assim, muitas vezes, o cirurgião faz sua parte ao fazer as adaptações necessárias, e as/os mães/pais criam um ambiente social apropriado, no qual a criança seria menino ou menina, assumindo a identidade sexual e o papel de gênero que lhe foi atribuído. No entanto, como se vive uma realidade de múltiplas dimensões da sexualidade, não são suficientes os parâmetros binários estabelecidos pelo padrão de sexualidade masculino e feminino ou heterossexualidade e homossexualidade – pois fomentam a exclusão de pessoas que não estão assim enquadradas, aniquilando a liberdade de escolha (DIAS, 2014, p.302).

**Art. 110.** Os erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção poderão ser corrigidos de ofício pelo oficial de registro no próprio cartório onde se encontrar o assentamento, mediante petição assinada pelo interessado, representante legal ou procurador, independentemente de pagamento de selos e taxas, após manifestação conclusiva do Ministério Público.

Destarte, cabe mencionar que a redação do art. 58 como consta atualmente foi dada pela Lei nº. 9.807 de 1999, pois “em sua redação original a lei dispunha que o prenome era imutável” (GONÇALVES, 2012, p.155), e por isso fala-se em “imutabilidade do nome”.

Todavia, as possibilidades de alteração do registro sempre estiveram contempladas pela Lei de Registros Públicos, especialmente quando o nome gera constrangimento e/ou apresenta evidente erro gráfico (que seriam os casos do art. 110). A ideia do constrangimento também é prevista por essa mesma lei, no parágrafo único do art. 55, que dispõe que “os oficiais de registro civil não registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores”.

Ainda assim, a alteração do prenome não é bem aceita pelo ordenamento jurídico, que busca afastar as possibilidades de alteração por “mero desgosto” do portador e, portanto, restringe as propostas de alterações submetendo-as à necessidade de comprovação, conforme dispõe o art. 57.

O art. 110 diz respeito aos “erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção”, sendo estes passíveis de correção de ofício no próprio cartório. A redação deste artigo foi dada pela Lei nº 12.100/2009<sup>38</sup>, que prevê também para esta hipótese uma espécie de “procedimento sumário” (GONÇALVES, 2012, p.155), realizado de ofício no próprio cartório onde se encontrar o assentamento, e com a devida manifestação conclusiva do Ministério Público (BRASIL, 1973).

No entanto, em se tratando de retificação do registro civil de pessoas trans\* ou intersexo, não é possível invocar o dispositivo do art. 110, portanto, tal situação resta submetida ao regime geral do art. 57, enquadrando-se em uma “exceção motivada”, uma vez que a transexualidade/intersexualidade será considerada uma patologia (o que configura a exceção) e haverá uma expressa declaração de vontade (que configura a motivação, mas que também deverá ser atestada mediante um robusto corpo probatório).

---

<sup>38</sup> A lei nº 12.100/2009 foi criada para modificar a redação dos arts. 40, 57 e 110 da Lei nº 6.015/1973 – Lei de Registros Públicos. Todavia, essas alterações não foram muito significativas, visto que não houve nenhuma mudança na forma de realizar os procedimentos de retificação do registro civil, a mudança atingiu apenas a redação dos artigos em si. Acontece esta lei foi antecedida por uma outra, a Lei nº 6.126/75, que também foi criada com o objetivo de modificar a Lei de Registros Públicos. Essa alteração que ocorreu em 1975, apenas dois anos após a publicação da Lei, e foi muito mais significativa, pois reenumerou diversos artigos. No entanto, essa renumeração deixou alguns artigos defasados, e estes foram corrigidos com a Lei nº 12.100/2009.

Todavia, como já mencionado anteriormente, Maria Berenice Dias (2014) sugere que o procedimento de retificação de registro de pessoas trans\* deveria se dar em sede administrativa, no próprio Ofício de Registro Civil – o que se assemelha bastante aos moldes do art. 110. Trataremos, ao fim deste capítulo, de projetos de lei que sugerem propostas como essa e também diversas outras possibilidades de alteração da Lei de Registros Públicos em casos específicos de pessoas trans\*.

Merece destaque, também, a participação ativa do Ministério Público nos processos de retificação de registro civil. Nota-se que mesmo nos casos em que a alteração é evidentemente necessária, onde a lei até cria dispositivos a fim de facilitar o procedimento de retificação, como é o exemplo do art. 110, ainda assim a figura do Ministério Público é extremamente relevante.

O Ministério Público, na figura de um/a Promotor/a de Justiça, é invocado, por força da própria Lei de Registros Públicos, a analisar as provas e motivações de todas as solicitações de retificação do assentamento de nascimento, emitindo um parecer. Em conformidade com a análise jurisprudencial que será apresentada no último capítulo deste trabalho, poderemos observar que é frequentemente esta figura, a do/a Promotor/a, que cria os principais obstáculos aos processos de retificação movidos por pessoas trans\*. Muitas vezes as obstruções criadas são motivadas, ainda que subjetivamente, por questões de ordem político/ideológica/religiosa e que interferem no ofício da Promotoria.

Para compreender como se dá, factualmente, uma processo de retificação do registro civil de uma pessoa trans\*, nos dedicaremos, a seguir, à explanação de algumas especificidades acerca da ação em si.

### **2.3 A ação de retificação de registro civil de pessoas trans\***

O Capítulo XIV da Lei de Registros Públicos (nº 6.015/73) se destina às retificações, restaurações e suprimientos dos registros civis. São de maior importância os artigos 109 e 110, integrantes deste capítulo. O atual art. 109 costumava ser o art. 110, mas foi renumerado em 1975 (pela Lei nº 6.216/75, que não renumerou apenas este mas também diversos outros artigos da Lei de Registros Públicos). O atual art. 110 surgiu a partir da redação da Lei nº 12.100 de 2009 e, conforme já mencionado, ele trata de uma espécie de “procedimento sumário”, mais simplificado, destinado à situações específicas, não sendo cabível para pessoas trans\* ou intersexo que desejem retificar seus registros civis.

Pessoas trans\* e intersexo estão sujeitas ao regime do art. 109, que trata da retificação do registro de maneira mais ampla, sob um procedimento mais complexo e mais demorado. Para início de análise, é fundamental a leitura do dispositivo *in verbis*:

**Art. 109.** Quem pretender que se restaure, supra ou retifique assentamento no Registro Civil, requererá, em petição fundamentada e instruída com documentos ou com indicação de testemunhas, que o Juiz o ordene, ouvido o órgão do Ministério Público e os interessados, no prazo de cinco dias, que correrá em cartório. (Renumerado do art. 110 pela Lei nº 6.216, de 1975).

§ 1º Se qualquer interessado ou o órgão do Ministério Público impugnar o pedido, o Juiz determinará a produção da prova, dentro do prazo de dez dias e ouvidos, sucessivamente, em três dias, os interessados e o órgão do Ministério Público, decidirá em cinco dias.

§ 2º Se não houver impugnação ou necessidade de mais provas, o Juiz decidirá no prazo de cinco dias.

§ 3º Da decisão do Juiz, caberá o recurso de apelação com ambos os efeitos.

§ 4º Julgado procedente o pedido, o Juiz ordenará que se expeça mandado para que seja lavrado, restaurado e retificado o assentamento, indicando, com precisão, os fatos ou circunstâncias que devam ser retificados, e em que sentido, ou os que devam ser objeto do novo assentamento.

§ 5º Se houver de ser cumprido em jurisdição diversa, o mandado será remetido, por ofício, ao Juiz sob cuja jurisdição estiver o cartório do Registro Civil e, com o seu "cumpra-se", executar-se-á.

§ 6º As retificações serão feitas à margem do registro, com as indicações necessárias, ou, quando for o caso, com a trasladação do mandado, que ficará arquivado. Se não houver espaço, far-se-á o transporte do assento, com as remissões à margem do registro original. (BRASIL, 1973, grifos nossos)

Assim sendo, ante o exposto no art. 109, observa-se que uma petição inicial de uma ação de retificação do registro civil de pessoa trans\* deverá conter instrução probatória com documentos ou indicação de testemunhas que possam comprar a tese do/a autor/a, ou seja, que atestem e comprovem que determinada pessoa utiliza ou é reconhecida pelo nome que pleiteia. Caso a prova seja documental, a pessoa interessada na retificação, se for usuário/a da política pública do nome social, poderá anexar qualquer documento de identificação que possua apresentando o nome social.

Uma via alternativa para quem não deseja ou não pode invocar testemunhas é utilizar-se das declarações pessoais. As declarações podem ser feitas por qualquer pessoa que esteja disposta a atestar que reconhece a pessoa solicitante da retificação pelo nome que esta pleiteia, se possível especificando também há quanto tempo reconhece aquela pessoa por tal

nome e/ou gênero. As declarações devem conter também a assinatura, devidamente autenticada, da/o declarante. Geralmente apresentam-se, no mínimo, três declarações como essa.

É fundamental mencionar também a importância do Ministério Público nesse tipo de procedimento. Conforme dispõe o § 1º do artigo supracitado, se houver impugnação do Ministério Público, o juiz deverá determinar pela produção de provas, novos prazos serão estipulados, o tempo de duração da ação se prolonga, a morosidade da justiça aumenta. A análise jurisprudencial do capítulo seguinte se encarregará de demonstrar no que se baseiam as impugnações do Ministério Público, mas, por ora, pode-se dizer que as intervenções do Ministério Público estão sempre suscetíveis às opiniões e articulações político-ideológicas de seus/suas representantes, nas figuras dos/as Promotores/as Públicos/as atuantes em cada caso.

No que tange à retificação do sexo/gênero que consta no registro civil, um dos argumentos utilizados para negar a mudança tem fulcro no art. 1.604 do Código Civil, que proíbe “vindicar estado contrário ao que resulta no registro de nascimento, salvo provando-se erro ou falsidade do registro” (BRASIL, 2002). Por conta disso, em alguns casos, a competência das ações de retificação do registro civil é inclinada à Vara de Famílias, sob alegação de não se tratar de erro ou falsidade do registro, mas de alteração do estado da pessoa. Entretanto, o mais frequente é que essas ações sejam propostas nas Varas dos Registros Públicos (DIAS, 2014, p.290), ainda que já existam jurisprudências<sup>39</sup> que concedem a competência à Vara de Famílias.

Quando reconhecido, em sentença de procedência, o direito à retificação do registro civil de uma pessoa trans\*, não há uniformidade em tais decisões judiciais quanto à publicitação dessa alteração, visto que o disposto no § 6º do art. 109 deixa aberto duas possibilidades: pode a alteração restar na margem do registro, ou ser substituída por um registro novo, arquivando-se o anterior. Assim sendo, algumas decisões não mencionam nada a respeito; outras autorizam a extração de nova certidão imediatamente; noutros casos há juízes que determinam a publicação em edital; alguns julgamentos proíbem essa publicitação e, ainda, determinam que a averbação permaneça em segredo, sujeito à quebra apenas quando mediante requerimento da/o própria/o interessada/o ou por determinação judicial.

Atualmente, a tendência jurisprudencial é determinar a alteração do sexo/gênero sem qualquer indicação de status anterior ou de transexualidade (DIAS, 2014, p.291). Muitas

---

<sup>39</sup> Alguns casos que podem ser citados como exemplos de competência da Vara de Famílias: Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Conflito de Competência nº. 2012.033682-3, de Chapecó, rel. Des. Ricardo; Tribunal de Justiça do Espírito Santo, Conflito de Competência nº 0027088-63.2013.8.08.0000, rel. Des. Janete Vargas; Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Agravo de Instrumento nº 2007.002.26611, rel. Des. Odete Knaack de Souza; Superior Tribunal de Justiça, Recurso Especial nº 737.993-MG, Rel. João Otávio de Noronha. A primeira e a última decisão supracitadas serão analisadas no terceiro capítulo deste trabalho.

das decisões que melhor atendem aos direitos à intimidade e à identidade das pessoas trans\* são gaúchas<sup>40</sup>, e estas explicitam o veto à publicidade de qualquer situação anterior à alteração, bem como qualquer referência à alteração no registro civil. Vejamos, a seguir, duas ementas de acórdãos gaúchos que servem de exemplo:

**APELAÇÃO CÍVEL. REGISTRO CIVIL. Alteração do registro de nascimento. Nome e sexo. Transexualismo. Sentença acolhendo o pedido de alteração do nome e do sexo, mas determinando segredo de justiça e vedando a extração de certidões referentes à situação anterior. Recurso do Ministério Público insurgindo-se contra a não publicidade do registro. Sentença mantida. RECURSO DESPROVIDO. (Segredo de Justiça)** (Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Apelação Cível nº. 70006828321. Relatora: Catarina Rita Krieger Martins. Julgado em 11/12/2003)

**APELAÇÃO CÍVEL. REGISTRO CIVIL. ALTERAÇÃO. PRENOME E GÊNERO. TRANSEXUALISMO. PROIBIÇÃO DE REFERÊNCIA QUANTO A MUDANÇA. POSSIBILIDADE.** Determinada a alteração do registro civil de nascimento em casos de transexualidade, desde que demonstrada a existência da alopatia, é imperiosa a proibição de referência no registro civil quanto à mudança, a fim de preservar a intimidade do apelado. **NEGARAM PROVIMENTO.** (Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Apelação Cível nº. 70021120522. Relator: Rui Portanova. Julgado em 11/10/2007)

Reitera-se que as alterações do registro civil de uma pessoa trans\*, se levadas a conhecimento público, podem acabar revertendo-se contra o/a própria solicitante, uma vez que pode acarretar em ainda mais estigmas e discriminações.

Outro aspecto que merece destaque diz respeito à alteração do sexo no registro civil e as cirurgias de redesignação sexual. Em alguns casos, observou-se que certas/os magistradas/os exigiam a realização da cirurgia como um critério para possibilidade de mudança do status do sexo civil. Todavia, a jurisprudência atual vem se consolidando, cada vez mais firmemente, no sentido de não permitir que a cirurgia seja exigida como um requisito. Em recente decisão<sup>41</sup>, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça – STJ firmou tal

<sup>40</sup> Algumas das decisões do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul – TJ/RS que foram analisadas e que são bons exemplos de respeito ao sigilo: TJ/RS, Apelação Cível nº. 70013580055, Relator: Claudir Fidelis Faccenda. Julgado em 17/08/2006; TJ/RS, Apelação Cível Nº 70006828321, Relatora: Catarina Rita Krieger Martins, Julgado em 11/12/2003; TJ/RS, Apelação Cível Nº 70021120522 Relator: Rui Portanova, Julgado em 11/10/2007. No entanto, também existem decisões em outros estados que respeitam o sigilo, como, por exemplo, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais: TJ/MG, Apelação Cível n.º 0816762-79.2007.8.13.0647, Relatora: Des. Vanessa Verdolim Hudson Andrade, Julgado em 12/07/2011. E também do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, os seguintes casos: TJ/SC. Apelação Cível nº: 2014.074259-6. Relatora: Desª. Hildemar Meneguzzi de Carvalho. Origem: Chapecó/SC. Órgão Julgador: Câmara Especial Regional de Chapecó. Julgado em: 23/11/2015. Juíza Prolatora: Marciana Fabris; e TJ/SC, Apelação Cível nº. 2015.015342-4, Relator: Des. Domingos Paludo, Julgado em: 05/11/2015.

<sup>41</sup> A divulgação de tal decisão se deu no dia 9 de maio de 2017, através do portal de notícias do STJ, sob o título: “Transsexuais têm direito à alteração do registro civil sem realização de cirurgia”. Entretanto, esse caso não pôde ser abordado na análise jurisprudencial do terceiro capítulo deste trabalho porque o número do

entendimento ao acolher o pedido de retificação de prenome e sexo/gênero de uma mulher trans que, apesar de ter se submetido a algumas etapas do processo transexualizador, não realizou a cirurgia transgenitalizadora e nem tem a intenção. Ainda assim, nesse caso, foi apresentada uma avaliação psicológica pericial para comprovar sua identificação social como mulher.

Ao todo, o processo de retificação do registro civil acaba sendo tão lento e desgastante que algumas pessoas preferem nem se submeter a tal medida. As averiguações do Poder Judiciário, às vezes, são bastante profundas e a produção de provas – procura por testemunhas ou por pessoas que possam emitir declarações, consultas com especialistas que emitam laudos, etc. – pode ser ainda mais inacessível para aquelas pessoas inseridas em contextos de vida mais complexos ou menos estruturados. Nesse sentido, Maria Berenice Dias (2014) sintetiza o problema:

O nome é um direito, não uma *via-crúcis*. O direito ao nome decorre do direito fundamental à integridade moral que encerra a identidade pessoal, familiar e social, além de outros aspectos, como a liberdade civil, política e religiosa, a honra, a imagem, a intimidade, etc. [...] No entanto, é tudo tão demorado, que gera, durante anos, enormes sofrimentos a quem tem uma identidade registral diversa da sua identidade social. (DIAS, 2014, p.281)

Pode-se observar, portanto, que nas ações de retificação de registro civil de pessoas trans\*, diferentes circunstâncias podem acarretar em diferentes resultados. Por exemplo, a atuação do Ministério Público ou até mesmo das/os magistradas/os pode ser bastante diferente de um caso para outro. Tal situação aponta para uma evidente insegurança jurídica nessas situações, deixando à margem do acesso à justiça aquelas/es que já são constantemente estigmatizadas/os.

Para sanar tal insegurança jurídica, respeitar o direito à identidade e à autodeterminação, o ideal seria que fosse completamente dispensada a intervenção do Poder Judiciário em casos como esses. Tal proposta não é absurda ou descabida, muito pelo contrário, pois conforme esclarece a doutrinadora Maria Berenice Dias:

Não se trata de desestruturar o sistema, mas de adequar a complexidade da ordem jurídica à complexidade da ordem natural. Assim, há que se atenuar certas exigências legais. A própria Lei de Registros Públicos diz que o prenome é definitivo, mas pode ser substituído. Igualmente é admitida sua alteração, a pedido do interessado, desde que não prejudique o sobrenome de família (DIAS, 2014, p.280).

---

processo não foi disponibilizado na notícia e esse acórdão não foi encontrado na busca jurisprudencial. A notícia está disponível em: <[http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt\\_BR/Comunicação/noticias/Notícias/Transexuais-têm-direito-à-alteração-do-registro-civil-sem-realização-de-cirurgia](http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunicação/noticias/Notícias/Transexuais-têm-direito-à-alteração-do-registro-civil-sem-realização-de-cirurgia)>. Acesso em: 09 mai. 2017.



Em alguns países, como Argentina, Austrália, Bolívia, Canadá, Dinamarca, Espanha, Equador, Inglaterra, Noruega e Uruguai, a mudança do registro civil de pessoas trans\* é levada à efeito administrativamente. Não é sequer necessário apresentar a juntada de quaisquer provas, são dispensados o atestado médico ou de acompanhamento psicossocial, além da garantia de que não haverá questionamento sobre realização ou não da cirurgia de redesignação sexual.

Entretanto, no Brasil, não há qualquer tipo de legislação específica que discorra sobre identidades de gênero ou sobre a retificação do registro civil de pessoas trans\*, apesar de existirem alguns Projetos de Lei – bem diferentes entre si – que propõem alterações na Lei de Registros Públicos em casos de transexualidade. Tais projetos serão apresentados a seguir.

## **2.4 Projetos de Lei atuais que versam sobre registro civil e/ou identidades de gênero**

Ainda que no campo teórico/científico os estudos de gênero(s) e sexualidade(s) estejam bem consolidados, no campo legislativo não existe uma equivalência. Juridicamente, as pessoas cujas sexualidades ou identidades de gênero sejam divergentes da *cisheteronorma* são amparadas pela jurisprudência, visto que o legislador se omite diante de tais assuntos.

Entretanto, a ausência de legislação não significa a ausência de propostas, na forma de projetos de lei. Serão analisados, neste trabalho, cinco Projetos de Lei que discorrem sobre identidades de gênero e/ou retificação do registro civil de pessoas trans\*.

A primeira proposta legislativa que surgiu abordando a transexualidade foi o Projeto de Lei – P.L. 1.909-A de 1979 (MDB-SP)<sup>42</sup>. Em meio ao período de ditadura civil-militar brasileira e um ano após a condenação de Roberto Farina, tal projeto se propunha a isentar os/as médicos/as que realizassem as cirurgias de redesignação sexual de qualquer possibilidade de criminalização. De acordo com Maria Luiza Rovaris Cidade (2016, p.75), o Projeto de Lei foi arquivado por se tratar de um tema polêmico e não consensual. Todavia, naquela época as feministas já afirmavam o direito ao próprio corpo e, portanto, defendiam a possibilidade de realização da cirurgia de redesignação sexual. Também já era comum a realização de cirurgias no exterior e começavam a surgir as primeiras cirurgias no Brasil; contudo, ao mesmo tempo, diversas controvérsias as essas possibilidades também se instalavam (CIDADE, 2016, p.75).

---

<sup>42</sup> De acordo com Maria Luiza Rovaris Cidade, esse Projeto de Lei e sua matéria correspondente foi apenas encontrado em jurisprudências. Não há seu registro no site da Câmara dos Deputados, pois é referente a 1979 e não entrou no sistema disponível online. Portanto, não há como saber o nome do deputado que foi autor. (CIDADE, 2016).

Conforme já mencionado no capítulo anterior, as cirurgias de redesignação sexual só foram regulamentadas no Brasil por força das ações do Conselho Federal de Medicina – CFM e não por força do Poder Legislativo. No entanto, a primeira resolução do CFM que tratou do assunto só o fez quase vinte anos mais tarde, em 1997, com a criação da Resolução n.º 1.482/97. Essa resolução foi posteriormente atualizada em 2002 e em 2010. O Legislativo, porém, continua isento de participação na questão até hoje.

Ainda que esse primeiro Projeto de Lei seja importante – uma vez que é o primeiro de que se tem registro a defender a possibilidade de realização das cirurgias em pessoas transexuais – este não tratava especificamente dos registros civis dessas pessoas que se submetiam a tais cirurgias.

O segundo Projeto de Lei estudado, o P.L. 3.349/1992 de Antônio de Jesus (PMDB/GO), é o primeiro projeto a propor uma alteração no texto da Lei de Registros Públicos. No entanto, seu objetivo é vetar expressamente a possibilidade de alteração do registro civil de pessoas trans\* no Brasil. Esse P.L. está sujeito à apreciação na plenária da Câmara dos Deputados (CIDADE, 2016, p.76)

O terceiro Projeto de Lei analisado foi o P.L. 70/1995 de José Coimbra (PTB/SP), que também aguarda apreciação do plenário. Tal projeto prevê a possibilidade de alteração do registro civil, no entanto, exige que conste a palavra “transexual” no documento. Conforme já mencionado anteriormente, tal proposta é problemática pois afronta certos direitos da personalidade e direitos fundamentais das pessoas trans\* e pode acabar agravando situações vexatórias para essas pessoas.

O quarto Projeto de Lei a ser apresentado é o P.L. 2.976/2008 de Cida Diogo (PT/RJ). Sua proposta é atuar sobre o art. 58 da Lei de Registros Públicos, acrescentando o item 58-A, que possibilitaria que pessoas com a “orientação de gênero travesti” sejam autorizadas a utilizarem de um nome social, que deverá ser agregado ao lado do prenome oficial, na forma de apelido público notório. Esse projeto também se encontra sujeito à apreciação. (CIDADE, 2016, p.76)

O quinto e mais recente Projeto de Lei estudado é o P.L. 5.002/2013, apresentado pelo deputados Jean Wyllys (PSOL/RJ) e pela deputada Erika Kokay (PT/DF), também conhecido como *Projeto de Lei João W. Nery*<sup>43</sup> – *Lei de Identidade de Gênero*. Além de ser o

---

<sup>43</sup> O projeto de lei recebeu tal denominação em homenagem ao primeiro homem trans\* do que Brasil, que se tem registro, que realizou sua cirurgia de redesignação sexual ainda em tempos de ditadura civil-militar. O projeto de lei também leva o nome de Lei de Identidade de Gênero pois foi embasado nas legislações do Uruguai e da Argentina, que levam este mesmo nome.

mais atual, esse Projeto de Lei é também o mais condizente com as atuais teorias de gênero e sexualidade, apresentando uma proteção jurídica completa às pessoas com identidades de gênero. Ele afirma o direito à identidade de gênero, justificando-se a partir de princípios de direitos humanos e do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

O Projeto de Lei João W. Nery também propõe a modificação do art. 58 da Lei de Registros Públicos, mas só o faz ao fim, em seu 12º art., após algumas delimitações iniciais. Em seu art. 1º, é garantido a toda pessoa o direito: (I) ao reconhecimento de sua identidade de gênero, (II) ao livre desenvolvimento de sua pessoa conforme sua identidade de gênero e (III) a ser tratada/o de acordo com sua identidade de gênero, especialmente no que diz respeito ao prenome, à imagem e ao sexo que são registrados nos documentos de identidade pessoal (BRASIL, 2013).

O art. 2º se dedica à conceituação do que é identidade de gênero e apresenta uma definição bastante próxima daquela dada pelos (já citados) Princípios de Yogyakarta, dos quais o Brasil é país signatário. Assim sendo, o P.L. 5.002/2013 entende por identidade de gênero “a vivência interna e individual do gênero tal como cada pessoa o sente, a qual pode corresponder ou não com o sexo atribuído após o nascimento” (BRASIL, 2013).

O art. 3º explicita a possibilidade de solicitação de alteração registral de sexo, prenome ou imagem que estejam presentes em documentações pessoais sempre que não coincidam com sua identidade de gênero auto-percebida (BRASIL, 2013). Em seguida, a partir do art. 4º e até o art. 7º, o Projeto de Lei se dedica à detalhar como o procedimento de retificação se daria, à quais regras estaria submetido e como garantir segurança jurídica a esse processo. Em breve síntese, pode-se dizer que o procedimento de alteração se daria diretamente no cartório de registro civil, sem necessidade de qualquer tramitação judicial, de forma gratuita, garantindo a preservação dos status de casamento, maternidade ou paternidade (com retificação automática desses últimos dois status, se assim solicitado), podendo ser requisitado por qualquer pessoa interessada a partir dos 18 (dezoito) anos ou, em caso contrário, através de seus/suas representantes legais.

Dá-se especial importância ao art. 7º, que visa garantir a segurança jurídica após as alterações registrais, tendo em vista que é justamente esse o principal argumento contrário à aprovação de projetos de lei (SÁ NETO, 2014b, p.108) que versem sobre alteração do registro civil. Tal artigo declara que a alteração do prenome não alteraria a titularidade dos direitos e obrigações jurídicas que correspondam à pessoa com anterioridade à mudança registral, nem daqueles eu provenham de relações próprias do direito de família (BRASIL, 2013).

Os arts. 8º e 9º se dedicam à possibilidade de realização de quaisquer cirurgias que façam parte do processo transexualizador e à possibilidade de realização destas por meio do Sistema Único de Saúde – SUS, sucessivamente. Nota-se, portanto, que o Projeto de Lei tem uma preocupação não só no sentido de garantir o acesso à documentos pessoais condizentes com a identidade de gênero auto-percebida, mas também em solucionar outras questões que ainda não foram abordadas legislativamente, como o próprio processo transexualizador em si.

Ainda que hoje já estejam garantidas a realização das cirurgias de redesignação sexual e demais etapas do processo transexualizador via Sistema Único de Saúde – SUS<sup>44</sup>, as exigências para tais acompanhamentos terapêuticos são estabelecidas pelo Conselho Federal de Medicina – CFM. Por exemplo, para realização de cirurgias de redesignação, conforme estipulado pela Resolução CFM n.º 1.955/2010, exige-se um prazo mínimo de 2 (dois) anos de acompanhamento terapêutico como condição para viabilização da cirurgia, além do diagnóstico de transexualidade (CFM, 2010).

Portanto, uma novidade trazida pelo art. 8º do presente projeto de lei é estender o acesso a todas as etapas do processo transexualizador a qualquer pessoa maior de 18 (dezoito) anos – ou, sendo menor, com a autorização da/o responsável legal. Basta a declaração de interesse e consentimento do interessado, não sendo necessário nenhum diagnóstico, ou submissão prévia à acompanhamento terapêutico, ou autorização judicial. Nesse sentido, vê-se que se trata de um artigo importante para garantir as reivindicações pautadas pelos movimentos pela despatologização das identidades trans e pela garantia à autodeterminação, conforme abordado no capítulo anterior.

O art. 10º se dedica à garantir os mesmos direitos de reconhecimento e respeito à identidade de gênero auto-atribuída àquelas pessoas que não tenham realizado a retificação registral. O parágrafo único deste mesmo artigo se dedica à obrigar o uso do nome social em citações ou chamadas públicas ou privadas.

Apenas após essas delimitações iniciais é que o Projeto de Lei apresenta, no art. 12, uma proposta de alteração à Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/73), que seria a de modificar o art. 58 – “o prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, sua substituição por apelidos públicos notórios” (BRASIL, 1973) – pela seguinte redação:

*"Art. 58º. O prenome será definitivo, exceto nos casos de discordância com a identidade de gênero auto-percebida, para os quais se aplicará a lei de identidade de gênero. Admite-se também a substituição do prenome por apelidos públicos notórios." (BRASIL, 2013, grifos originais).*

---

<sup>44</sup> Direito garantido através da Portaria nº. 1.707/2008 do Ministério da Saúde, conforme já abordado também no capítulo anterior.

Entende-se, por fim, que o Projeto de Lei 5.002/2013 – *João W. Nery* é, dentre as propostas legislativas que aguardam apreciação na Câmara dos Deputados, a que mais poderia beneficiar a população trans\*. Isto porque é o único dentre os projetos de lei analisados que oferece mais do que uma apenas uma proposta de alteração da Lei de Registros Públicos, oferecendo uma autêntica “articulação conceitual, técnica e operacional baseada na perspectiva de autoatribuição identitária entre identidade de gênero, prenome, imagem no documento e designação de sexo/gênero” (CIDADE, 2016, p.76).

Por fim, destaca-se que, por mais completa que seja a abordagem desse Projeto de Lei, este não seria a solução última para todas as demandas da população trans\* ou para todas as formas de discriminações advindas da *cisheteronormatividade*. Como nos recorda Clarindo Epaminondas de Sá Neto (2014b):

O projeto de Lei João Nery parece tentar corrigir anos de segregação e de exclusão de uma população que pela própria história é restringida de direitos individuais e sociais básicos. Esse direito, – o de viver sua identidade de gênero de forma plena – não supõe que a mudança de um prenome seja a única e exclusiva forma de inclusão social a ser destinada à comunidade transgênera, nem que a aprovação dessa lei vá pôr em risco as organizações familiares em favor das quais os discursos de ódio são levantados, senão que pretende – meramente – corrigir anos de exclusão e humilhação (SÁ NETO, 2014b, p. 108).

Da mesma forma, Maria Berenice Dias aponta para uma necessária “adequação da complexidade da ordem jurídica à complexidade da ordem natural” (DIAS, 2014, p. 280). Ou seja, as múltiplas experiências trans\* já existem (e resistem), ainda que constantemente invisibilizadas. Não há mais espaço para ignorar esta realidade fática e não incorporá-la ao mundo jurídico.

No entanto, enquanto o Projeto de Lei *João W. Nery* não é apreciado pelo plenário da Câmara dos Deputados, a população trans\* fica à mercê das decisões judiciais (de primeira instância e às vezes também de instâncias superiores) para obter o acesso ao direito de retificação do registro civil. Diante do crescente número de casos nos últimos anos – a partir dos anos 2000, principalmente – e da exponencial popularização do tema, emergem os mais diversos entendimentos jurisprudenciais sobre o assunto. Por isso, fez-se um compilado de algumas das jurisprudências consideradas mais importantes sobre o tema e estas serão o objeto de pesquisa específico do próximo capítulo.

“Nos Estados de direito não são os direitos adquiridos e codificados que contam, mas tudo aquilo que atualmente constitui um problema para o direito, tudo o que leva as conquistas a correrem o risco permanente de serem novamente questionadas. Não nos faltam tais problemas hoje, o código civil tende a rachar por todos os lados, e o código penal conhece uma crise igual à das prisões. O que é criador de direito não são os códigos ou as declarações, é a jurisprudência. A jurisprudência é a filosofia do direito, e o procede por singularidade, por prolongamento de singularidades.

[...]

É a jurisprudência que é verdadeiramente criadora de direito: ela não deveria ser confiada aos juízes. Não é o Código Civil que os escritores deveriam ler, mas antes as coletâneas de jurisprudência. Hoje já se pensa em estabelecer o direito da biologia moderna; mas tudo, na biologia moderna e nas novas situações que ela cria, nos novos acontecimentos, que ela possibilita, é questão de jurisprudência. Não é de um comitê de sábios, comitê moral e pseudocompetente, que precisamos, mas de grupos de usuários. É aí que se passa do direito à política”.

(**Gilles Deleuze**, em *Conversações*<sup>45</sup>)

---

<sup>45</sup> DELEUZE, Gilles. *Conversações*, 1972-1990. Tradução de Peter Pál Pelbart. In: *Coleção TRANS*. São Paulo: Editora 34, 1992. p.191 e p.209-210.

### 3. DECISÕES DO PODER JUDICIÁRIO EM ANÁLISE

A ausência de legislação específica que disponha sobre o tema das identidades de gênero no Brasil é um problema que contribui cotidianamente para a exclusão das pessoas trans\* em uma sociedade *cisnormativa*. Em certa medida, essa lacuna jurídica garante uma espécie de justificativa para a ignorância de algumas pessoas (cis) sobre o tema e, também, deixa aberta uma porta para a intolerância, o desrespeito e, às vezes, até a violência física contra pessoas trans\*. A *transfobia* não é um crime tipificado<sup>46</sup> e, portanto, esse vocabulário simplesmente não existe no mundo jurídico – exceto se for criado por força jurisprudencial, a partir de casos específicos. O *genocídio*<sup>47</sup> de pessoas trans\* (JESUS, 2013) não é um dado compreendido e absorvido nem pelo Estado, nem pela população brasileira.

No plano jurídico, a situação de evidente disparidade entre pessoas trans\* e pessoas cis neste país fez com que o papel do Poder Judiciário como promotor de igualdade fosse engrandecido. Atualmente, dentre os três poderes<sup>48</sup>, o Judiciário é o único capaz de garantir (ou não) o acesso das pessoas trans\* aos seus direitos – civis e fundamentais, principalmente. Isto porque, de acordo com o Código de Processo Civil (2015), um/a juiz/a não pode se eximir de seu poder de decisão diante de uma demanda sob alegação de lacuna ou obscuridade do

---

<sup>46</sup> A tipificação é o ato de caracterizar algo, de classificá-lo em tipos; no Direito Penal, todos os crimes precisam ser tipificados, ou seja, especificados no Código Penal. O fato de transfobia não ser um crime tipificado implica na falta de relatórios oficiais que pudessem dizer, com certeza, quantos casos como esse realmente acontecem no Brasil; faz, também, com que outras instâncias do Poder Judiciário deixem de reconhecer essa forma específica de discriminação, conforme restará comprovado na análise jurisprudencial deste trabalho. De toda forma, os estudos da Criminologia Crítica apontam que a simples tipificação de um novo crime não resolve o problema jurídico, ou seja, o fato social que gera o crime em si. Ademais, esse campo do estudo também demonstra que o Sistema Penal e Carcerário não são eficazes nas tarefas que se propõem a cumprir socialmente – por exemplo, as funções de prevenção, proteção ou reintegração. Portanto, é preciso restar clarividente que a criminalização da transfobia não é solução para os problemas sociais criados pela cisheteronorma. Para aprofundar os estudos da Criminologia Crítica, recomendam-se as autoras/es: Vera Regina Pereira de Andrade, Vera Malaguti Batista, Alessandro Baratta, Salo de Carvalho, Nilo Batista e Eugenio Raúl Zaffaroni.

<sup>47</sup> Jaqueline Gomes de Jesus (2013) publicou o artigo intitulado *Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio*, onde aprofunda este conceito. Em sua publicação, ela justifica a utilização do termo *genocídio* com base na determinação estabelecida pelo art. II da Convenção das Nações Unidas, que define o genocídio como “qualquer ato cometido com a intenção de destruir total ou parcialmente um grupo”. A pesquisa da autora também demonstra que o Brasil foi o Estado com o maior índice de assassinatos de pessoas trans\* em 2011. O país foi responsável por 39,8% dos assassinatos de pessoas transexuais no mundo, entre 2008 e 2011. Se comparada apenas com o restante da América Latina, nesse mesmo período, essa estatística aumenta para 50,5% (JESUS, 2013, p.110). De acordo com a RedeTrans (Rede Nacional de Pessoas Trans - Brasil), que faz um monitoramento dos casos de violência contra pessoas trans\* no Brasil, só em 2017, até a publicação deste trabalho (mês de julho) foram registrados os seguintes casos: 91 homicídios e 39 tentativas de homicídio contra pessoa trans\*; 64 casos de violação dos direitos humanos de pessoas trans\* e 2 casos de suicídio de pessoa trans\*. Disponível em: <<http://redetransbrasil.org/>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

<sup>48</sup> A composição dos poderes do Estado brasileiro adotou a teoria de Montesquieu em sua Constituição e, portanto, funciona da maneira *tripartite*, dividindo-se entre o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário, independentes e harmônicos entre si. Cada um desses Poderes tem suas atividades específicas. Ao Judiciário, cabe a função de dizer o direito ao caso concreto, pacificando a sociedade, em face da resolução dos conflitos, sendo sua função atípica de administrar e julgar.

ordenamento jurídico<sup>49</sup>, devendo utilizar-se de princípios, analogias ou costumes para a tomada de decisão.

Entretanto, conforme já demonstrado em outros trabalhos de pesquisa jurisprudencial sobre o tema, desse processo analógico resultam-se decisões completamente heterogêneas (SWIECH, 2015; LIMA, 2015). Ou seja, em situações idênticas – com a mesma causa de pedir e o mesmo pedido<sup>50</sup> – encontram-se decisões diferentes, o que coloca em cheque a estabilidade de todo o ordenamento jurídico e deixa a população trans\* à mercê de uma verdadeira *insegurança jurídica* (SÁ NETO, 2017, p.220).

A hipótese desta pesquisa se fundamenta, justamente, nessa insegurança jurídica. Assim sendo, a intenção inicial deste trabalho era de observar as decisões proferidas pelo Poder Judiciário, com um recorte específico sobre o estado de Santa Catarina, e analisar se as mesmas iriam seguir o esperado padrão de insegurança jurídica.

É importante esclarecer que todas as ações movidas por pessoas trans\* que versam sobre retificação do registro civil tramitam em segredo de justiça e, portanto, não há livre acesso a elas, sendo necessária a expressa autorização da parte envolvida para se obter vistas dos autos. No entanto, quando algumas destas demandas alcançam o segundo grau de jurisdição, a decisão proferida pelos desembargadores dos Tribunais de Justiça estaduais, que emerge na figura de um acórdão, é pública, pois é criadora de jurisprudência.

Contudo, na primeira consulta jurisprudencial realizada através do sítio eletrônico<sup>51</sup> do Tribunal de Justiça de Santa Catarina – TJ/SC, apenas 4 (quatro) casos envolvendo pessoas trans\* foram encontrados: 3 (três) deles se tratavam de retificação do registro civil e 1 (um) deles se tratava de solicitação de alvará para realização de cirurgia de redesignação sexual. Mais tarde, incorporou-se aos resultados um outro caso, que se tratava de discriminação contra pessoa trans\* durante a utilização de um banheiro público. Este último caso foi mais difícil de ser encontrado pois em sua ementa não havia menção à transexualidade, “transexualismo”, ou qualquer outro termo que designasse se tratar de pessoas trans\*. Tal caso só foi descoberto pois

---

<sup>49</sup> No Código de Processo Civil – CPC de 1973, essa obrigação de decidir estava expressa no Art. 126, sob a seguinte redação: “O juiz não se exime de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obscuridade da lei. No julgamento da lide caber-lhe-á aplicar as normas legais; não as havendo, recorrerá à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito”. No Novo Código de Processo Civil, de 2015, o artigo foi renumerado para o Art. 140, e agora tem a seguinte redação: “O juiz não se exime de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico. Parágrafo único. O juiz só decidirá por equidade nos casos previstos em lei.”

<sup>50</sup> A causa de pedir, o pedido e as partes são elementos de uma ação (vocabulário jurídico).

<sup>51</sup> A endereço eletrônico para a consulta jurisprudencial *on-line* do Tribunal de Justiça de Santa Catarina - bem como dos demais Tribunais estaduais que serão citados neste trabalho - está disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/356-geral/123-jurisprudencias>>.



atingiu a última instância de jurisdição e atualmente aguarda julgamento no Supremo Tribunal Federal, em situação de Repercussão Geral.

Ao constatar que estes 5 (cinco) casos seriam insuficientes para comprovar a hipótese desta pesquisa, foi preciso ampliar o recorte e observar as jurisprudências do país inteiro, estendendo, inclusive, a busca até os outros graus de jurisdição: o Superior Tribunal de Justiça – STJ e o Supremo Tribunal Federal – STF. O resultado disso foi a completa inversão do tamanho do objeto de pesquisa, que iniciara demasiado pequeno e terminara gigantesco.

A título de exemplo, a pesquisa monográfica apresentada por Olga Furtado Swiech (2014), que também teve por objeto de estudo as jurisprudências que discorriam sobre pessoas trans\* e identidades de gênero, fundamentou-se em um levantamento de dados que obteve 96 (noventa e seis) resultados no país todo. À época, a autora só foi capaz de localizar 1 (um) resultado em Santa Catarina (SWIECH, 2014, p.63); sendo que, para esta pesquisa, realizada 3 (três) anos mais tarde, foram encontrados 5 (cinco) resultados. Certamente, se fosse realizada uma comparação em larga escala, observando-se o país como um todo, apresentar-se-ia um número muito maior do que 96 (noventa e seis) resultados, restando inviável a análise de todos estes dados no curto período de elaboração monográfica.

Visto que esta pesquisa é qualitativa e não quantitativa, os resultados obtidos foram filtrados, categorizados e elegeram-se algumas jurisprudências distintas que seriam as mais capacitadas para demonstrar a hipótese da insegurança jurídica. Assim sendo, este trabalho não pretende apresentar todas as decisões que já foram proferidas no Brasil acerca de identidades de gênero ou pessoas trans\*, mas, sim, demonstrar como o acesso aos direitos dessas mesmas pessoas está entrelaçado à subjetividades, à diferentes nuances nos entendimentos jurisprudenciais.

Para que a ideia inicial desta pesquisa não fosse completamente descartada, todas as (cinco) jurisprudências catarinenses que foram encontradas serão devidamente apresentadas em tópico específico. Tal escolha se deu, principalmente, em razão deste trabalho ter sido elaborado em território catarinense e, portanto, espera-se que o conhecimento produzido a partir dele possa refletir diretamente sobre as/os habitantes deste Estado.

Todavia, serão abordadas, também, jurisprudências gaúchas, paulistas e mineiras, respectivamente. Assim sendo, somando-se os julgados catarinenses, de outros estados, do STJ e STF, foram analisadas um total de 17 (dezessete) decisões. Desse número, 12 (doze) casos tratam de pedidos de retificação do registro civil, e outros 5 (cinco) apresentam demandas diferentes; o fator comum entre todos eles é que todas as solicitações foram feitas por pessoa

trans\* e há uma relação explícita entre o reconhecimento da identidade de gênero dessas pessoas pelo Estado e o resultado final que estas desejam obter quando propuseram as ações judiciais.

Durante a pesquisa jurisprudencial realizada nos diversos Tribunais Estaduais, foram utilizados os mais variados termos de busca, dentre eles: “retificação”; “redesignação”; “registro civil”; “mudança”; “alteração”; “prenome”; “nome”; “sexo”; “gênero”; “transgenitalização”, “transexual”; “transgênero”; “transexualidade” e “transexualismo”. Enquanto o termo “transexualismo” foi o mais recorrente nas decisões, o termo “transexualidade” não figurou representado em nenhuma decisão.

Os critérios observados nas decisões foram os seguintes: (I) A identidade de gênero da pessoa trans/requerente foi respeitada no decurso do processo? (II) Nos casos de retificação do registro civil, qual era a competência: Vara dos Registros Públicos ou Vara da Família? (III) A sentença de 1º grau julgou o pedido inicial como procedente ou improcedente? (IV) Quem foi a/o apelante? (V) Quais foram as jurisprudências citadas? (VI) O acórdão ou a sentença fazem menção à necessidade de sigilo da alteração registral? (VII) A cirurgia de redesignação sexual foi exigida como critério para acesso a algum direito? (VIII) Nos casos em que o conflito entre princípios constitucionais estava expresso, qual princípio prevaleceu? (IX) Nos casos em que se identificam atos de transfobia, houve o reconhecimento como tal?

Nesse sentido, este capítulo se encarregará de demonstrar o resultado dessa análise, relacionando os critérios observados com os assuntos que foram abordados ao longo dos capítulos anteriores. Primeiramente, serão apresentadas as decisões do Poder Judiciário catarinense, para que se possa ter uma melhor compreensão da realidade a qual estão submetidas as pessoas trans\* deste Estado. Depois, serão apresentadas as decisões dos demais Estados, a partir de uma correlação traçada entre causas de pedir idênticas e resultados diferentes. Por fim, serão apresentadas as decisões de instâncias superiores, que são ainda mais importantes pois estas têm a função de uniformizar os entendimentos, de criar decisões-paradigmas para serem seguidas pelas instâncias inferiores.

### **3.1 Acórdãos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina**

O diagnóstico jurisprudencial com recorte específico sobre os acórdãos oriundos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina – TJ/SC, conforme já descrito anteriormente, alcançou o resultado de cinco decisões. Essas cinco decisões, ou seja, esses cinco casos, serão devidamente explanados, não em ordem cronológica, mas em uma ordem de temas.

Iniciamos, portanto, com as ações que apresentam pedidos de retificação de registro civil. O primeiro caso relacionado a esse tema que alcançou a segunda instância do TJ/SC teve

origem na 3ª Câmara de Direito Civil da comarca de Rio do Sul, onde se discutia a Apelação Cível nº. 2011.034720-1. Nesse caso, as solicitações de alteração do prenome e da designação de sexo/gênero, feitas por um homem trans, foram atendidas na sentença de 1º grau. Entretanto, o Ministério Público de Santa Catarina – MP/SC apelou contra a sentença, alegando ofensa ao princípio da segurança jurídica e solicitando o sobrestamento do processo até que a parte autora realizasse cirurgia de redesignação sexual. O acórdão de 2º grau manteve a sentença, garantiu a possibilidade de alteração do registro sem a prévia realização de cirurgia e acrescentou, ainda, que o princípio da dignidade da pessoa humana sobressai o princípio da segurança jurídica, por sua relevância. Vejamos a ementa:

**AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. MUDANÇA DO PRENOME E GÊNERO FEMININO PARA MASCULINO. PARTE AUTORA QUE POSSUI TODOS OS ATRIBUTOS FÍSICOS DE PESSOA DO SEXO MASCULINO. ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO DESDE FEVEREIRO DE 2008. REALIZAÇÃO DE CIRURGIA PARA RETIRADA DAS MAMAS NO MESMO ANO. FOTOGRAFIAS QUE COMPROVAM AS SUAS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS TÍPICAMENTE MASCULINAS. IDENTIDADE SEXUAL QUE DEVE REFLETIR A VERDADE VIVENCIADA E QUE SE REFLETE NA SOCIEDADE. SOBRESTAMENTO DO PROCESSO PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE MUDANÇA DE SEXO. INVIABILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA. CONFLITO DE PRINCÍPIOS. ADOÇÃO NO CASO CONCRETO DAQUELE QUE SOBRESSAI POR SUA RELEVÂNCIA. PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. QUESTÃO DE INTERESSE EXISTENCIAL. DIRETO DO APELADO VIVER DIGNAMENTE, EXERCENDO COM AMPLITUDE SEUS DIREITOS CIVIS, SEM RESTRIÇÕES DE CUNHO DISCRIMINATÓRIO. SALVAGUARDA DO SER HUMANO EM TODA A SUA DIMENSÃO (INTEGRIDADE FÍSICA, PSICOLÓGICA E SOCIAL). POSSIBILIDADE DE VIDA DIGNA QUE DEPENDE DA ALTERAÇÃO SOLICITADA. MITIGAÇÃO DA NORMA QUE VEDA A ALTERAÇÃO DO PRENOME. OBSERVÂNCIA DA FINALIDADE SOCIAL DA LEI QUE É A PACIFICAÇÃO DE CONFLITOS. DIREITO CONSAGRADO À LIBERDADE DO SER HUMANO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. (TJ/SC. Apelação Cível nº: 2011.034720-1. Desembargador Relator: Juiz Saul Steil. Origem: Rio do Sul/SC. Órgão Julgador: Terceira Câmara de Direito Civil. Julgado em: 23/08/2011. Juiz Prolator: Luiz Cláudio Broering)**

Observou-se um aspecto positivo nesse caso: ao longo do voto do desembargador relator do presente acórdão, foi sempre respeitada a identidade de gênero autodeclarada pelo requerente, pois, quando fez-se menção à sua pessoa foram utilizados os termos “o autor” ou “a parte requerente”. Em contraposição, um aspecto negativo percebido neste acórdão é que não há qualquer menção à necessidade de sigilo sobre as alterações registraes.

No que tange ao conflito entre princípios constitucionais, o desembargador relator optou pela resolução da questão mediante a aplicação do princípio da proporcionalidade, que permite fazer o sopesamento dos princípios e direitos fundamentais, bem como dos interesses e bens jurídicos a serem tutelados. Assim, restou afastada completamente a possibilidade de ameaça à segurança jurídica, priorizando-se, no caso concreto, o princípio da dignidade da pessoa humana (previsto no art. 1º, III da Constituição Federal de 1988 – CF/88) e os objetivos fundamentais (previstos no art. 3º da CF/88) do Estado Democrático de Direito. De acordo com o voto do relator:

Não admitir a retificação como pretendida pela parte autora, além de afrontar princípios constitucionais fundamentais, significa apego exagerado ao formalismo, sobretudo porque a alteração conforme postulada não irá prejudicar direito de terceiros ou a ordem pública e a manutenção da situação apresentada, por sua vez, é motivo de intenso sofrimento. (TJ/SC. Apelação Cível nº: 2011.034720-1.)

Ademais, o próprio acórdão faz menção à ausência de norma específica que pudesse regular a alteração do assento de nascimento em casos de transexualidade. Por conta disso, a decisão também menciona a existência, no Congresso Nacional, do Projeto de Lei – PL n.º 70/1995. Ante o exposto no segundo capítulo deste trabalho, sabe-se que este é um dentre os cinco projetos de lei que versam sobre alterações no registro civil de pessoas trans\*. É importante atentar ao fato de que à época deste julgado ainda não havia sido proposto o PL n.º 5002/2013 – Lei João W. Nery, portanto, a menção ao PL n.º 70/1995 pode ser entendida como mais um aspecto positivo dessa decisão.

Nesse sentido, defronte a necessidade de julgar mesmo que sem uma normativa específica, a decisão invoca pela adequação da norma jurídica à realidade dos fatos presentes:

**Quando editada a lei de obrigatoriedade do registro civil, a distinção entre os dois sexos era feita baseada na conformação da genitália. Porém, com o avanço do desenvolvimento científico e tecnológico, existem vários outros elementos identificadores do sexo, razão pela qual a definição do gênero não pode mais ser limitada somente ao sexo aparente. Hoje, a cirurgia de transgenitalização já é uma realidade institucional, incluída recentemente na lista de procedimentos médicos custeados pelo SUS. Daí conclui-se que se o Estado consente com a possibilidade de realizar-se cirurgia de mudança de sexo, logo deve também prover os meios necessários para que o indivíduo tenha uma vida digna e, por conseguinte, seja identificado jurídica e civilmente tal como se apresenta perante a sociedade. Não se pode olvidar, ainda, que o prenome apresenta grande relevância social, sendo um dos atributos da personalidade humana e, nesse contexto, não pode ficar vinculado apenas ao sexo do indivíduo e sim em consonância com a sua personalidade.**

[...]

É de se registrar, ainda, que o rigoroso padrão moral de outrora, cede espaço às novas realidades, aos novos costumes e a hipocrisia de então não mais encontra eco na vida e na ciência moderna. Os costumes alteram-se, os comportamentos mudam, as condutas ficam mais flexíveis, fruto das informações de massa. **Em consequência, as regras jurídicas não podem imobilizar-se, ao contrário, devem adaptar-se aos novos tempos**, atento ao fato de que os comandos normativos dirigem-se à sociedade. **Não são conceitos desapegados de qualquer conteúdo, como se o mundo jurídico pudesse ser um mundo alheio ao que se passa na comunidade a que se dirige.** Os comandos tendem a se alterar, na medida em que muda a realidade. (TJ/SC. Apelação Cível nº: 2011.034720-1. **Grifos nossos.**)

É relevante apontar, também, que neste acórdão houve com muito mais frequência o emprego da palavra “transexualidade” do que a palavra “transexualismo”. Este segundo termo, que é entendido como patológico, só foi trazido à tona quando num momento específico da decisão, dedicado a explanar alguns conceitos-chave sobre a transexualidade.

O segundo acórdão a ser estudado advém da Apelação Cível nº. 2014.074259-6, cuja origem é da Câmara Especial Regional da comarca de Chapecó. Refere-se de mais uma demanda de retificação do registro civil, desta vez proposta por uma mulher trans. Novamente, a sentença de 1º grau concedeu o direito à alteração do prenome e do sexo/gênero no assento civil, porém, desta vez, tal sentença foi teve origem em uma Vara da Família, Infância e Juventude.

Conforme narrado no inteiro teor do acórdão, a petição inicial deste caso foi apresentada à Vara da Fazenda Pública. Todavia, o juiz da Vara da Fazenda Pública declinou a competência para a Vara da Família, por se tratar de matéria de estado de pessoa. Assim sendo, a juíza da Vara da Família suscitou o conflito de competência, o qual foi rejeitado, permanecendo a competência para a Vara da Família, Infância e Juventude, de onde se obteve a sentença de procedência.

Neste caso, contra essa sentença insurgiram dois recursos: um proposto pelo MP/SC, pugnando pelo cumprimento dos requisitos propostos no art. 3º da Resolução n.º 1.955/2010 do Conselho Federal de Medicina – CFM; e outro proposto pelo pai e pela mãe da própria requerente, chamados ao feito uma vez que a tramitação se deu na Vara da Família. Todavia, houve posterior desistência do recurso por parte dos genitores, sendo que o TJ/SC só conheceu do recurso interposto pelo MP/SC e, ainda assim, negou-lhe provimento, sustentando que a Resolução do CFM não é dotada de força normativa e não pode ser exigida como requisito à retificação do registro civil.

O acórdão, inclusive, manteve a determinação de respeito ao sigilo, explicitando que deveria restar consignado no livro cartorário que a alteração decorre de decisão judicial, sem que isso se faça constar na certidão do registro civil. A ementa, *in verbis*:

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. TRANSEXUALISMO. MODIFICAÇÃO DO PRENOME E GÊNERO MASCULINO PARA FEMININO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. RECURSO DOS GENITORES. POSTERIOR DESISTÊNCIA. HOMOLOGAÇÃO. APELO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PRESCINDIBILIDADE DA CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO. POSSIBILIDADE. SITUAÇÃO QUE SE MOSTRA PREJUDICIAL AO PSIQUISMO DO AUTOR, O QUAL SOFREU VASTO PERÍODO DE SUA VIDA. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DO NOME COM A PERSONALIDADE. RESPEITO À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, A TEOR DO ARTIGO 1º, INCISO III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CONJUNTO PROBATÓRIO ROBUSTO ACERCA DO TRANSTORNO SEXUAL. AVERBAÇÃO. LIVRO CARTORÁRIO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA CONFIRMADA.**

*I - Os elementos constantes nos autos são suficientes para corroborar que o não acolhimento do pedido de retificação do nome e gênero do autor, nos assentos de nascimento, configura violação ao princípio da dignidade da pessoa humana.*

*II - Consigna-se a necessidade de oxigenação do ordenamento jurídico, pois o direito deve adequar-se à realidade do fato social e às mudanças de paradigmas. Ademais, qualquer outra decisão contrária não teria eficácia e caracterizaria engessamento na entrega da prestação jurisdicional.*

*III - A presente decisão deve ser consignada apenas e tão somente no livro cartorário e, em hipótese alguma, na certidão de registro civil, de modo que a retificação advém de decisão judicial, bem como para evitar eventuais situações discriminatórias. (TJ/SC. Apelação Cível nº: 2014.074259-6. Relatora: Desª. Hildemar Meneguzzi de Carvalho. Origem: Chapecó/SC. Órgão Julgador: Câmara Especial Regional de Chapecó. Julgado em: 23/11/2015. Juíza Prolatora: Marciana Fabris.)*

O primeiro acórdão, conforme retratado, apresentava-se como um aspecto positivo o respeito à identidade de gênero da parte requerente e como um aspecto negativo a ausência de manifestação quanto à necessidade de sigilo sobre as alterações. Curiosamente, nesse segundo acórdão, a situação é simetricamente oposta: o direito ao sigilo é garantido, porém, no decurso do inteiro teor do acórdão, a identidade de gênero da autora não foi respeitada, tendo sido esta chamada de “o autor” ou “o apelado”. A consonância entre os dois casos se apresenta no sentido de que ambos sustaram pela manutenção da sentença de primeiro grau, viabilizando a alteração registral e baseando-se no princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

O terceiro acórdão a ser exposto será o último, dentre as jurisprudências catarinenses selecionadas, a discutir a retificação do registro civil de pessoa trans. Examinou-

se o acórdão que discute a Apelação Cível nº. 2015.015342-4, cuja origem é da Primeira Câmara de Direito Civil da comarca de São José.

Nesse sucedido, diferentemente daqueles dois primeiros apresentados, a sentença de primeiro grau, de forma bastante esquizofrênica, assegurou a possibilidade de alteração do prenome, mas não consentiu com a modificação do sexo/gênero. Consequentemente, o autor, que se tratava de homem trans, teve que recorrer ao segundo grau de jurisdição para obter a reforma da sentença de primeiro grau e, desta forma, obteve permissão para retificação do sexo civil juntamente com o prenome. Observemos a ementa:

**AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. SENTENÇA QUE DETERMINOU A ALTERAÇÃO DO PRENOME, MAS NEGOU A MUDANÇA DO GÊNERO FEMININO PARA MASCULINO. AUTORA QUE REJEITA SUA IDENTIDADE GENÉTICA DE MULHER E IDENTIFICA-SE PSICOLÓGICAMENTE COM O GÊNERO MASCULINO. PSQUIATRA QUE FAZ O ACOMPANHAMENTO DO CASO DESDE 2013 E ATESTA QUE A AUTORA É TRANSEXUAL. INÍCIO DE TRATAMENTO HORMONAL E REALIZAÇÃO DE CIRURGIA PARA RETIRADA DAS MAMAS NO MESMO ANO. FOTOGRAFIAS QUE COMPROVAM AS SUAS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS TÍPICAMENTE MASCULINAS. RECURSO PROVIDO.** *A retificação do prenome e do gênero no registro no registro civil possibilita o exercício dos atos da vida civil e o convívio em sociedade, sem constrangimento ou discriminação, e realiza o direito da autora à dignidade humana, à identidade sexual, à integridade psíquica e à autodeterminação sexual. Não se pode condicionar a retificação do registro civil à realização de cirurgia de transgenitalização, que tem alto custo e impõe riscos, porque o que se busca tutelar é a identidade sexual psíquica. Deve constar que a retificação é oriunda de decisão judicial apenas no livro cartorário, vedada a menção a respeito nas certidões do registro público.* (TJ/SC. Apelação Cível nº. 2015.015342-4. Des. Relator: Des. Domingos Paludo. Origem: São José/SC. Órgão Julgador: Primeira Câmara de Direito Civil. Julgado em: 05/11/2015. Juíza Prolatora: Bianca Fernandes Figueiredo.)

Assim como a sentença de primeiro grau que lhe deu origem, o acórdão em questão também apresenta algumas incongruências que merecem apontamentos. Primeiramente, enfatiza-se que ainda que o acórdão reconheça o equívoco da sentença de primeiro grau e a importância da autodeterminação e do reconhecimento da identidade de gênero do requerente, insiste em tratar o mesmo pelo gênero feminino, utilizando-se dos termos “a requerente” ou “a autora”, conforme percebe-se no excerto a seguir:

**De fato, conforme defendido na apelação, verifica-se certa contradição na sentença que, apesar de ter citado diversas normas e princípios jurídicos para fundamentar o deferimento do pedido de alteração do prenome, em especial o da dignidade da pessoa humana, ao final julgou improcedente**

**o pedido de retificação do gênero constante no registro civil.** A sentença, pois, merece reforma. **Inexiste previsão legal sobre a retificação do registro civil no caso de transexualismo.** Nos casos em que a lei for omissa, o juiz deve decidir com base nos princípios gerais de direito (art. 4º do Decreto-Lei nº4.657/42 e 126 do Código de Processo Civil). E, no caso em questão, a retificação do sexo no registro civil realizará o **direito da requerente à dignidade (art.1º, III da Constituição Federal) e também os seus direitos de personalidade, especialmente o direito à identidade sexual, o direito à autodeterminação sexual (ambos previstos no inciso IV do art. 3º, no art. 5º, caput, e no inciso XXX do art. 7º da CF ) e o direito à integridade psíquica (art. 5º, caput e X, da CF).** (TJ/SC. Apelação Cível nº. 2015.015342-4.)

De maneira igualmente paradoxal, o acórdão utiliza constantemente o termo “transexualismo” (que denota doença ou patologia), mas também inclui em seu teor um parágrafo destinado a fazer uma ressalva quanto à necessidade de despatologizar os entendimentos sobre a transexualidade:

**Acrescento que observo com reservas os julgados em que o pedido de retificação do nome e do gênero de transexuais foi deferido sob o fundamento de que o transexualismo é um "transtorno psicológico",** como declarado pela Organização Mundial de Saúde. **A identidade sexual psíquica é inerente à personalidade da pessoa, e deve ser protegida pela lei e pelo Judiciário e não classificada como doença, o que apenas reforça a discriminação contra esses indivíduos.** Doenças psicológicas e psicossomáticas existirão, isso sim, se houver repressão à identidade sexual dos transexuais, como consequência por não poderem expressar e manifestar os atributos que são inerentes a sua personalidade. (TJ/SC. Apelação Cível nº. 2015.015342-4.)

Trata-se, portanto, de um caso repleto de contradições, não obstante que o resultado final tenha sido favorável, inclusive tutelando o direito ao sigilo sobre as alterações garantidas.

Isto posto, dentre os três casos de retificação de registro civil de pessoas trans\* recortados da jurisprudência catarinense, extraiu-se, em síntese, os seguintes resultados: (I) apenas em um dos três acórdãos a identidade de gênero da parte requerente foi respeitada; (II) quanto à competência nesses casos, observaram-se dois recursos advindos de Varas de Registros Públicos e um recurso advindo de uma Vara da Família, Infância e Juventude; (III) quanto à sentença antecedente, de primeiro grau, em dois casos foi de total procedência, em um caso foi de procedência parcial – alteração do prenome e não do sexo/gênero; (IV) nos dois casos de procedência da sentença, figurou como apelante o Ministério Público, enquanto no único caso de procedência parcial da sentença, figurou como apelante a parte requerente; (V) no primeiro acórdão, não havia menção ao direito ao sigilo, enquanto nos outros dois esta hipótese foi contemplada; (VI) nos dois primeiros acórdãos a cirurgia de redesignação sexual não foi exigida como critério de acesso a demais direitos, restando esta exigência presente em



apenas um dos casos; (VII) nos casos em que o conflito entre princípios constitucionais estava expressamente disposto, prevaleceu o princípio da dignidade da pessoa humana sobre o princípio da segurança jurídica.

A heterogeneidade dos resultados apresentados – ainda que estes se fundem em um número muito pequeno – serve de premissa para demonstrar que a insegurança jurídica ao qual pessoas trans\* estão submetidas também é perceptível no estado de Santa Catarina. Até o presente momento, foram apresentadas apenas demandas de retificação do registro civil. Veremos, a partir de agora, outras situações de insegurança jurídica as quais pessoas trans\* também estão submetidas neste Estado.

A quarta e penúltima decisão analisada, dentre as jurisprudências catarinenses, tem uma causa de pedir diferente das anteriormente mencionadas. Neste caso, trata-se de uma solicitação, por meio de alvará judicial, para realização de cirurgia de *neocolpovulvoplastia* (transgenitalização de pênis para vagina) antes da idade mínima (21 anos) estabelecida pelo Conselho Federal de Medicina – CFM, por meio da Resolução nº 1.955/2010. A origem do supramencionado acórdão é da Apelação Cível nº. 2012.056609-3, da 5ª Câmara de Direito Civil da comarca de Caçador. Atentemos para a ementa, *in verbis*:

**APELAÇÃO CÍVEL. DIREITOS DA PERSONALIDADE. ALVARÁ JUDICIAL PARA NEOCOLPOVULVOPLASTIA. IMPROCEDÊNCIA NA ORIGEM. CIRURGIA DE TRANSGENITALISMO. PRESSUPOSTOS CARACTERIZADOS. RESOLUÇÃO N. 1.955/2010 DO CFM. NORMATIVO SEM FORÇA COGENTE. POSSIBILIDADE DE MITIGAÇÃO. IDADE MÍNIMA (21 ANOS) ALCANÇADA NO DECORRER DO PROCESSO. VONTADE LIVRE, CONSCIENTE E ESCLARECIDA DO INTERESSADO. PARECERES MÉDICOS (CIRURGIÃO, ENDOCRINOLOGISTA E PSIQUIATRA), PSICOLÓGICO E ESTUDO SOCIAL FAVORÁVEIS. CONCEITO DE "EXIGÊNCIA MÉDICA" VERIFICADO. ART. 13 DO CC. ATO DISPOSIÇÃO DO CORPO ADMISSÍVEL.**

*- Conquanto a Resolução n. 1.955/2010 do Conselho Federal de Medicina exija a idade mínima de 21 (vinte um) anos do paciente e autorização de equipe multidisciplinar (composta por médico cirurgião, endocrinologista, psiquiatra, psicólogo e assistente social) integrante de hospital público, suas normas não tem força cogente, muito embora emoldure exigências razoáveis para se aferir a caracterização do transexualismo e a necessidade e aptidão para a cirurgia de transgenitalismo, sendo passíveis de mitigação mediante autorização judicial, desde que caracterizada a "exigência médica" a que alude o art. 13 do Código Civil.*

*- No caso concreto, atingida a idade mínima no curso do processo; manifestada a vontade de forma livre, consciente e esclarecida de se submeter ao procedimento cirúrgico, judicial e extrajudicialmente; e havendo pareceres médicos (cirurgião, endocrinologista e psiquiatra), psicológico e estudo social a atestar a aptidão do paciente e a conveniência da cirurgia, com base nas próprias diretivas da Resolução referida, de se conceder a chancela pretendida.*

**SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO.** (TJ/SC. Apelação Cível nº: 2012.056609-3. Relator: Des. Henry Petry Junior. Origem: Caçador/SC. Órgão Julgador: Quinta Câmara de Direito Civil. Julgado em: 11/04/2013. Juiz Prolator: Luciana Pelisser Gottardi Trentini.)

O caso em questão se destaca especialmente por ser um exemplo concreto do que foi apresentado no segundo capítulo (item 2.1.1) deste trabalho: a vedação aos atos de disposição do próprio corpo, imposta por força do art. 13 do Código Civil, e o conflito entre este dispositivo e a realização da cirurgia de redesignação sexual. Sabe-se, portanto, que é permitida a realização de tal cirurgia quando presente a “exigência médica”. Nesse contexto, a requerente, mulher trans, que buscava a realização de tal cirurgia, não conseguiu obter acesso ao procedimento pois seu médico se recusou a realizá-lo, alegando que a requerente não preenchia os requisitos impostos pela Resolução do CFM nº 1955/10, uma vez que ainda não havia completado 21 (vinte e um) anos e que não tinha sido acompanhada por um/a assistente social.

Conforme verificado anteriormente, a Resolução do CFM que regulamenta as cirurgias de transgenitalização, realmente exige a idade mínima de 21 (vinte e um anos) e o acompanhamento por equipe multiprofissional. No sucedido, a requerente havia demonstrado que se submeteu à 3 (três) anos de acompanhamento profissional por médicos, psicóloga e psiquiatra, faltando, de acordo com a resolução, apenas a avaliação de assistente social. Entretanto, como a Resolução do CFM não tem força coagente, ou seja, não é uma normativa integrante do ordenamento jurídico brasileiro, a requerente recorreu ao judiciário para mitigar essa norma e conseguir, mais rapidamente, o acesso à cirurgia. É válido mencionar, também, que o pleito era urgente pois a requerente apresentava “tendências suicidas”, a realização da cirurgia se mostrava, de fato, como uma questão de vida ou morte para a autora.

No decurso da ação no primeiro grau de jurisdição, houve manifestação do Ministério Público, através de parecer apresentado pelo Promotor de Justiça do caso, no sentido do indeferimento do pedido ou, subsidiariamente, realização de instrução. A juíza *a quo* julgou improcedente o pedido, sob alegação de ausência de acompanhamento de assistente social e de psiquiatra. Em verdade, a requerente havia sido acompanhada por um psiquiatra ao longo de alguns anos, mas o profissional faleceu e, portanto, a juíza julgou que não havia mais o acompanhamento, de fato.

Diante da sentença de improcedência, irresignada, a autora interpôs recurso de apelação. Inclusive, a mesma completou 21 (vinte e um) anos no decurso do processo, então a questão etária deixou de ser um problema, restando apenas a ausência de parecer de assistente social. Nessa altura, houve manifestação do Procurador-Geral de Justiça favorável à anulação

da sentença ou, alternativamente, à realização de instrução processual. A opção alternativa foi acatada pelos desembargadores/as que julgavam o recurso e, mesmo no segundo grau de jurisdição, o julgamento foi convertido em realização de diligências para que fosse complementada a instrução processual. Deste modo, foram realizados: estudo social (parecer da assistente social), perícia médica psiquiátrica (parecer de psiquiatra), declaração formal de esclarecimento prestada por médico endocrinologista, oitiva da própria requerente e dos médicos/as e psicóloga que a acompanhavam, por meio de depoimento em juízo.

Ao fim do feito, a requerente já havia coletado mais provas do que havia sido exigido inicialmente pela própria Resolução do CFM. Finalmente, o acórdão decretou pela procedência do pedido inicial, autorizando a autora a realizar a cirurgia. Todavia, é possível afirmar, em síntese, que ter ingressado com o pleito diante do Poder Judiciário não foi em nada positivo para a solicitante, pelo contrário, acrescentou ainda mais obstáculos em seu caminho.

No caso estudado, observou-se que a identidade de gênero da requerente não foi respeitada em nenhum momento; sua autodeterminação foi completamente ignorada, subjugada à análise de especialistas; ao longo do inteiro teor do acórdão, a transexualidade é apresentada apenas sob o viés da patologia, da doença, do “transexualismo”, onde imperam os argumentos sustentados em forças médicas.

É importante mencionar também, neste momento, mesmo que brevemente, que ativistas trans\* e movimentos pela *despatologização das identidades trans* (item 1.3 deste trabalho) já apontavam, há muito tempo, para a incoerência em se exigir que a idade mínima para realização da cirurgia de transgenitalização seja de 21 (vinte e um) anos num país onde a maioria civil é formalmente atingida aos 18 (dezoito) anos. Esta demanda nunca foi atendida pelo Conselho Federal de Medicina – CFM em nenhuma das três vezes em que este alterou a sua normativa interna que regulamenta as cirurgias de transgenitalização.

Posto isto, entende-se que o caso em questão poderia ter sido paradigmático para aquelas/es que tivessem interesse em mitigar a Resolução do CFM diante do Poder Judiciário, se tivesse criado jurisprudência favorável neste sentido. Mas, não foi. No feito, o Judiciário, ao invés de diminuir as exigências propostas, se mostrou ainda mais exigente que o próprio Conselho Federal de Medicina, e submeteu a requerente a um processo semelhante ao inquérito para, só então, reformar a sentença e outorgar a autorização para efetuação do procedimento.

O quinto e último acórdão da jurisprudência catarinense a ser discutido é também o mais problemático de todos. Trata-se da Apelação Cível n. 2012.019304-1, cuja origem é da Vara Distrital do Norte da Ilha, da comarca da Capital (Florianópolis) e onde foi relator do caso o Desembargador Fernando Carioni. Discute-se um caso de *transfobia*, que ocorreu no banheiro

de um determinado *shopping-center*. Na sentença de primeiro grau, o magistrado *a quo* reconheceu a existência de situação vexatória passível de indenização por danos morais. A empresa ré (*shopping-center*) interpôs recurso de apelação contra essa sentença, que foi reconhecido e acatado pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina – TJ/SC, que reformou a sentença e anulou a obrigação de indenizar baseando-se na ausência de provas nos autos.

Este acórdão só foi encontrado pois o caso, atualmente, aguarda julgamento no Supremo Tribunal Federal – STF, sob repercussão geral. A dificuldade de sua localização na busca jurisprudencial do sítio do Tribunal de Justiça de Santa Catarina se dá principalmente por não constar na ementa deste acórdão a menção de que se trata de discriminação contra pessoa trans\* (ou transexual, ou qualquer outro termo sinônimo), ou seja, não é possível identificar que houve uma situação de *transfobia*. Julguemos a ementa, *in verbis*:

**APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ABORDAGEM DE SEGURANÇA DE "SHOPPING CENTER" EM TOALETE FEMININO. SUSTENTADO ATO DISCRIMINATÓRIO. FRAGILIDADE DO ACERVO PROBATÓRIO. AUSÊNCIA DE CONDUTA CULPOSA ATRIBUÍVEL AO ESTABELECIMENTO COMERCIAL. ABALO MORAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO. CONDUTA EMOLDURADA COMO UM MERO DISSABOR. PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL NÃO CONFIGURADOS. INEXISTÊNCIA DE ATO ILÍCITO. DEVER DE COMPENSAR AFASTADO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO DA RÉ E PREJUDICADO O DO AUTOR.** (Apelação Cível n. 2012.019304-1. Origem: Capital/SC – Distrital do Norte da Ilha. Órgão Julgador: Terceira Câmara de Direito Civil. Juiz Prolator: Vilson Fontana. Relator: Des. Fernando Carioni. Julgado em: 08/05/2012.)

Quando se diz, na ementa, que houve uma “abordagem de segurança de *shopping-center* em toalete feminino”, não resta evidenciada qual foi a razão dessa abordagem. Isto porque o motivo da mesma é justamente o cerne do ato discriminatório configurado nessa situação. No entanto, a “fragilidade do acervo probatório”, ou seja, a falta de provas de que esse foi, realmente, um ato discriminatório contra uma pessoa trans\* e em razão de ser pessoa trans\*, fez com que a sentença de primeiro grau – que tinha dado procedência ao pedido inicial de indenização por danos morais – fosse modificada.

Para que fique ainda mais evidente o quanto a própria ementa do Tribunal de Justiça de Santa Catarina tenta maquiagem a transfobia desse caso, basta comparar essa ementa com a do Recurso Extraordinário nº 845.779/SC, que foi interposto contra esse acórdão no Supremo Tribunal Federal – STF e aguarda julgamento:

**TRANSEXUAL. PROIBIÇÃO DE USO DE BANHEIRO FEMININO EM SHOPPING CENTER. ALEGADA VIOLAÇÃO À DIGNIDADE**

**DA PESSOA HUMANA E A DIREITOS DA PERSONALIDADE.  
PRESENÇA DE REPERCUSSÃO GERAL.** (Repercussão Geral no  
Recurso Extraordinário 845.779 de Santa Catarina.)

Este caso será novamente discutido em breve, ao lado de mais um outro caso de retificação de registro civil oriundo do Rio Grande do Sul, posto que estes dois casos envolvem pessoas trans\* e que aguardam julgamento no Supremo Tribunal Federal – STF. Por ora, o que se busca evidenciar é que o mesmo Tribunal de Justiça de Santa Catarina que reconheceu, em certos momentos, o direito de retificação de registro civil às pessoas trans\*, ou que garantiu (mesmo que após árduo período de instrução) o direito à realização de cirurgia de redesignação sexual, em outro momento, não reconhece a situação vexatória a qual outras pessoas trans\* estão expostas no dia-a-dia.

Assim sendo, para que não reste nebulosidade sobre a situação de transfobia que, de fato, ocorreu, é importante que a narrativa do caso seja apresentada. Tem-se uma situação em que uma mulher trans, ao utilizar-se de um banheiro feminino num estabelecimento comercial (*shopping-center*), foi abordada por uma funcionária deste mesmo estabelecimento comercial que a obrigou a se retirar daquele espaço, ou utilizar o banheiro masculino. A autora foi o tempo todo adereçada pelo seu nome masculino, conforme ainda consta em seu registro civil, e não pelo seu nome social; foi, portanto, tratada como do gênero masculino, ainda que seja uma mulher trans.

Do voto do desembargador relator Fernando Carioni podem ser extraídas algumas partes da narrativa, onde podemos ver a forma como a autora foi tratada durante o julgamento do feito e como sua história foi relatada:

*A.S.F. [nome que, designado após o nascimento, ainda consta no registro civil da autora, substituído pelas iniciais a fim de zelar pelo sigilo] ajuizou ação de indenização por danos morais contra Beiramar Empresa Shopping Center Ltda., na qual relatou que, ao passear pelo estabelecimento réu e tentar fazer uso de um banheiro, foi vítima de discriminação praticada por seguranças do local em razão de ser transexual.*

*Esclareceu que, ao entrar no banheiro feminino, como costumeiramente faz em locais públicos, foi abordado por uma funcionária do estabelecimento que, de modo nada sutil, forçou-o a se retirar sob o argumento de que sua presença causaria constrangimento às usuárias do local.*

*Mencionou que entrou em uma loja do estabelecimento na tentativa de utilizar um banheiro que não fosse de uso comum e foi informado de que as lojas do shopping não possuem banheiros privativos.*

*Afirmou que, impedido de utilizar o banheiro e estando demasiadamente nervoso, não conseguiu controlar suas necessidades fisiológicas e as fez nas suas próprias vestes, mesmo sob o olhar das pessoas que ali transitavam.*

*Ressaltou, por fim, que, após passar por essa situação vexatória, teve ainda de fazer uso do transporte coletivo para voltar para sua casa.*

Requeru, diante desses fatos, a condenação da empresa ré ao pagamento de indenização por danos morais. (TJ/SC. Apelação Cível n.º 2012.019304-1).

Após esse breve relato dos acontecidos, o acórdão se dedica aos aspectos formais da responsabilidade civil, instituto que categoriza os danos morais. Alegou-se que não era possível a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor – CDC no caso em questão, pois não se tratava de relação consumerista. Assim sendo, não era possível utilizar-se do argumento da responsabilidade civil objetiva, previsto pelo CDC. Não se tratando de responsabilidade objetiva, o ônus da prova recai sobre a/o requerente. Diante do acontecido, era evidente a dificuldade da autora de juntar provas que corroborassem com sua narrativa dos fatos: ela não dispunha de gravação de vídeo ou de áudio, tampouco era possível nomear testemunhas que estivessem no banheiro naquele momento.

Ainda assim, algumas testemunhas e informantes foram ouvidas/os. Entretanto, todos os depoimentos prestados por essas pessoas foram desqualificados, sob alegação de que aquelas pessoas não estavam presentes no momento do ocorrido e que apenas sabiam do que ouviram da própria pleiteante. Também foi desqualificado o depoimento prestado pela funcionária de uma loja do *shopping*, a quem a autora tentou recorrer, solicitando para usar algum banheiro privado, logo após o ato discriminatório. Novamente, analisemos mais um excerto do acórdão:

Na hipótese dos autos, não se evidenciou, por meio de prova contundente, nenhuma conduta reprovável praticada pelo estabelecimento comercial. Isso porque, **da prova testemunhal produzida, não há relato de que a abordagem realizada pela funcionária do Beiramar Shopping tenha sido fruto de discriminação por ser o autor transexual**, tampouco há informação de que o requerente tenha sido abordado de forma rude ou agressiva.

Foram inquiridas duas testemunhas e dois informantes arrolados pelo autor e uma informante arrolada pela empresa ré. Os dois informantes e uma das testemunhas do autor não estavam presentes no shopping no momento dos fatos narrados na inicial, e afirmaram que não presenciaram o contato entre o funcionário do estabelecimento e o requerente, bem como que souberam dos acontecimentos tão-somente por meio do próprio autor.

A única testemunha do autor que estava no estabelecimento comercial no dia do fato e foi a primeira pessoa a encontrá-lo após o acontecimento, *I.A.N. [nome vetado para preservar o sigilo]*, consignou em seu depoimento: "Que trabalha no Beiramar Shopping na Lili meias e lingerie, que fica no térreo; que não presenciou qualquer contato do autor com os seguranças do shopping; que o autor é cliente da loja e no dia 08/08/2008 esteve na loja [...] e **comentou que tentou ir no banheiro feminino e foi breçada pelos seguranças**; que a loja que trabalha não tem banheiro; que não tem maiores conhecimentos sobre os fatos descritos na inicial. Que não recorda de o autor ter-lhe contado maiores detalhes sobre seu impedimento de acesso ao banheiro, ou sobre o modo como agiram os seguranças, ou sobre alguma humilhação. O autor ficou mais ou menos uns 20 minutos na sua loja; que não notou que o autor estava necessitando utilizar o banheiro com urgência no momento em que esteve na

loja; que quando entrou na loja o autor estava bastante nervoso e ao sair estava mais calmo, não saiu chorando; [...] que não soube nem viu o autor fazer as necessidades fisiológicas nas roupas". [...]

Nesse contexto, **não há comprovação de que a conduta do estabelecimento comercial seja passível de reprovação**, ou seja, não há prova da conduta culposa do agente, porquanto **o único acontecimento que ficou demonstrado nos autos foi o fato de o requerente ter sido abordado no toalete feminino por uma funcionária do shopping, que solicitou a ele que fizesse uso do banheiro masculino**. (TJ/SC. Apelação Cível n.º 2012.019304-1. **Grifo nosso.**)

A *transfobia* se opera de maneira minuciosa, quase silenciosa, não só neste caso, mas sempre. Percebe-se, nesses discursos, uma constante tentativa de naturalização da autora como “o autor”, “o requerente”, e, por vez em quando, há termos que escapam, como: “foi brecada”, ao invés de “foi brecado”. A supressão do reconhecimento da identidade de gênero feminina da autora na narração dos fatos é uma tentativa, intencional, de negar a origem do ato discriminatório ocorrido. Ou seja, o Poder Judiciário catarinense, adereçando-se a ela constantemente como “o autor”, tenta naturalizar que ela deveria estar utilizando o banheiro masculino, visto que se apresenta, perante a Justiça, como “o autor”. No entanto, como nada mais senão o próprio discurso formal seria capaz de justificar essa manobra jurídica, recorreu-se ao argumento da ausência de provas para sustar o indeferimento ao pleito de indenização.

Ainda que se tente amenizar os fatos, basta reler o último excerto citado do acórdão: o “único acontecimento que ficou demonstrado nos autos” é, sim, um ato de discriminação transfóbico, mesmo que se procure ocultar essas evidências. Quando uma mulher trans\* é abordada por alguém que solicita que ela utilize o banheiro que não corresponde ao gênero com o qual se identifica, esse ato, em si, já é transfóbico; já é um ato de discriminação e exclusão por conta da identidade de gênero não-conforme (ou que não é cis). A pessoa trans\*, numa situação como essa, vê negado o seu direito à autodeterminação e ao livre arbítrio, e tem a sua liberdade individual talhada, recebendo um tratamento completamente desigual aos que receberiam quaisquer outras pessoas cis.



Figura 6: “portas” (Laerte Coutinho)

A decisão proclamada no citado acórdão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina – de suspender os efeitos da sentença condenatória e isentar a empresa ré do pagamento da indenização por danos morais – é gravíssima e, inclusive, pode repercutir negativamente em outros casos similares. Aliás, a título de comparação com casos similares, traz-se à tona duas outras decisões, não-catarinenses. A primeira delas foi tomada pelo órgão colegiado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com a ementa que segue:

**DANO MORAL. ACADEMIA DE GINÁSTICA. ALUNO TRANSEXUAL QUE SE UTILIZAVA DO BANHEIRO FEMININO. EXCLUSÃO. AUSÊNCIA DE UMA ADVERTÊNCIA PRÉVIA. DISCRIMINAÇÃO POR PRECONCEITO SEXUAL CARACTERIZADA. DANO MORAL CABÍVEL. APELO IMPROVIDO.** (Tribunal de Justiça de São Paulo – TJ/SP. Apelação Cível nº. 9114350-38.2006.8.26.0000. Relator: Des. Testa Marchi. Comarca de origem: Bauru. Órgão julgador de origem: 10ª Câmara de Direito Privado. Data do julgamento: 15/07/2008.)

No caso paulista, o local onde ocorreu o ato transfóbico não se tratava de um *shopping*, mas de uma academia. Assim sendo, a autora, mulher trans, era aluna da academia e utilizava-se do banheiro feminino quando frequentava aquele espaço. Foi discriminada por fazer uso do banheiro do gênero ao qual se identificava e, por consequência, foi expulsa da academia. A sentença de primeiro grau condenou empresa ré ao pagamento de indenização por danos morais, e esta interpôs recurso de apelação contra a sentença. No julgamento do feito, os/as desembargadores/as do Tribunal de Justiça de São Paulo reconheceram o ato discriminatório em razão da transexualidade. Todavia, só foi consideraram infundada a expulsão da aluna porque a mesma havia informado da sua “condição de transexual” quando no ato da matrícula em tal academia.

Assim sendo, o TJ/SP ainda explicita, no acórdão, que seria possível que a empresa ré solicitasse à autora que ela não utilizasse daquele banheiro, mas que, naquela situação, como a autora havia deixado clara a sua situação de transexual, a academia já não poderia mais puni-la por tal ato. Julguemos o trecho a seguir:

O MM Juiz sentenciante deu pela procedência da ação por entender que **ocorreu a discriminação, porquanto sendo o autor transexual**, tem um conflito entre o sexo biológico e a sua identidade sexual, **o que demonstra não ter agido de má-fé ao ingressar no vestiário feminino**, sendo infundada a sua expulsão, de plano. A sentença não comporta reparos. **Efetivamente o autor, conquanto transexual, podia ser impedido de ingressar no banheiro feminino, para não constranger as pessoas do sexo oposto. Contudo, uma vez aceita a matrícula, e sendo informada dessa condição, não podia a academia excluir o aluno como forma de castigo**, sem pelo menos uma advertência prévia se entendia que o ato atentava contra as suas



posturas. (TJ/SP. Apelação Cível nº. 9114350-38.2006.8.26.0000. **Grifos nossos.**)

Percebe-se, portanto, que a decisão do Poder Judiciário paulista foi mais favorável para a requerente, enquanto pessoa trans\* vítima de transfobia, do que a decisão do Poder Judiciário catarinense. Entretanto, nos dois casos, constata-se que o discurso *cisnormativo* está presente com força imperativa e que a transexualidade não é aceita, tampouco compreendida.

A segunda decisão que se apresenta, a título de comparação, é oriunda do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul – TJ/RS, da Apelação Cível nº 70072252539. Trata-se de um caso mais recente, julgado no dia 19 de abril de 2017. A ementa, *in verbis*:

**APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. AGRAVO RETIDO DESPROVIDO. DISCRIMINAÇÃO EM CASA NOTURNA. OFENSAS E CONSTRANGIMENTOS A CONSUMIDORA TRANSGÊNERO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO FORNECEDOR. DANOS MORAIS IN RE IPSA CONFIGURADOS.**

1. Agravo retido. Não prospera o requerimento de aplicação da pena de confissão à autora, na medida em que o réu não postulou o seu depoimento pessoal e, conseqüentemente, não houve sua intimação pessoal para comparecimento à audiência. Recurso conhecido e desprovido.

**2. Responsabilidade civil do fornecedor por atos discriminatórios de seus prepostos a consumidora transgênero. A responsabilidade do réu, como fornecedor de serviços, é objetiva, bastando a demonstração do dano e do nexo de causalidade. Caso dos autos em que restou demonstrada a lamentável postura do estabelecimento réu frente à cliente transgênero em festa que promovia, ofendendo-a e humilhando-a em razão de sua identidade de gênero.**

3. Danos morais in re ipsa. Indubitavelmente o preconceito de que foi vítima a autora constitui danos morais puros, ou seja, o dano decorre da própria situação vivenciada. A repercussão econômica da odiosa discriminação se afigura, no presente caso, como a melhor forma de pôr luz na escuridão do agir preconceituoso. **AGRAVO RETIDO E APELAÇÃO DESPROVIDOS.** (Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Apelação Cível nº 70072252539. Comarca de origem: São Leopoldo. 9ª Câmara Cível. Relator: Des. Carlos Eduardo Richinitti. Julgado em: 19/04/2017).

Nessa situação, a autora, travesti, foi humilhada e recolhida do banheiro em uma festa por conta da sua condição de pessoa trans\*. A requerente relatou, inclusive, já ter sofrido transfobia logo na entrada do evento, onde lhe foi cobrado o valor do ingresso masculino, uma vez que em sua Carteira de Identidade constava o seu prenome masculino. No entanto, a situação mais gravosa aconteceu já dentro do local da festa, quando estava utilizando-se do banheiro e foi retirada a força, levada a um local isolado e submetida à xingamentos, humilhação e constrangimento.

Como o local onde o ato transfóbico aconteceu era uma festa, a autora estava em posição de consumidora, o que implica um *status* jurídico diferente, onde é aplicável o Código de Defesa de Consumidor. Assim sendo, a situação *in casu* era de responsabilidade civil objetiva, o que incumbia ao réu o ônus da prova. Ao fim, o magistrado *a quo* julgou procedente o pedido da exordial. Destaca-se, dessa sentença, o seguinte recorte:

Veja-se que o réu admite que o demandante esteve em suas dependências no dia do fato, **confirmando ainda a cobrança de ingresso masculino (mais caro)** e bem assim o incidente ocorrido nas dependências do clube, mais precisamente no banheiro feminino do salão.

Em defesa, asseverou que os fatos não se deram da forma que narrados na exordial, sendo que “...**segundo relatos das frequentadoras, a entrada do travesti no banheiro feminino é sempre 'triumfal' e 'escandalosa', chamando atenção para a sua presença com gestos e falatórios exagerados e, como se não bastasse, não se sabe com que propósito, de deboche ou escárnio, os travestis urinavam com as portas abertas e em pé, longe do vaso sanitário, afrontando as mulheres.**” (fl. 21).

Ocorre, no entanto, que prova alguma veio aos autos neste sentido, resumindo-se tal narrativa a mera alegação, desmerecedora de consideração probatória, ao menos para a solução da presente lide.

E mais, tal relato acaba por corroborar os fatos narrados na exordial, dado o evidente preconceito com que descrito o comportamento do indivíduo, de maneira que evidenciado que a parte autora efetivamente teve violada a sua honra subjetiva, sendo ofendida em razão de sua condição de transexual, sendo exposto à situação vexatória, e visivelmente lesiva a sua dignidade (Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Apelação Cível nº 70072252539. Relator: Des. Carlos Eduardo Richinitti. Julgado em: 19/04/2017).

Coincidentemente, essa mesma decisão também citou o caso paradigma catarinense, que atualmente se encontra ainda em fase de julgamento no Supremo Tribunal Federal (Recurso Extraordinário nº 845.779), mas que já teve dois votos favoráveis. O magistrado do primeiro grau, Dr. Ivan Fernando de Medeiros, utilizou-se das justificativas elaboradas no voto (favorável) do relator do caso, Ministro Roberto Barroso, para sustentar a necessidade de respeitar os direitos das pessoas trans\*, conforme podemos observar a seguir:

**É direito dos transexuais e transgêneros serem reconhecidos e tratados em conformidade com sua identificação social encontra amparo constitucional, em especial no Princípio da Dignidade da Pessoa Humana** (art. 1º, inciso III, da Constituição federal de 1988), tando porque tal fundamento constitucional é considerado um valor intrínseco ao ser humano, que corresponde ao direito à igualdade, como também por ser um direito fundamental à autonomia, correspondente ao “direito de ser como se é” e, ainda, amparado no Princípio Constitucional Democrático, no aspecto que concernente à proteção das minorias. Nesse mesmo trilhar, entendo que deve ser julgado procedente o pedido manejado, acolhendo a tese esposada no sentido de que **“Os transexuais têm direito a serem tratados socialmente de acordo com a sua identidade de gênero, inclusive na utilização de**

**banheiros de acesso público**”, acrescentando que a violação desse direito importa em lesão direta a direito da personalidade, caracterizador de lesão extrapatrimonial (Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Apelação Cível nº 70072252539. Relator: Des. Carlos Eduardo Richinitti. Julgado em: 19/04/2017).

Assim sendo, diante de sentença tão bem elaborada, foi unânime a decisão que desproveu a apelação interposta pelo réu, sendo reconhecida e reiterada a sentença de primeiro grau que havia julgado o pleito procedente. Desta maneira, percebe-se que o Tribunal do Rio Grande do Sul – TJ/RS foi o que apresentou a solução mais favorável entre os três casos analisados de transfobia em banheiro. O Tribunal que foi mais desfavorável, certamente, foi o de Santa Catarina. Entretanto, como se pôde observar do último julgado gaúcho, é possível que esse caso acabe sendo revertido no Supremo Tribunal Federal e que se torne, inclusive, uma decisão paradigmática sobre o tema.

De toda forma, o que se buscou evidenciar, até então, é que as pessoas trans\* catarinenses que desejam recorrer ao Poder Judiciário para verem representados seus interesses ou garantidos seus direitos terão uma jornada incerta pela frente. A insegurança jurídica é perceptível no Estado como um todo, o que se percebe pelos acórdãos oriundos das mais diversas cidades.

Conforme proposto em outros momentos ao longo deste trabalho, uma lei específica que reconhecesse as identidades de gênero e suas demandas típicas poderia assegurar que o ordenamento jurídico realmente amparasse essas pessoas, cujas cidadanias já são tão marginalizadas cotidianamente. Entretanto, enquanto uma normativa assim não for aprovada, essas pessoas não têm a menor noção de como verão suas demandas atendidas perante a Justiça.

Para que reste devidamente comprovada a insegurança jurídica ao qual estas pessoas estão sujeitas, não só no estado de Santa Catarina, mas no Brasil como um todo, ampliar-se-á o estudos desta análise jurisprudencial para os acórdão advindos dos demais Tribunais Estaduais do país.

### **3.2 Acórdãos de Demais Tribunais Estaduais**

As decisões que serão discutidas, a partir de agora, são oriundas de ações que têm causas de pedir idênticas – são todas solicitações de retificação de registro civil feitas por pessoas trans\* – e foram postuladas perante os mesmos juízos; todavia, apresentaram resultados finais diversos. Os acórdãos a serem citados estão organizados conforme os Tribunais que os expediram, e não necessariamente por ordem cronológica. Nesse arranjo, restam evidenciadas com mais clareza as discrepâncias entre as decisões. Esse modelo de análise jurisprudencial

comparada a partir de causas de pedir idênticas já foi proposta anteriormente na tese de SÁ NETO (2017, p.221-228).

Iniciamos as demonstrações a partir dos acórdãos proferidos pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul – TJ/RS. O primeiro caso trazido à tona garantiu a retificação do registro civil, concedendo a alteração do prenome e também do sexo/gênero. Trata-se do acórdão oriundo da Apelação Cível n.º 70069422608, da Sétima Câmara Cível do TJ-RS, onde figurou como relatora a Desembargadora Sandra Brisolara Medeiros. O julgado, relativamente recente, é datado de 27 de julho de 2016. A ementa, a seguir:

**APELAÇÃO CÍVEL. RETIFICAÇÃO DO REGISTRO CIVIL. TRANSEXUALISMO. ALTERAÇÃO DO GÊNERO. AUSÊNCIA DE CIRURGIA DE REDESIGNAÇÃO SEXUAL OU TRANSGENITALIZAÇÃO. POSSIBILIDADE.** O sexo é físico-biológico, caracterizado pela presença de aparelho genital e outras características que diferenciam os seres humanos entre machos e fêmeas, além da presença do código genético que, igualmente, determina a constituição do sexo - cromossomos XX e XY. O gênero, por sua vez, refere-se ao aspecto psicossocial, ou seja, como o indivíduo se sente e se comporta frente aos padrões estabelecidos como femininos e masculinos a partir do substrato físico-biológico. É um modo de organização de modelos que são transmitidos tendo em vista as estruturas sociais e as relações que se estabelecem entre os sexos. Considerando que o gênero prepondera sobre o sexo, identificando-se o indivíduo transexual com o gênero oposto ao seu sexo biológico e cromossômico, impõe-se a retificação do registro civil, independentemente da realização de cirurgia de redesignação sexual ou transgenitalização, porquanto deve espelhar a forma como o indivíduo se vê, se comporta e é visto socialmente. Sentença de procedência confirmada. (TJ/RS. Apelação Cível Nº 70069422608. Sétima Câmara Cível. Relatora: Des. Sandra Brisolara Medeiros. Julgado em 27/07/2016)

O segundo caso gaúcho, oposto a esse primeiro, é o acórdão que discutiu a Apelação Cível n.º. 70067749291, também oriundo da Sétima Câmara Cível do TJ-RS, onde desta vez figurou como relator o Desembargador Jorge Luís Dall’Agnol. Este feito foi julgado no mesmo ano, no dia 18 de maio de 2016, cerca de dois meses antes do caso supracitado. Entretanto, nessa situação, a procedência do pedido foi apenas parcial, pois ainda que autorização de retificação do prenome tenha sido concedida, não foi permitida a alteração registral do sexo/gênero. Assim sendo, o acórdão, que inclusive até zela pelo sigilo das alterações, numa decisão bastante esquizofrênica, não autoriza a alteração do sexo/gênero, exigindo a cirurgia de transgenitalização como critério para essa concessão. Vejamos a ementa:

**REGISTRO CIVIL. TRANSEXUALIDADE. PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE PRENOME E DE SEXO. ALTERAÇÃO DO NOME. POSSIBILIDADE. AVERBAÇÃO À MARGEM. A ALTERAÇÃO DO SEXO SOMENTE SERÁ POSSÍVEL APÓS A CIRURGIA DE**

**TRANSGENITALIZAÇÃO.** 1. O fato da pessoa ser transexual e exteriorizar tal orientação no plano social, vivendo publicamente como mulher, sendo conhecido por apelido, que constitui prenome feminino, justifica a mudança do nome, já que o nome registral é compatível com o sexo masculino. 2. Diante das condições peculiares da pessoa, o seu nome de registro está em descompasso com a identidade social, sendo capaz de levar seu usuário a situação vexatória ou de ridículo, o que justifica plenamente a alteração. 3. Deve ser averbado que houve determinação judicial modificando o registro, sem menção à razão ou ao conteúdo das alterações procedidas, resguardando-se, assim, a publicidade dos registros e a intimidade do requerente. 4. **No entanto, é descabida a alteração do registro civil para fazer constar dado não verdadeiro, isto é, que o autor seja do sexo feminino, quando inequivocamente ele é do sexo masculino, pois ostenta órgãos genitais tipicamente masculinos.** 5. A definição do sexo é ato médico e o registro civil de nascimento deve espelhar a **verdade biológica**, somente podendo ser corrigido quando se verifica erro. Recurso provido, por maioria. (TJ/RS. Apelação Cível Nº 70067749291. Sétima Câmara Cível. Relator: Des. Jorge Luís Dall'Agnol, Redator: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves. Julgado em: 18/05/2016. **Grifos nossos.**)

Nesse segundo caso, observa-se que o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, na figura de seu desembargador relator, reconheceu que o nome de registro da parte requerente estava em descompasso com a sua “identidade social” (e não identidade de gênero) e que tal incongruência poderia, inclusive, submetê-la à situação vexatória. No entanto, afirmou-se sobre uma suposta “verdade biológica” que não permitiria a alteração registral do sexo civil. Sob o entendimento proclamado, estaria correta a designação do sexo dada ao nascimento, baseada na genitália, e que só poderia ser modificada se tal genitália fosse modificada também.

Desnecessário repetir os argumentos já levantados anteriormente (especialmente no capítulo 1), bastando dizer-se que o entendimento evidenciado neste último caso não condiz com a realidade fática das experiências trans\* e que a cirurgia de redesignação sexual não pode e nem deve ser exigida como um critério para acesso à demais direitos.

Em seguida, passamos à análise dos acórdãos emitidos pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Primeiramente, demonstra-se o caso que será paradigma para comparação, sendo este o acórdão resultado da Apelação Cível n.º 0008539-56.2004.8.26.0505, oriundo da Comarca de Ribeirão Pires. Nesta situação, foi deferida a modificação do prenome e também do sexo/gênero, conforme extrai-se da ementa, *in verbis*:

**REGISTRO CIVIL. ALTERAÇÃO DE PRENOME E SEXO DA REQUERENTE EM VIRTUDE DE SUA CONDIÇÃO DE TRANSEXUAL. ADMISSIBILIDADE. HIPÓTESE EM QUE PROVADA, PELA PERÍCIA MULTIDISCIPLINAR, A DESCONFORMIDADE ENTRE O SEXO BIOLÓGICO E O SEXO PSICOLÓGICO DA REQUERENTE. REGISTRO CIVIL QUE DEVE, NOS CASOS EM QUE PRESENTE PROVA DEFINITIVA DO TRANSEXUALISMO, DAR PREVALÊNCIA AO SEXO**

**PSICOLÓGICO, VEZ QUE DETERMINANTE DO COMPORTAMENTO SOCIAL DO INDIVÍDUO. ASPECTO SECUNDÁRIO, ADEMAIS, DA CONFORMAÇÃO BIOLÓGICA SEXUAL, QUE TORNA DESPICIENDA A PRÉVIA TRANSGENITALIZAÇÃO. OBSERVAÇÃO, CONTUDO, QUANTO À FORMA DAS ALTERAÇÕES QUE DEVEM SER FEITAS MEDIANTE ATO DE AVERBAÇÃO COM MENÇÃO À ORIGEM DA RETIFICAÇÃO EM SENTENÇA JUDICIAL. RESSALVA QUE NÃO SÓ GARANTE EVENTUAIS DIREITOS DE TERCEIROS QUE MANTIVERAM RELACIONAMENTO COM A REQUERENTE ANTES DA MUDANÇA, MAS TAMBÉM PRESERVA A DIGNIDADE DA AUTORA, NA MEDIDA EM QUE OS DOCUMENTOS USUAIS A ISSO NÃO FARÃO QUALQUER REFERÊNCIA. DECISÃO DE IMPROCEDÊNCIA AFASTADA. RECURSOS PROVIDOS, COM OBSERVAÇÃO. (TJ/SP. Apelação Cível nº. 0008539-56.2004.8.26.0505. Relator: Des. Vitor Guglielmi. Comarca de Origem: Ribeirão Pires/SP. Órgão julgador: 6ª Câmara de Direito Privado. Data do julgamento: 18/10/2012.)**

Acrescenta-se que, neste feito, o Tribunal de Justiça de São Paulo – TJ/SP acertou, inclusive, no respeito à identidade de gênero da parte autora que, sendo mulher trans, foi tratada como “a requerente” ao longo de todo o teor do acórdão. Tal decisão, além disso, também preocupou-se em declarar o direito ao sigilo em relação às alterações concedidas.

Diferentemente, em outro acórdão prolatado pelo TJ/SP, na discussão acerca da Apelação Cível n.º 0035945-20.2009.8.26.0071, oriunda da 3ª Câmara de Direito Privado da Comarca de Bauru, novamente apresentou-se uma situação em que a alteração do prenome é concedida, mas não acompanhada da mudança do sexo/gênero no assento registral. Observa-se a ementa, a seguir:

**REGISTRO CIVIL. PEDIDO DE RETIFICAÇÃO DO PRENOME E DO SEXO. APELANTE, DE APARÊNCIA FEMININA, QUE É CONHECIDO NO MEIO SOCIAL PELO PRENOME DE NICOLLE. COMPATIBILIZAÇÃO DO PRENOME COM A APARÊNCIA DO INDIVÍDUO, SEM DIZER, AINDA, NA NECESSIDADE DA SUA ADEQUAÇÃO À MANEIRA PELA QUAL É CONHECIDO NO MEIO SOCIAL. ALTERAÇÃO DEFERIDA COM LASTRO NOS ARTS. 57 E 58 DA LRP, COM A DEVIDA AVERBAÇÃO (ART. 29, PAR. IO, F, LRP). RECURSO, NESTA PARTE, PROVIDO. ALTERAÇÃO DE SEXO (DE MASCULINO PARA FEMININO). IDENTIDADE BIOLÓGICA DO APELANTE (SEXO MASCULINO) IMUTÁVEL. PRETENSÃO QUE AFRONTA A AUTENTICIDADE DO REGISTRO PREVISTA NO ART. IO DA LRP. INDEFERIMENTO MANTIDO. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJ/SP. Apelação Cível nº 0035945-20.2009.8.26.0071. Relator: Des. Donegá Morandini. Comarca de origem: Bauru/SP. Órgão julgador: 3ª Câmara de Direito Privado. Data do julgamento: 28/09/2010.)**

Nesta situação, a sentença *a quo* não havia concedido o direito à retificação nem do prenome e nem do sexo que constavam no registro civil. No segundo grau de jurisdição, o

direito à alteração do prenome foi conquistado, porém, a decisão não acompanhou o mesmo sentido no que tange à modificação do sexo. Sob a única alegação de que a “identidade biológica” seria imutável e que sua alteração poderia ferir a autenticidade do registro exigida pela Lei de Registros Públicos, o acórdão citado vetou esse pedido.

As últimas decisões a serem demonstradas – por serem simetricamente opostas e oriundas do mesmo juízo – são acórdãos advindos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJ/MG. Mais uma vez, apresenta-se, em primeira ordem, a decisão paradigma que concedeu alteração tanto do prenome quanto do sexo/gênero civil. Para esta feita, colaciona-se o acórdão suscitado pela Apelação Cível nº 1.0702.14.043172-8/001, cuja origem é da comarca de Uberlândia. O julgamento do feito se deu em 7 de julho de 2017, sob relatoria da Desembargadora Yeda Athias. Nesse ínterim, a ementa que segue:

**APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL - ALTERAÇÃO DO PRENOME E DO SEXO - TRANSEXUAL - INTERESSADO NÃO SUBMETIDO À CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO - PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA - POSSIBILIDADE IN ABSTRACTO - INSTRUÇÃO PROBATÓRIA - AUSÊNCIA - CERCEAMENTO DE DEFESA - OCORRÊNCIA - NECESSIDADE DE INSTRUÇÃO PROBATÓRIA EXAURIENTE PARA O DESLINDE DO FEITO.** O reconhecimento judicial do direito dos transexuais à alteração de seu prenome conforme o sentimento que eles tem de si mesmos, ainda que não tenham se submetido à cirurgia de transgenitalização, é medida que se revela em consonância com o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Presentes as condições da ação e afigurando-se indispensável o regular processamento do feito, com instrução probatória exauriente, para a correta solução da presente controvérsia, impõe-se a cassação da sentença, sob pena de se configurar o cerceamento de defesa da parte autora. (TJ/MG. Apelação Cível nº 1.0702.14.043172-8/001. Relatora: Des. Yeda Athias. Origem: 6ª Câmara Cível. Comarca de Origem: Uberlândia/MG. Data de Julgamento: 07/07/2015.)

Pois bem, o próximo – e último – sucedido jurisprudencial a ser apresentado é oriundo da mesma comarca (Uberlândia) e foi julgado no mesmo ano (2015) do caso anterior, apenas cinco meses mais tarde. Trata-se do acórdão resultante da Apelação Cível nº 1.0702.15.030891-5/001. Desta vez, a retificação do nome foi concedida, mas o ajuste do sexo/gênero não foi. A ementa, como veremos, dá a entender que a improcedência da alteração do sexo advém de falta de precedentes:

**APELAÇÃO CÍVEL - RETIFICAÇÃO REGISTRO DE NASCIMENTO - TRANSEXUAL - ALTERAÇÃO DO NOME - POSSIBILIDADE - RESPEITO AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA - EXPOSIÇÃO A SITUAÇÕES VEXATÓRIAS E HUMILHANTES - ALTERAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DO SEXO - IMPOSSIBILIDADE -**

**PRECEDENTES - PROVIMENTO DO RECURSO.** (TJ/MG. Apelação Cível 1.0702.15.030891-5/001. Relator: Des. Vasconcelos Lins. Origem: 5ª Câmara Cível. Comarca de Origem: Uberlândia/MG. Data de Julgamento: 03/12/2015.)

Ora, a alegação de falta de precedentes seria absurda, posto que um caso exatamente similar tinha sido julgado apenas cinco meses antes deste pela mesma Corte, conforme demonstrado há pouco. Desta feita, a leitura do inteiro teor do acórdão sanou as possíveis dúvidas acerca dessa questão. A suposta falta de precedentes se dá, em verdade, por conta da falta de pedido específico, na petição inicial, pela retificação do sexo no registro.

Infelizmente, não é possível obter acesso à petição inicial ou se quer à sentença de primeiro grau (que tinha julgado improcedente os pedidos) pois tais manifestações constam sob sigilo de justiça. Tampouco é possível saber o que foi dito em tais documentos apenas pelo acórdão, visto que os votos das/os desembargadoras/es neste feito não mencionam ou citam essas peças, se atendo apenas à discussões sobre a possibilidade (ou não) de alteração do registro em caso de transexualidade.

Assim sendo, é importante expor que neste último acórdão constam, por escrito, os votos de três desembargadoras/es: o Des. Fernando de Vasconcelos Lins (relator), Des. Versiani Penna (revisor) e Des.<sup>a</sup> Áurea Brasil. O voto do Des. relator sustou pela alteração do prenome e não-alteração do sexo, alegando, para este segundo, a impossibilidade jurídica do pedido. Para tanto, em suas justificativas de voto, fez constar o que segue:

“O assento de nascimento deve conter a realidade e, na hipótese, **o fato de o autor ser acometido do indigitado transtorno, não o torna, do ponto de vista genético, pessoa do sexo feminino.** Destarte, geneticamente, o apelante sempre será do sexo masculino, pela presença dos cromossomos sexuais "XY", que são imutáveis, associado à total **impossibilidade de procriar, pela ausência de ovários e útero.** Neste contexto, se a carga genética continua a mesma, isto é, se o apelante continua com conformação genética do sexo masculino pela presença dos cromossomos sexuais "XY", não há como proceder a alteração da designação do sexo no assento de nascimento do recorrente, pois esta alteração, na realidade, não ocorreu.” (TJ/MG. Apelação Cível 1.0702.15.030891-5/001. Voto do Des. Relator: Fernando de Vasconcelos Lins. **Grifos nossos.**)

Acrescentou, também, ao voto, referências à jurisprudências daquele mesmo Tribunal (mais antigas) que previam a possibilidade de não-alteração do sexo, como, por exemplo, o julgamento da Apelação Cível nº 1.000.00.296076-3.001 do TJ/MG, onde consta:

**"Não há como deferir alteração de sexo no registro civil, se a pessoa não teve alterado o seu sexo, mas apenas a sua aparência física externa.** Se a pessoa continua integrante do sexo com o qual nasceu, lançar no registro indicação de sexo diferente é fazer afirmação que não corresponde à realidade,



**à verdade**, e, em tese, pode até ser caracterizado como crime." (TJ/MG. Apelação Cível nº 1.000.00.296076-3.001. Origem: 4ª Câmara Cível. Publicação em: 08/06/2004. **Grifos nossos.**)

Não satisfeito, o Des. relator também menciona possíveis “interferências” entre a transexualidade e o ordenamento jurídico, induzindo, em seus argumentos, que pessoas cis “de boa-fé” poderiam ser enganadas por pessoas trans\* que tiveram seus registros alterados. Acrescenta que, diante da ausência de lei específica a respeito, a alteração do registro poderia gerar consequências na esferas do casamento, do Direito Penal, entre outras. E assim, na conclusão do seu voto, o relator diz: “com relação ao pedido de alteração da designação do sexo, inexistente, portanto, qualquer circunstância legal que autorize a modificação”.

Sucedendo o voto do relator, o Des. Versiani Penna (revisor) tentou fazer algumas emendas no acórdão e acrescentou, à colação de jurisprudências, justamente o caso anteriormente citado aqui e que está sendo usado de comparação entre os julgados do TJ/MG, a Apelação Cível 1.0702.14.043172-8/001, onde consta como relatora a Des.<sup>a</sup> Yeda Athias. Na conclusão de seu voto, o Des. revisor alega que “no tocante à mudança do designativo de sexo, noto que a pretensão inicial consistia tão somente na alteração de nome, razão pela qual descabida aqui essa discussão”. Esta foi a única menção à petição inicial e que fundou todo o argumento de que a alteração não era devida pois não houve o pedido.

Última a votar no supramencionado acórdão, a Des.<sup>a</sup> Áurea Brasil manifestou-se de acordo com a conclusão do voto do Des. Relator, mas aderiu, também, aos fundamentos constantes no voto precedente, especialmente no que tangia à desnecessidade de qualquer deliberação acerca da possibilidade de alteração do sexo diante da inexistência de pedido exposto nesse sentido.

Não é possível saber se existia, de fato, a intenção da autora, neste caso, de obter a alteração do sexo/gênero no registro civil ou não. Pode ser que tenha se tratado de um equívoco, quando na elaboração da peça, que o/a procurador/a tenha olvidado de incluir tal pedido. Também há possibilidade que a autora não tivesse, de fato, desejo de retificar tal item do seu registro civil. A dúvida sobre tal ponto, que persistirá, não diminui a valor da discussão presente no teor do acórdão estudado. Especialmente porque, caso fosse real o desejo de alteração, muito provavelmente – a julgar pelo voto do Des. relator – esse pedido poderia não ter sido concedido.

Como se pode perceber, a insegurança jurídica vivenciada pelas pessoas trans\* no Brasil é um fato. A inexistência de lei específica sobre as identidades de gênero coloca nas mãos das/os julgadoras/es a tarefa de definir se aquela pessoa, requerente, possui autonomia suficiente para decidir pela sua própria identificação, se tem o direito ao reconhecimento, se tal

concepção pode ser compartilhada legalmente, ou não, com os demais membros da sociedade. E diante desta lacuna tão gravosa ao nosso ordenamento pátrio, magistradas/os em primeiro e segundo grau, por todo o país, continuam perpetuando barbáries em suas decisões, reproduzindo as mesmas normas de um sistema *cisheterossexista*.

Todavia, todas essas decisões ainda estão sujeitas à mais um grau de jurisdição, onde constam o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, e, conforme veremos a seguir, essas Cortes – que servem justamente para uniformizar os entendimentos que estejam muito diversificados na jurisprudência – tendem a acompanhar as normas internacionais de direitos humanos e respeito à diversidade sexual e às identidades de gênero.

### 3.3 Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal – STJ e STF

No que diz respeito ao Superior Tribunal de Justiça – STJ, são dois os casos envolvendo pessoas trans\* que chegaram a este grau de jurisdição. O primeiro deles, e também o mais importante, é o acórdão que discute o Recurso Especial nº. 100.839.8 de São Paulo, onde foi relatora a Ministra Nancy Andrighi. Vejamos a ementa:

**DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. TRANSEXUAL SUBMETIDO À CIRURGIA DE REDESIGNAÇÃO SEXUAL. ALTERAÇÃO DO PRENOME E DESIGNATIVO DE SEXO. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.**

[...] - A afirmação da identidade sexual, compreendida pela identidade humana, encerra a realização da dignidade, no que tange à possibilidade de expressar todos os atributos e características do gênero imanente a cada pessoa. Para o transexual, ter uma vida digna importa em ver reconhecida a sua identidade sexual, sob a ótica psicossocial, a refletir a verdade real por ele vivenciada e que se reflete na sociedade.

- **A falta de fôlego do Direito em acompanhar o fato social exige, pois, a invocação dos princípios que funcionam como fontes de oxigenação do ordenamento jurídico, marcadamente a dignidade da pessoa humana** -- cláusula geral que permite a tutela integral e unitária da pessoa, na solução das questões de interesse existencial humano. [...]

- A situação fática experimentada pelo recorrente tem origem em idêntica problemática pela qual passam os transexuais em sua maioria: **um ser humano aprisionado à anatomia de homem, com o sexo psicossocial feminino, que, após ser submetido à cirurgia de redesignação sexual, com a adequação dos genitais à imagem que tem de si e perante a sociedade, encontra obstáculos na vida civil, porque sua aparência morfológica não condiz com o registro de nascimento**, quanto ao nome e designativo de sexo.

- Conservar o “sexo masculino” no assento de nascimento do recorrente, em favor da realidade biológica e em detrimento das realidades psicológica e social, bem como morfológica, pois a aparência do transexual redesignado, em tudo se assemelha ao sexo feminino, equivaleria a manter o recorrente em estado de anomalia, deixando de reconhecer seu direito de viver dignamente.

- Assim, **tendo o recorrente se submetido à cirurgia de redesignação sexual, nos termos do acórdão recorrido, existindo, portanto, motivo apto**

a ensinar a alteração para a mudança de sexo no registro civil, e a fim de que os assentos sejam capazes de cumprir sua verdadeira função, qual seja, a de dar publicidade aos fatos relevantes da vida social do indivíduo, forçosa se mostra a admissibilidade da pretensão do recorrente, devendo ser alterado seu assento de nascimento a fim de que nele conste o sexo feminino, pelo qual é socialmente reconhecido.

- **Vetar a alteração do prenome do transexual redesignado corresponderia a mantê-lo em uma insustentável posição de angústia, incerteza e conflitos**, que inegavelmente atinge a dignidade da pessoa humana assegurada pela Constituição Federal. No caso, a possibilidade de uma vida digna para o recorrente depende da alteração solicitada. E, **tendo em vista que o autor vem utilizando o prenome feminino constante da inicial**, para se identificar, razoável a sua adoção no assento de nascimento, seguido do sobrenome familiar, conforme dispõe o art. 58 da Lei n.º 6.015/73.

- **Deve, pois, ser facilitada a alteração do estado sexual, de quem já enfrentou tantas dificuldades ao longo da vida, vencendo-se a barreira do preconceito e da intolerância. O Direito não pode fechar os olhos para a realidade social estabelecida, notadamente no que concerne à identidade sexual, cuja realização afeta o mais íntimo aspecto da vida privada da pessoa. E a alteração do designativo de sexo, no registro civil, bem como do prenome do operado, é tão importante quanto a adequação cirúrgica, porquanto é desta um desdobramento, uma decorrência lógica que o Direito deve assegurar.**

- Assegurar ao transexual o exercício pleno de sua verdadeira identidade sexual consolida, sobretudo, o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, cuja tutela consiste em promover o desenvolvimento do ser humano sob todos os aspectos, garantindo que ele não seja desrespeitado tampouco violentado em sua integridade psicofísica. Poderá, dessa forma, o redesignado exercer, em amplitude, seus direitos civis, sem restrições de cunho discriminatório ou de intolerância, alçando sua autonomia privada em patamar de igualdade para com os demais integrantes da vida civil. A liberdade se refletirá na seara doméstica, profissional e social do recorrente, que terá, após longos anos de sofrimentos, constrangimentos, frustrações e dissabores, enfim, uma vida plena e digna. [...] **Recurso especial provido.**

(Recurso Especial 100.839.8 de São Paulo. Relatora: Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma. Julgado em 15/10/2009, DJe 18/11/2009, **Grifos nossos**)

Em síntese, tem-se requisição feita por mulher trans para alterar prenome e sexo/gênero em seu registro civil. Durante a instrução processual no juízo de primeiro grau, houve parecer do Ministério Público de São Paulo – MP/SP sugerindo pelo indeferimento da pretensão inicial. Ainda assim, a sentença julgou procedente o pedido para ambas as alterações. Houve recurso de apelação contra essa sentença, interposto pelo MP/SP. No segundo grau, a decisão, por maioria dos votos, foi de dar provimento ao recurso e, portanto, reformar a sentença. Entre as justificativas apresentadas no acórdão, consta o que segue:

“Em linha de registro civil, **prevalece a regra geral da imutabilidade dos dados, nome, prenome, sexo, filiação etc.** Há, portanto, um **interesse público de manutenção da veracidade dos registros**, de modo que a afirmação dos sexos (masculino ou feminino) não diz com a aparência, mas com a **realidade**

**espelhada no nascimento, que não pode ser alterada artificialmente”.** (Recurso Especial 100.839.8 de São Paulo. Relatora: Ministra Nancy Andrigli, Terceira Turma. Julgado em 15/10/2009, DJe 18/11/2009, **Grifos nossos.**)

Inconformada, a autora apresentou Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça - STJ. Nesse ínterim, houve parecer da Procuradoria Geral da República opinando pelo conhecimento e provimento do recurso. O resultado da decisão do STJ foi o provimento do recurso, concedendo o direito às alterações devidas.

A leitura da ementa, no entanto, reforça bastante os diagnósticos sobre a transexualidade e, inclusive, parece dar um *status* “superior” ao “transexual operado”. Isso porque no caso em questão, a autora realmente havia se submetido à cirurgia de transgenitalização, e esse argumento foi bastante reforçado ao longo de toda a ação judicial. No entanto, a interpretação mais atenta do inteiro teor do acórdão faz perceber que existem muitos elementos que ali constam e que são bastante relevantes, alçados a paradigma. Por exemplo, quando se discute a pretensão de alteração do registro designativo do sexo civil da requerente (de masculino para feminino):

O referido ato cirúrgico de redesignação sexual, por si só, não modifica o sexo de uma pessoa. [...] Quando se iniciou a obrigatoriedade do registro civil, a distinção entre os dois sexos era feita baseada na conformação da genitália. Hoje, com o desenvolvimento científico e tecnológico, existem vários outros elementos identificadores do sexo, razão pela qual a definição do gênero não pode mais ser limitada somente ao sexo aparente. Todo um conjunto de fatores, tanto psicológicos quanto biológicos, culturais e familiares, devem ser considerados. A título exemplificativo, **podem ser apontados, para a caracterização sexual, os critérios cromossomal, gonadal, cromatínico, da genitália interna, psíquico ou comportamental, médico-legal, e jurídico. O critério objeto da presente lide é o sexo jurídico**, hoje constante como masculino. As possibilidades de alteração de registro previstas pela Lei n.º 6.015/73, são restritivas e excepcionais, a fim de que reste preservado o princípio da segurança jurídica. (Recurso Especial 100.839.8 de São Paulo. Relatora: Ministra Nancy Andrigli, Terceira Turma. Julgado em 15/10/2009, DJe 18/11/2009. **Grifos nossos.**)

Portanto, ainda que a ementa reforce constantemente o fato de a requerente ter realizado a cirurgia de transgenitalização, como se isso fosse o que justificasse a modificação do sexo, o inteiro teor demonstra que o julgado em questão considera diversos outros fatores como elementos que compõem a caracterização do sexo, inclusive fatores culturais e sociais. Observa-se, desse modo, um importante reconhecimento jurídico.

Alguns outros apontamentos trazidos pelo acórdão são: o reconhecimento, por parte do Estado, da possibilidade de realização das cirurgias de transgenitalização, uma vez que são

providas pelo Sistema Único de Saúde – SUS; o reconhecimento, também, por parte do Conselho Federal de Medicina – CFM, na forma das Resoluções que esta entidade editou sobre o procedimento cirúrgico. Acrescenta que, conforme reconhece o CFM, o “transexualismo” é um *transtorno de identidade sexual* e a cirurgia é uma *solução terapêutica*, portanto, os preceitos contidos se coadunam com o dispositivo do art. 13 do Código Civil de 2002 – ou seja, a disposição do próprio corpo, quando afetar sua integridade, é possível apenas quando em casos de exigência médica. Nesse sentido:

“Conclui-se que o Estado consente com a possibilidade de realizar-se a cirurgia de transgenitalização, logo deve também prover os meios necessários para que o indivíduo tenha uma vida digna e, por conseguinte, seja identificado jurídica e civilmente tal como se apresenta perante a sociedade” (Recurso Especial 100.839.8 de São Paulo. Relatora: Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma. Julgado em 15/10/2009, DJe 18/11/2009).

O acórdão é também crítico quanto à ausência de lei específica sobre alteração do assento de nascimento em casos de transexualidade; fazendo referência, inclusive, à existência do Projeto de Lei nº. 70/1995 no Congresso Nacional<sup>52</sup>. Menciona até mesmo aspectos do Direito comparado: que na Alemanha já existe lei específica sobre aspectos jurídicos da transexualidade desde 1980; que o Tribunal de Relação de Lisboa – Portugal já reconheceu a lacuna legislativa e a necessidade de pronunciamento acerca da possibilidade jurídica da mudança de sexo; que o Tribunal Europeu de Direitos do Homem também já obrigou a França, em decisão sobre o caso, a mudar seus entendimentos sobre a possibilidade de alteração de registro de pessoas trans\*.

O último excerto da decisão em análise que merece destaque, já próximo de uma conclusão, sintetiza a discussão e marca uma importante constatação:

A definição da identidade sexual – que deve ser examinada como um dos aspectos da identidade humana – e a autorização para a modificação do designativo de sexo dos transexuais, devem ser examinadas sob o crivo do direito à saúde – compreendida, segundo a OMS<sup>53</sup>, como a busca do bem estar físico, psíquico e social –, à luz do princípio da dignidade humana, autêntico arquétipo primordial, uma das bases principiológicas mais sólidas nas quais se assenta o Estado Democrático de Direito. [...] De posicionamentos herméticos, no sentido de não se tolerar “imperfeições” como a esterilidade ou uma genitália que não se conforma exatamente com os referenciais científicos, e, conseqüentemente, negar a pretensão do transexual de ter alterado o designativo de sexo e nome, subjaz o perigo de estímulo a uma nova

<sup>52</sup> À época deste julgado, em 2009, ainda não havia sido proposto o Projeto de Lei João W. Nery. Portanto, o Projeto de Lei nº 70/1995 era o que melhor atendia às demandas da população trans\* à época. A discussão sobre os Projetos de Lei que poderiam preencher essa lacuna jurídica foi apresentado no segundo capítulo deste estudo.

<sup>53</sup> Organização Mundial da Saúde – OMS.

prática de eugenia social, objeto de combate da Bioética, que deve ser igualmente combatida pelo Direito, não se olvidando os horrores provocados pelo holocausto no século passado. (Recurso Especial 100.839.8 de São Paulo. Relatora: Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma. Julgado em 15/10/2009, DJe 18/11/2009)

O resultado final desse julgado reconheceu como válidos os pedidos da autora pela retificação do seu registro civil, mas os efeitos positivos dessa decisão reverberaram para além da satisfação dos pedidos da requerente. Tal fato resta evidente quando se observa que esse acórdão foi um dos mais citados nas jurisprudências estaduais que foram estudadas neste trabalho, além de, provavelmente<sup>54</sup>, ter sido citado em diversas petições iniciais pelo país a fora.

O segundo caso analisado pelo Superior Tribunal de Justiça foi julgado no mesmo ano que o caso anterior, datando apenas um mês de diferença entre ambos, sendo este segundo o mais recente. Trata-se, portanto, do Recurso Especial nº 737.993 de Minas Gerais, onde foi relator o Ministro João Otávio de Noronha. Antes de discutir esse julgado, vejamos a ementa:

**REGISTRO PÚBLICO. MUDANÇA DE SEXO. EXAME DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA VIA DO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 211/STJ. REGISTRO CIVIL. ALTERAÇÃO DO PRENOME E DO SEXO. DECISÃO JUDICIAL. AVERBAÇÃO. LIVRO CARTORÁRIO.**

**1. Refoge da competência outorgada ao Superior Tribunal de Justiça apreciar, em sede de recurso especial, a interpretação de normas e princípios de natureza constitucional.**

2. Aplica-se o óbice previsto na Súmula n. 211/STJ quando a questão suscitada no recurso especial, não obstante a oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pela Corte a quo.

3. O acesso à via excepcional, nos casos em que o Tribunal a quo, a despeito da oposição de embargos de declaração, não regulariza a omissão apontada, depende da veiculação, nas razões do recurso especial, de ofensa ao art. 535 do CPC.

**4. A interpretação conjugada dos arts. 55 e 58 da Lei n. 6.015/73 confere amparo legal para que transexual operado obtenha autorização judicial para a alteração de seu prenome, substituindo-o por apelido público e notório pelo qual é conhecido no meio em que vive.**

5. Não entender juridicamente possível o pedido formulado na exordial significa postergar o exercício do direito à identidade pessoal e subtrair do indivíduo a prerrogativa de adequar o registro do sexo à sua nova condição física, impedindo, assim, a sua integração na sociedade.

**6. No livro cartorário, deve ficar averbado, à margem do registro de prenome e de sexo, que as modificações procedidas decorreram de decisão judicial.**

<sup>54</sup> Como as petições iniciais tramitam em segredo de justiça, não é possível ter acesso a elas. Entretanto, visto a extrema importância das jurisprudências em petições iniciais e que só existem dois casos no STJ que discutem esse tema, certamente eles serão bastante citados. Por fim, obtive acesso a uma peça de petição inicial de retificação de registro civil proposta por uma pessoa trans\* que foi atendida pelo Escritório Modelo de Assistência Jurídica – EMAJ da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC enquanto fui aluna/estagiária e, portanto, o acesso à peça foi com fins educativos. Aquela peça fazia menção a esse acórdão.

7. Recurso especial conhecido em parte e provido. (Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 737.993 de Minas Gerais. Relator: Ministro João Otávio De Noronha. Origem: Quarta Turma. Julgado em: 10/11/2009.)

Retrata-se uma ação de alteração do registro civil de pessoa trans\*, objetivando autorização judicial para alteração de prenome e de sexo que constam na certidão de nascimento. A autora alegava, desde o pleito inicial, que viveu em matrimônio (não reconhecido juridicamente) por 10 (dez) anos com um indivíduo homem cis e que “nunca teve relação sexual com seu genital masculino”. Acrescentava aos seus argumentos também o fato de ter realizado a cirurgia de *neocolpovulvoplastia*. O juiz *a quo* autorizou as modificações do registro civil da autora, asseverando, ainda, que: “não é crível que a questão envolvendo o transexualismo seja solucionada apenas na área medicinal e que o Direito cerre os olhos ao tema, numa atitude cômoda e ortodoxa, totalmente alheios à realidade das coisas”.

Entretanto, o Ministério Público de Minas Gerais – MP/MG propôs recurso de apelação que foi integralmente acolhido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJ/MG, entendendo que inexistia previsão legal para a obtenção da alteração requerida e que “o sexo integra os direitos da personalidade e não existe previsão de sua alteração”. Desta feita, a autora interpôs o Recurso Especial alegando o que segue:

- a) a ausência de legislação específica que regule as consequências jurídicas advindas de cirurgia efetivada em transexual não justifica a omissão do Poder Judiciário a respeito da possibilidade de alteração de prenome e de sexo constantes de registro civil;
- b) os fundamentos da cidadania e da dignidade da pessoa humana, juntamente com a cláusula geral dos direitos da personalidade, asseguram ao transexual o recebimento da mesma garantia e proteção do Estado independentemente da existência de direito positivo sobre o assunto;
- c) a chamada “redesignação legal do sexo” impõe-se inclusive para fins de segurança das relações jurídicas;
- d) o transexual, em respeito à sua dignidade, à sua autonomia, à sua intimidade e à sua vida privada, deve ter assegurada a sua inserção social de acordo com sua identidade individual, que deve incorporar seu registro civil; [...]
- g) a possibilidade de alteração de prenome que exponha a pessoa ao ridículo encontra previsão expressa no art. 16 do Novo Código Civil e no art. 58 da Lei n. 6.015/73, com a redação dada pela Lei n. 9.708/98; (Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 737.993 de Minas Gerais. Relator: Ministro João Otávio De Noronha. Origem: Quarta Turma. Julgado em: 10/11/2009.)

Diante dessas alegações, o Superior Tribunal de Justiça se pronunciou, primeiramente, negando a competência para examinar matéria constitucional e colocando-se como disponível para apreciar apenas controvérsias situadas no patamar do Direito federal.

Ainda assim, o STJ conheceu do Recurso Especial e lhe deu provimento para conferir a possibilidade jurídica do pedido formulado na inicial, autorizar a modificação do

nome e do sexo indicados no registro civil. A decisão também impõe que a averbação se dê apenas no livro cartorário, à margem do registro civil, onde conste que as alterações são oriundas de decisão judicial, sendo vedada qualquer menção nas certidões públicas, sob pena de manter a situação constrangedora e discriminatória.

No que tange o Supremo Tribunal Federal – STF, é importante reconhecer que, no Brasil, essa Corte teve um papel de suma importância diante das demandas da população LGBT. Em decisão histórica, no dia 5 de maio de 2011, o STF reconheceu<sup>55</sup> a união estável homossexual/homoafetiva como um instituto jurídico completamente equivalente à união estável heterossexual/heteroafetiva. Essa decisão é tão importante porque é dotada de efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

No entanto, as demandas da população trans\*, em específico, ainda não foram assuntos contemplados pelo Supremo Tribunal Federal. O reconhecimento jurídico da possibilidade de alteração do registro de nascimento de pessoas trans\*, por exemplo, ainda aguarda julgamento no Supremo.

Em julho de 2009, a Procuradoria Geral da República – PGR propôs uma Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN<sup>56</sup>, perante o Supremo Tribunal Federal – STF, cujo alvo é o art. 58 da Lei 6.015/73 (Lei de Registros Públicos). O objetivo é permitir que transexuais possam mudar seu nome no registro civil independentemente da realização da cirurgia de redesignação sexual. Essa ADIN ainda aguarda julgamento e, por enquanto, esse direito à retificação só foi reconhecido pelas Justiças Estaduais.

Tomemos, como um outro exemplo de demanda específica da comunidade T\*, o custeio das cirurgias de redesignação sexual por parte do Sistema Único de Saúde – SUS. Nesse sucedido, pode-se dizer que o Supremo Tribunal Federal – STF mais atrapalhou do que ajudou. Isso porque a Corte, na figura de sua então presidente, Ministra Elle Gracie, ao julgar, em grau de Recurso Extraordinário, uma Ação Civil Pública que discutia esse assunto, derrubou uma decisão liminar que obrigava a União a pagar pelo procedimento cirúrgico<sup>57</sup>.

---

<sup>55</sup> Esse reconhecimento se deu durante o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132/RJ e da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.277/DF.

<sup>56</sup> Mais informações em: <<http://www.conjur.com.br/2009-jul-22/pgr-transexuais-possam-mudar-nome-mesmo-operacao>>. Acesso em: 3. Jun.

<sup>57</sup> A ação que visava obrigar o Sistema Único de Saúde (SUS) a custear as operações de redesignação sexual foi proposta pelo Ministério Público Federal em 2001, em Porto Alegre. Trata-se da Ação Civil Pública Nº 2001.71.00.026279-9/RS. Ela não obteve procedência em primeira instância, mas o Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região (RS) deu provimento ao recurso, em agosto de 2007, ordenando que o SUS custeasse as operações em todo o país. No entanto, a União recorreu da decisão ao Supremo Tribunal Federal (STF), alegando que a obrigatoriedade traria grande ônus aos cofres públicos. A então presidente do STF, ministra Ellen Gracie Northfleet, suspendeu a decisão em 12 de dezembro de 2007. Acórdão do TRF-4ªR disponível em:



A decisão do STF pela suspensão da liminar se deu no dia 12 de dezembro de 2007. No dia seguinte, ou seja, dia 13 de dezembro, o Ministério da Saúde prestou declaração<sup>58</sup> a respeito da suspensão dizendo que estava em contato direto com a população trans\* e afirmando que o procedimento seria incluído, de qualquer forma, no orçamento da Saúde Pública. Esse direito, de fato, se concretizou a partir de 2008<sup>59</sup>. No entanto, aponta-se que essa conquista só foi possível graças aos diálogos realizados entre os movimentos sociais voltados às causas LGBT e o Ministério da Saúde<sup>60</sup>.

Atualmente, o Supremo Tribunal Federal tem dois casos em Repercussão Geral no Recurso Extraordinário que se relacionam com demandas da população trans\* e aguardam julgamento. O primeiro deles é o Recurso Extraordinário 670.422 do Rio Grande do Sul. Tal recurso foi recebido em fevereiro de 2012 e julgado<sup>61</sup> como de Repercussão Geral em setembro de 2014. O assunto continua em discussão, sob o Tema nº 761<sup>62</sup> – “Possibilidade de alteração de gênero no assento de registro civil de transexual, mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo”. Observemos a ementa:

**DIREITO CONSTITUCIONAL E CIVIL. REGISTROS PÚBLICOS. REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS. ALTERAÇÃO DO ASSENTO DE NASCIMENTO. RETIFICAÇÃO DO NOME E DO GÊNERO SEXUAL. UTILIZAÇÃO DO TERMO TRANSEXUAL NO REGISTRO CIVIL. O CONTEÚDO JURÍDICO DO DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO SEXUAL. DISCUSSÃO ACERCA DOS PRINCÍPIOS DA PERSONALIDADE, DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, INTIMIDADE, SAÚDE, ENTRE OUTROS, E A SUA CONVIVÊNCIA COM PRINCÍPIOS DA PUBLICIDADE E DA VERACIDADE DOS REGISTROS PÚBLICOS. PRESENÇA DE REPERCUSSÃO GERAL.** (Supremo Tribunal Federal. Repercussão Geral

<<http://www.prsp.mpf.gov.br/prdc/area-de-atuacao/dsexuaisreprod/Acordao%20-%20transgenitalizacao%20transexuais%20TRF4.pdf>>. Informações no Portal de Notícias do STF disponíveis em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=79721>>. Acesso em: 3 jun. 2017.

<sup>58</sup>Declaração prestada ao Jornal Folha de São Paulo, conforme se pode confirmar no seguinte endereço: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2007/12/354812-ministerio-da-saude-quer-incluir-cirurgia-de-mudanca-de-sexo-no-sus.shtml>>. Acesso em: 3 jun. 2017.

<sup>59</sup>Notícia do portal do Governo Brasileiro confirma tal informação: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/cirurgias-de-mudanca-de-sexo-sao-realizadas-pelo-sus-desde-2008>>. Acesso em: 3 jun. 2017.

<sup>60</sup> À época (2007), o Ministro da Saúde era José Gomes Temporão e o Presidente da República era Luís Inácio Lula da Silva; alguns dos movimentos sociais envolvidos nesta causa foram o Transgrupo (entidade filiada à Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT) e o Grupo Arco-Íris. Mais informações em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2007/12/354812-ministerio-da-saude-quer-incluir-cirurgia-de-mudanca-de-sexo-no-sus.shtml>> Acesso em: 3 jun. 2017.

<sup>61</sup> Para obter acesso ao inteiro teor da decisão, acessar o endereço eletrônico: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=7302788>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

<sup>62</sup> É possível obter acesso à movimentação processual do caso no sítio eletrônico do Supremo Tribunal Federal, conforme o seguinte endereço eletrônico: <<http://stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=4192182&numeroProcesso=670422&classeProcesso=RE&numeroTema=761>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

no Recurso Extraordinário nº 670.422 do Rio Grande do Sul. Relator: Ministro Dias Toffoli. Julgado em 11/09/2014. Publicado em 21/11/2014.)

Conforme se extrai do inteiro teor do acórdão do Supremo Tribunal Federal que aceitou a Repercussão Geral do caso, eis a síntese do que se discute: trata-se de solicitação do registro civil de pessoa trans\* que foi protocolada perante o juízo da Vara de Registros Públicos e cujo pleito foi julgado, no primeiro grau de jurisdição, como parcialmente procedente. Isso porque a solicitação de alteração do prenome foi concedida, ao passo que o pedido de retificação do gênero (de feminino para masculino) não foi.

Diante disso, o autor interpôs recurso de apelação contra tal sentença perante o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que, então, deu provimento parcial ao recurso. A decisão determinou pela alteração do sexo/gênero, entretanto, ordenou também que deveria constar na averbação no registro civil do requerente, explicitamente, a sua condição de transexual. O TJ/RS, mantendo a sentença, justificou que, mesmo com os avanços da Medicina em relação às cirurgias, “transexuais ainda não são capazes de adquirir todas as características do sexo oposto ao que nasceram”.

Do julgado que reconheceu a Repercussão Geral desse caso, merece destaque o seguinte excerto do voto do Ministro Dias Toffoli (relator):

As matérias suscitadas no recurso extraordinário, relativas à necessidade ou não de cirurgia de transgenitalização para alteração nos assentos do registro civil, o conteúdo jurídico do direito à autodeterminação sexual, bem como a possibilidade jurídica ou não de se utilizar o termo transexual no registro civil, são dotadas de natureza constitucional, uma vez que expõe os limites da convivência entre os direitos fundamentais como os da personalidade, da dignidade da pessoa humana, da intimidade, da saúde, entre outros de um lado, com os princípios da publicidade e da veracidade dos registros públicos de outro. (Supremo Tribunal Federal. Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 670.422. Relator: Ministro Dias Toffoli.)

Sob estas justificativas, o recurso extraordinário foi admitido na origem. Percebe-se que as discussões acerca desse tema foram abordadas ao longo deste trabalho e se correlacionam com as jurisprudências estudadas também. Diante da repercussão geral do caso, resta evidente que esse recurso ultrapassa os limites da sua lide, tendo ampla relevância jurídica e social, uma vez que dispõe sobre matéria de interesse de todas as pessoas trans\* que buscam – ou podem, um dia, vir a buscar – a alteração dos seus respectivos registros civis.

Antes de finalizar a discussão sobre esse caso, cabe, à título de menção honrosa, atestar a participação da advogada Gisele Alessandra Schmidt, que fez história ao ser a primeira

advogada transgênera<sup>63</sup> a fazer uma sustentação oral diante do Supremo Tribunal Federal – STF. Gisele atuou representando a Organização Não-Governamental (ONG) *Dignidade* e, em sua atuação no caso, fez um importante pronunciamento que merece ser reconhecido:

**"Como tudo na vida das pessoas trans é extremado, comigo não poderia ser diferente. Esta, a primeira sustentação oral que eu faço nos meus dois anos de advocacia, acontece justamente na Suprema Corte do nosso País. Sinto que estou fazendo história; mas, se estou aqui, perante Vossas Excelências, é porque sou uma sobrevivente".** (Sustentação Oral da Advogada Gisele Alessandra Schmidt diante do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral nº 670.422. **Grifos nossos.**)

A advogada recordou o grande número de casos de transfobia que acontecem no País. Também declarou que ela mesma não realizou a cirurgia para a mudança de sexo por "não considerar que uma parte de seu corpo a define enquanto mulher e por não ter a mínima estrutura ou coragem para realizar um procedimento tão invasivo que poderia colocar a sua vida em risco". Ademais, a jurista sustentou que o vácuo normativo no ordenamento jurídico brasileiro sobre a possibilidade de mudança de sexo para pessoas trans\* deixa essa população suscetível às decisões judiciais e às diferentes interpretações dos magistrados:

**"Muitas vezes, se nos permitem mudar o prenome, não nos permitem mudar o designativo de sexo. Temos que obter um laudo médico que ateste termos um “transtorno mental”. Somos ouvidas pela Justiça, também são ouvidas testemunhas, e nossas memórias são escrutinadas através de fotografias que demonstrem ser quem dizemos ser. Tudo para provar que nossa identidade não é um delírio".** (Sustentação Oral da Advogada Gisele Alessandra Schmidt diante do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral nº 670.422. **Grifos nossos.**)

A sustentação oral da advogada, dotada do potente reconhecimento que só quem vive a causa possui, resume o árduo caminho que percorrem as pessoas trans\* que evocam o Judiciário para verem atendidas as suas demandas e que lutam, cotidianamente, pelo direito ao reconhecimento de suas identidades.

O segundo caso que aguarda julgamento no Supremo Tribunal Federal e que também teve reconhecida sua Repercussão Geral é o Recurso Extraordinário nº 845.779 de Santa Catarina. Esse caso já foi narrado anteriormente, neste mesmo capítulo, quando foram apresentadas as jurisprudências catarinenses. Vejamos novamente a ementa (dessa vez, pela perspectiva do STF) que sintetiza os acontecidos:

<sup>63</sup> Notícia divulgada através do Portal Estadão, no endereço: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,pela-primeira-vez-advogada-transgenero-faz-defesa-perante-o-stf,70001830337>> Acesso em: 7 jun. 2017

**TRANSEXUAL. PROIBIÇÃO DE USO DE BANHEIRO FEMININO EM SHOPPING CENTER. ALEGADA VIOLAÇÃO À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A DIREITOS DA PERSONALIDADE. PRESENÇA DE REPERCUSSÃO GERAL.** 1. O recurso busca discutir o enquadramento jurídico de fatos incontroversos: afastamento da Súmula 279/STF. Precedentes. **2. Constitui questão constitucional saber se uma pessoa pode ou não ser tratada socialmente como se pertencesse a sexo diverso do qual se identifica e se apresenta publicamente, pois a identidade sexual está diretamente ligada à dignidade da pessoa humana e a direitos da personalidade** 3. Repercussão geral configurada, por envolver discussão sobre o alcance de direitos fundamentais de minorias – uma das missões precípua das Cortes Constitucionais contemporâneas –, **bem como por não se tratar de caso isolado.** (Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 845.779 de Santa Catarina. Relator: Min. Roberto Barroso. Julgado em: 13/11/2014. **Grifos nossos**)

No voto do julgado que aceitou a Repercussão Geral deste caso, o Ministro relator Roberto Barroso citou o caso anteriormente apresentado para justificar o reconhecimento de Repercussão Geral sobre causas envolvendo pessoas trans\* e mencionou que a situação vivenciada pela requerente não é um ato isolado. Para citar outro exemplo, o Ministro menciona um caso bastante similar<sup>64</sup>, ocorrido em Brasília, onde uma mulher trans\* também foi expulsa de um banheiro feminino dentro de um *shopping* por um funcionário do mesmo, sendo obrigada a usar o banheiro masculino, onde foi assediada por outros homens cis que lá estavam presentes. Portanto, diante da caracterização, nessa situação, do interesse não apenas individual, da parte requerente, mas de todas as pessoas trans\* que estão submetidas à situações similares a essa cotidianamente, foi reconhecida a Repercussão Geral.

O certo voto do Min. Barroso contempla, ademais, uma série de reconhecimentos muito importantes em relação às demandas específicas das pessoas trans\*. O voto é longo e se atém a todas as explanações que se fazem necessárias. No entanto, como não é possível representá-lo integralmente, seguem alguns recortes que merecem destaque:

**“A igualdade se expressa particularmente em três dimensões:** a igualdade **formal**, que funciona como proteção contra a existência de privilégios e tratamentos discriminatórios; a igualdade **material**, que corresponde às demandas por redistribuição de poder, riqueza e bem estar social; e a **igualdade como reconhecimento, significando o respeito devido às minorias**, sua identidade e suas diferenças, sejam raciais, religiosas, sexuais ou quaisquer outras. [...] No caso da igualdade como reconhecimento, a

<sup>64</sup> O caso ocorreu no Shopping Conjunto Nacional, em Brasília. Duas mulheres trans\*, amigas, foram retiradas à força do banheiro feminino depois da reclamação de uma cliente. Os seguranças teriam alegado que estavam apenas cumprindo ordens da administração. As jovens afirmam que foram humilhadas na frente de outros funcionários e que sofreram assédio dentro do banheiro masculino. Mais informações desse caso em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2014/09/transsexuais-sao-expulsas-de-banheiro-feminino-de-shopping-do-df.html>>. Acesso em: 6 jun. 2017.

injustiça a ser combatida não tem natureza legal ou econômica, mas cultural ou simbólica. Ela decorre de **modelos sociais que excluem o diferente, rejeitam os “outros”, produzindo a dominação cultural, o não reconhecimento ou mesmo o desprezo.** (...) Determinados grupos são marginalizados em razão da sua identidade, suas origens, religião, aparência física ou opção sexual como os negros, judeus, povos indígenas, ciganos, deficientes, mulheres, homossexuais e transgêneros. (...) Nas palavras felizes de Boaventura Souza Santos: “As pessoas têm o direito de ser iguais quando a diferença as inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade as descaracteriza”. (...) **A discussão no presente processo diz respeito ao tratamento social de transexuais. Vale dizer: ao direito de tais grupos de serem tratados, denominados e de acessarem ou conviverem em espaços sociais, conforme o gênero com o qual se identificam. Isso inclui especialmente a questão da utilização por transexuais de banheiros e vestiários situados em áreas públicas, shoppings centers, casas de espetáculo, instituições de ensino e locais de trabalho, entre outros. Porém, o debate de fundo é mais amplo do que o uso de banheiro, abrangendo questões como o uso do pronome feminino ou masculino e a identificação pelo nome social. (...) O padrão cultural heterossexual e cisgênero impõe às orientações sexuais e identidades de gênero desviantes o rótulo de aberrações naturais ou perversões sociais, a serem curadas ou combatidas.** As pessoas transexuais convivem, portanto, com o preconceito e a estigmatização. São, rotineiramente, encaradas como inferiores e têm seu valor intrínseco desrespeitado. (...) Portanto, **deve-se interpretar a Constituição e as leis em geral de modo a neutralizar, na maior medida do possível, essa situação. Isso significa assegurar ao transexual o tratamento social adequado.** A negativa de tratamento socialmente adequado a um transexual afeta tanto (i) a pessoa transexual, reimprimindo nela o rótulo de não aceita, de doente ou depravada com reforço ao profundo estigma social sofrido desde a sua primeira infância, quanto (ii) todo o grupo, ao contribuir para a perpetuação do preconceito e conduzir a outras formas desigualdades e injustiças, como discriminações graves no acesso aos serviços públicos de saúde, educação e segurança pública, e ao mercado de trabalho. (Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 845.779 de Santa Catarina. Voto do Relator: Min. Roberto Barroso. **Grifos nossos**)

Além disso, o voto também apresenta uma reflexão jurídica que incita três fundamentos que justificam direito às pessoas trans\* de serem tratadas/os socialmente de acordo com a sua identidade de gênero, inclusive na utilização de banheiros de acesso público. Desses três, os dois primeiros fundamentos são ligados ao princípio da dignidade humana: o primeiro, a dignidade como valor intrínseco, o que acarretaria no direito à igualdade; e, o segundo, a dignidade como autonomia. O terceiro fundamento diz respeito ao princípio democrático que funda o Estado de Direito e sua implicação na proteção às minorias. Vejamos alguns recortes sobre essa ponderação que merecem realce:

Há um limite à autonomia de todas as pessoas: o dever de respeitar o espaço legítimo de liberdade e os direitos fundamentais das outras pessoas, a partir de um juízo de ponderação e proporcionalidade. Porém, **a recusa ao transexual do direito de ser tratado socialmente em consonância à sua identidade de gênero não encontra fundamento legitimador em qualquer**

**valor constitucionalmente relevante.** Referir-se a um indivíduo como Senhor ou Senhora não restringe, ao menos de modo significativo, direito fundamental algum daquele que está a fazer a referência; **ao passo que negar o uso do pronome feminino à pessoa que é objeto da fala e que se identifica com o gênero feminino implica rejeição ao seu próprio modo de vida, a como ela se identifica.** (...) A democracia não é apenas a circunstância formal do governo da maioria. Ela tem também uma **dimensão substantiva que envolve a proteção dos direitos fundamentais de todos, inclusive e sobretudo das minorias.** (...) Dentre as funções do Judiciário e, em especial, do Supremo Tribunal Federal, está, justamente, a de ser **o guardião contra os riscos da tirania das majorias;** de garantir que os segmentos alijados do processo majoritário tenham seus direitos fundamentais observados. (Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 845.779 de Santa Catarina. Voto do Relator: Min. Roberto Barroso. **Grifos nossos.**)

Apesar do brilhante parecer supracitado, que contempla tantos pontos importantes, a decisão do Supremo Tribunal Federal – STF ainda não foi tomada em definitivo, sendo este apenas o voto do Ministro Roberto Barroso, o relator. Porém, em seguida ao voto do relator, houve outro pronunciamento, desta vez por parte do Ministro Marco Aurélio, e o seu parecer não foi favorável à demanda. Seguindo, em partes, a linha argumentativa proposta pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o Min. Marco Aurélio refuta a existência de discriminação a partir da negação da identidade da autora como feminina, endereçando-se a ela como “o recorrente”. Argumenta, também, pela impossibilidade do Supremo de reanalisar os fatos e elementos probatórios. Vejamos o seu posicionamento a seguir:

2. De início, subentende-se que o relator proveu o agravo visando a subida do recurso extraordinário, muito embora, na decisão proferida, sob o ângulo da repercussão, nada tenha sido consignado a respeito. O extraordinário é apreciado a partir das premissas constantes do acórdão formalizado. Eis a essência a qualificar a sede de atividade como extraordinária. **No caso, os parâmetros fáticos do pronunciamento impugnado revelam que o recorrente buscou utilizar o banheiro feminino. A empregada do shopping, então, veio a atuar a partir da aparência física, tanto assim que, de imediato, sem maiores questionamentos, segundo consta do acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, pediu que se dirigisse ao banheiro masculino.** Mais ainda: o Colegiado apontou a inexistência de ato que pudesse gerar indenização. Em síntese, ante as balizas do acórdão atacado, **não se pode entender presente, na espécie, matéria constitucional.** Por isso mesmo, o Juízo primeiro de admissibilidade fez ver que a pretensão versada nas razões do extraordinário, para ter-se como transgredido o Documento Maior, pressupõe a reanálise dos elementos fático-probatórios, mencionando o Verbete nº 279 da Súmula do Supremo. 3. Manifesto-me no sentido da inadequação do instituto da repercussão geral. (Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 845.779 de Santa Catarina. Pronunciamento do Min. Marco Aurélio. **Grifos nossos.**)

O alarmante pronunciamento do Ministro Marco Aurélio serve para demonstrar que as disputas teóricas, políticas e jurídicas sobre as experiências trans\* ainda estão acontecendo

e nenhuma conquista está dada. Sabe-se, no entanto, que certamente o resultado final dessa ação será acompanhado por muitas/os.

Ainda que a tarefa de zelar pelas normas constitucionais seja de todas/os aquelas/es que tem na Constituição a emanção de seus direitos e deveres, essa responsabilidade é ainda maior perante os Agentes Públicos. A partir da era da redemocratização no Brasil e da promulgação da Constituinte de 1988, o papel institucional do Supremo Tribunal Federal foi ampliado. Nesse sentido, hoje considerado “o guardião da Constituição”, o Supremo é incumbido pela Carta Magna a zelar pelos direitos fundamentais, pelos preceitos constitucionais e por uniformizar a jurisprudência produzida pelas demais instâncias do Poder Judiciário.

Como se percebe pela análise jurisprudencial apresentada, muitas vezes essa atribuição se dá em meio a muitos conflitos. Não obstante, é de suma importância que a Suprema Corte seja favorável em relação às demandas da população trans\* que atualmente aguardam o seu julgamento. Afinal, o STF tem diante de si a possibilidade de redimir, mesmo que numa pequena escala, as injustiças às quais estão submetidas essa parcela da sociedade que hoje tem sua cidadania constantemente talhada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou, a partir do método indutivo, abordar a possibilidade jurídica de alteração do prenome e do sexo que constam no registro civil de pessoas trans\*, aliando-se em uma análise da jurisprudência brasileira para comprovação de sua hipótese.

No primeiro capítulo discutimos as múltiplas definições das experiências trans\*, a partir de uma revisão histórico-teórica de alguns conceitos, especialmente os de sexo, gênero e transexualidade. Foram abordadas as teorias que circundam o campo dos estudos de gênero – Teorias Feministas e Teoria Queer, principalmente. Apontou-se para as construções sociais das normas de gênero e para a necessidade de articular politicamente o conceito de cisgeneridade ao lado do conceito de transexualidade, visto que ambos são produtos da cisheteronorma em vigência. Nesse sentido, buscou-se colocar em evidência as/os diversas/os autoras/es que vêm tecendo teorias que problematizam os limites das diferenças entre os gêneros para além de uma construção binária dos sexos e que não seguem à lógicas patologizantes. Inclusive, a *Campanha Internacional pela Despatologização das Identidades Trans* e suas demandas também foram apresentadas.

No âmbito legal, foram trazidos à tona os Princípios de Yogyakarta, um importante instrumento de aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidades de gênero. Após o estudo desses princípios no primeiro capítulo e a análise jurisprudencial realizada no capítulo terceiro, é possível perceber que o Brasil ainda não cumpre os padrões internacionalmente estabelecidos, em nível de direitos humanos, e que deixa uma grande parcela da população trans\* à margem da cidadania, uma vez que o Estado ainda se nega a reconhecer a existência dessas pessoas. Concluiu-se, portanto, que é de suma importância criar e reverberar discursos – tanto nas Ciências Jurídicas quanto fora delas – que respeitem o direito à autodeterminação e possibilitem o livre exercício das identidades de gêneros.

O segundo capítulo se dedica ao estudo aprofundado dos dispositivos legais do ordenamento jurídico que se relacionam com as experiências trans\*. Discorreu-se sobre a disciplina dos direitos da personalidade no âmbito do Código Civil, especialmente o direito à disposição do próprio corpo e o direito ao nome. Quanto ao primeiro, conforme vimos, na verdade o que se apresenta no Código Civil é a indisposição ao próprio corpo, uma vez que só é possível realizar as cirurgias de redesignação sexual se houver expressa disposição médica, o que obriga, legalmente, as pessoas trans\* a se submeterem aos tratamentos patologizantes para que possam realizar as alterações que desejarem em seus próprios corpos. Quanto ao segundo, viu-se que o direito ao nome e à consequente alteração do prenome no registro civil está muito



mais relacionada com a Lei dos Registros Públicos. Este, inclusive, é o marco legal mais abordado neste estudo, pois foram apresentadas todas as suas especificidades, inclusive no que tange a própria ação de retificação de registro civil de pessoas trans\* em si. É válido recordarmos também sobre a obrigatoriedade do registro civil, conforme disposto na Lei dos Registros Públicos, e a dificuldade apresentada em relação ao registro de recém-nascidos intersexo. Especialmente porque não há possibilidade de preencher o registro do sexo civil com qualquer outro termo que não “masculino” ou “feminino” (não se permite o registro de “sexo indefinido”), o que acaba corroborando para as cirurgias de redesignação sexual precocemente realizadas em intersexuais.

Ademais, quanto ao processo de retificação, notou-se que ele é bastante complexo: há dupla possibilidade de competência (Vara dos Registros Públicos ou Vara da Família), é geralmente moroso, exige um corpo probatório robusto e, por vezes, exaustivo de elaborar. Em algumas situações o tempo de duração da ação é prolongado ainda mais por força das intervenções feitas pelo Ministério Público – que, no âmbito de todos os estados analisados (Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais), é o Órgão Público que atua ativamente obstruindo o acesso da população trans\* aos seus direitos. Nos casos em que há decisões favoráveis às alterações registrais, conforme se pôde observar, não existe padrão sobre a publicidade das alterações, uma vez que a lei nada dispõe sobre isso. Idealmente, as/os juízas/es e desembargadoras/es deveriam sempre zelar pelo sigilo das mudanças, uma vez que, se levadas a conhecimento público, essas podem acabar revertendo-se contra o/a própria solicitante, acarretando em mais estigmas e discriminações.

De acordo com a pesquisa doutrinária<sup>65</sup> levantada no segundo capítulo, percebe-se que ainda é preciso que mais doutrinadoras/es escrevam manuais dogmáticos que abordem a transexualidade num viés não-patológico e respeitando as identidades de gênero, tecendo críticas sobre os limites e possibilidades do Código Civil e sobre os posicionamentos das jurisprudências a respeito. A maioria da literatura jurídica sobre o tema deixou profundamente a desejar nesses sentidos. A única autora que, talvez, demonstrou pleno domínio do tema e que, por conta disso, foi inclusive a mais citada nesse estudo, foi a ex-desembargadora gaúcha Maria Berenice Dias (2014).

---

<sup>65</sup> Foram citadas/os, no presente trabalho, oito doutrinadoras/es que falaram alguma – ou qualquer – coisa acerca das experiências trans\* e suas interferências com o ordenamento jurídico, sendo elas/es: Carlos Roberto Gonçalves (2012), Fábio Ulhôa Coelho (2012), Flávio Tartuce (2012), Maria Berenice Dias (2014), Maria Helena Diniz (2012), Pablo Sotlze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho (2012), Paulo Lôbo (2013) e Washington de Barros Monteiro (2011).

O segundo capítulo também se dedicou a analisar todos os Projetos de Lei já propostos sobre o registro civil e/ou identidades de gênero, sendo que todos eles dispunham sobre alterações na Lei dos Registros Públicos. Dentre todas as propostas legislativas analisadas, entendeu-se, por fim, que a mais apropriada para atender as demandas da população trans\* é o Projeto de Lei (PL) 5.002/2013 – Lei de Identidade de Gênero, também chamada de *Lei João W. Nery*. Esse é o único dentre os projetos de lei observados que oferece uma articulação conceitual e operacional, respeitando a autoatribuição de identidade de gênero, prenome, imagem no documento e designação de sexo/gênero. Além disso, esse projeto de lei se inspirou na Lei de Identidade de Gênero argentina que, assim como já fazem diversos outros países<sup>66</sup>, leva as alterações do registro civil de pessoas trans\* à efeito pela via administrativa, através de simples requerimento no cartório onde houver o registro. À rigor, aponta-se que a aprovação do PL 5.002/2013 é a única via possível para solucionar o problema da insegurança jurídica a qual estão submetidas, atualmente, as pessoas trans\* brasileiras, especialmente no diz que respeito ao direito de alteração do registro civil.

O último capítulo apresentou a pesquisa jurisprudencial e tratou de analisar os acórdãos que foram selecionadas para este estudo. Cumprindo seu objetivo específico, foi possível verificar, a partir dos dados coletados, que o Poder Judiciário brasileiro decide de maneira não-uniforme sobre as solicitações de modificação do registro civil de pessoas trans\*, comprovando a hipótese levantada de insegurança jurídica. Para corroborar com tal hipótese, foram selecionados julgados catarinenses e também de outros estados (Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais), do Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal. Ao todo, foram analisadas 17 (dezessete) decisões. Desse número, 12 (doze) casos tratam de pedidos de retificação do registro civil, e outros 5 (cinco) de outras demandas.

Como se pôde constatar, a insegurança jurídica vivenciada pelas pessoas trans\* no Brasil é perceptível e persistirá enquanto não houver uma lei específica sobre as identidades de gênero. Não é possível que continuemos colocando nas mãos das/os julgadoras/es a tarefa de definir se essas pessoas, requerentes, possuem autonomia suficiente para decidir pelas suas próprias identificações ou não; se elas têm o direito ao reconhecimento legal de sua identidade de gênero ou não. Pois, conforme demonstrado, certas/os magistradas/os em primeiro e segundo grau, por todo o país, continuam reproduzindo as mesmas ideologias de um sistema *cisheterossexista* e negando direitos fundamentais a essa parcela da população.

---

<sup>66</sup> Países em que a mudança do registro civil de pessoas trans\* é efetuada administrativamente: Argentina, Austrália, Bolívia, Canadá, Dinamarca, Espanha, Equador, Inglaterra, Noruega e Uruguai.

Enquanto não houver disposição específica em lei sobre o direito à autodeterminação de identidade de gênero, ainda há possibilidade de que o Supremo Tribunal Federal (STF) tome decisões que podem acarretar em mudanças paradigmáticas nos entendimentos jurisprudenciais elaborados no país. A julgar pelos dois casos de Repercussão Geral que atualmente aguardam julgamento na Corte – um deles sobre possibilidade de alteração do registro civil de pessoa trans\* que não tenha realizado a cirurgia de redesignação sexual; o outro sobre discriminação de cunho transfóbico durante o uso de banheiros públicos – é possível dizer que o STF tem, diante de si, possibilidades concretas de zelar pelos direitos fundamentais da população trans\*, especialmente no que tange a dignidade da pessoa humana, e de, quem sabe, amenizar a atual situação de insegurança jurídica, uniformizando a jurisprudência num sentido mais favorável até que o Poder Legislativo cumpra seu papel diante de tal lacuna jurídica.

O Brasil, em comparação com seus vizinhos latino-americanos, já está atrasado na tarefa criar legislação específica sobre as identidades de gênero. O Uruguai foi o primeiro a aprovar uma legislação especificamente voltada às pessoas trans\*, em 2009; trata-se da Lei nº 18.620/09, que garantiu a possibilidade de retificação do registro civil em esfera administrativa, respeitando a autodeterminação identitária das pessoas. A Argentina acompanhou o Uruguai e aprovou uma lei bastante similar, a Lei nº 26.743/12, que entrou em vigor em 2012. Mais recentemente, em 2016, a Bolívia também adotou a Lei nº 807/16, que dispõe, igualmente, sobre as identidades de gênero. No Chile a discussão sobre o projeto de lei que contempla as identidades de gênero já foi aprovado pela comissão de Direitos Humanos do Senado e o cenário é favorável para que logo a lei seja promulgada.

De acordo com uma pesquisa<sup>67</sup> realizada na Argentina após a promulgação da Lei de Identidade de Gênero, elaborada pela Fundação Huésped em parceria com a ATTTA – Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros e que envolveu 498 pessoas trans\* entre os anos de 2013 e 2014, diversas mudanças positivas puderam ser constatadas depois da aprovação desse marco legislativo. Os critérios observados dispunham sobre acesso à saúde integral, políticas para inclusão no mercado de trabalho, aspectos relacionados à educação e aos direitos civis e políticos individuais.

O instituto de pesquisa supramencionado tratou de comparar os dados mais recentemente coletados com outros obtidos anteriormente, em 2011, que serviram justamente para apontar a necessidade de criação de tal legislação. Dentre alguns dos aspectos que

---

<sup>67</sup> O resultado final do levantamento de dados desta pesquisa pode ser encontrado em: <<https://www.huesped.org.ar/wp-content/uploads/2014/05/OSI-informe-FINAL.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2017.

melhoraram após a aprovação da lei, pode-se mencionar: o aumento do acesso aos centros de saúde e aos serviços de saúde diversos (tratamento hormonal, consultas, cirurgias estéticas e redesignação, etc.); avanço na diminuição de discriminação nos serviços públicos e também nos espaços de trabalho; redução significativa no número de evasões da escola ou dos locais de trabalho por conta de discriminação; decréscimo, também, do número de negativas de efetivação de contratos de aluguel ou de compra e venda.

Assim sendo, conclui-se que a aprovação do Projeto de Lei nº 5.002/2013 poderia, também, trazer melhorias para a realidade da população trans\* no Brasil. É preciso que seja promulgada, o quanto antes possível, essa proposta legislativa que busca tentar corrigir os erros produzidos aos longos desses anos de exclusão jurídica dessa população. No entanto, tal afirmação não pressupõe que a aprovação da lei seja um fim em si. É longo o caminho para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que garanta a todas/os o direito de existirem, enquanto indivíduos dotados de cidadania, da forma como se identificarem.

Ou seja, ainda que sejam garantidos alguns direitos básicos – algo que já deveria ter sido feito há muito tempo – os estigmas de uma sociedade *cisheteronormativa* permanecem, as situações de transfobia continuam acontecendo e, especialmente no que tange à empregabilidade ou à possibilidade de obtenção de renda por outro meio que não o da prostituição, as possibilidades ainda são raras.

Diante disso, tomo, para encerrar, uma referência à pesquisadora trans Viviane Vergueiro (2015) que, em sua dissertação de mestrado, retomou alguns ensinamentos de Malcom X, um importante ativista que marcou a história do movimento negro. A autora recuperou e traduziu a seguinte fala de Malcom X, extraída de uma entrevista:

**Eu nunca direi que estamos tendo progresso. Se você enfiar uma faca 9 polegadas nas minhas costas e a retirar 6 polegadas, isso não é progresso. Se você a retirar totalmente, isto não significa progresso. O progresso é curar a ferida que o esfaqueamento causou. E eles sequer começaram a retirar a faca, quanto menos curar a ferida. Eles sequer admitem que a faca está lá. (VERGUEIRO, 2015, p.204-205).**

Portanto, Viviane orienta que precisamos estar atentas/os para não confundirmos aquilo que é uma retirada de faca parcial – ou, em outras palavras, uma amenização das violências – com aquilo que está efetivamente comprometido com a cura, a reparação, e a promoção dos direitos humanos trans\*. Melhorar as perspectivas jurídicas dessa população e aprovar um projeto de lei que zele pela autodeterminação das identidades de gênero é o mínimo necessário, é o começo de uma possível reparação social que já é devida há muito tempo.

## REFERÊNCIAS

### 1. Referências documentais

BRASIL. *Brasil sem homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf)>

\_\_\_\_\_. *Código Civil. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Brasília, 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)>.

\_\_\_\_\_. *Código Penal. Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Brasília, 1940. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)>.

\_\_\_\_\_. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>.

\_\_\_\_\_. *Lei n° 6.015 de 1973. Lei dos Registros Públicos*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015.htm)>.

\_\_\_\_\_. *Portaria n° 457 de 2008*. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457\\_19\\_08\\_2008.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html)>.

\_\_\_\_\_. *Portaria n° 2.836, de 2011*. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836\\_01\\_12\\_2011.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html)>.

\_\_\_\_\_. *Portaria n° 2.803 de 2013*. Brasília: Ministério da Saúde, 2013a. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803\\_19\\_11\\_2013.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html)>.

\_\_\_\_\_. *Projeto de Lei n° 5.002 de 2013*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013b. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>>.

\_\_\_\_\_. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *PGR pede que Supremo reconheça direito de transexuais a mudar de nome*. 2009. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=111026>>.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. *Resolução CFM N° 1.482/97*. 1997. Disponível em: <[http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/1997/1482\\_1997.htm](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/1997/1482_1997.htm)>.

\_\_\_\_\_. *Resolução CFM N° 1.652/2002*. 2002. Disponível em: <[http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2002/1652\\_2002.htm](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2002/1652_2002.htm)>.

\_\_\_\_\_. *Resolução CFM N° 1995/2010*. 2010. Disponível em: <[http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1955\\_2010.htm](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1955_2010.htm)>.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Processo transexualizador: CFP disponibiliza nota técnica para consulta pública*. 2013. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/processotransexualizador/>>.

\_\_\_\_\_. *Resolução CFP Nº 1/1999*. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/resolucoes/resolucao-n-1-1999/>>.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. *Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans*. 2013. Disponível em: <[http://crpsp.org.br/portal/midia/fiquedeolho\\_ver.aspx?id=686](http://crpsp.org.br/portal/midia/fiquedeolho_ver.aspx?id=686)>.

## 2. Referências bibliográficas

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENTO, B. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

\_\_\_\_\_. *A campanha internacional de ação pela despatologização das identidades trans: entrevista com o ativista Amets Suess*. Revista Estudos Feministas, v. 20, n.2, 2012.

\_\_\_\_\_. *Nome social para pessoas trans: Cidadania precária e gambiarra legal*. Contemporânea, v. 4, n. 1, 2014a. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/197>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. *Brasil: O país do transfeminicídio*. Revista Fórum, 2014b. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/06/brasil-o-pais-transfeminicidio/>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

BENTO, B.; PELÚCIO, L. *Despatologização do Gênero: A politização das identidades abjetas*. Revista Estudos Feministas, v. 20, n. 2, Florianópolis, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2012000200017&lng=pt&nrm=iso&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200017&lng=pt&nrm=iso&tlng=en)>. Acesso em: 13 fev. 2017.

BUTLER, J. *Corpos que pesam: Sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

\_\_\_\_\_. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CAPPI, Riccardo. *Pensando respostas às condutas criminalizadas: um estudo empírico dos debates parlamentares sobre redução da maioridade penal (1993 – 2010)*. Revista de Estudos Empíricos em Direito. Vol. 1, n. 1, jan. 2014, p. 10 – 27.

CIDADE, M. L. R. *Nomes (im)próprios: Registro civil, norma cisgênera e racionalidades do Sistema Judiciário*. Dissertação. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

CIDADE, M. L. R.; BICALHO, P. P. *O nome é a primeira coisa: reflexões sobre a alteração do registro civil de pessoas trans no estado do Rio de Janeiro*. Associação Brasileira de Estudos de Homocultura. 2014.

CENEVIVA, W. *Lei dos registros públicos comentada*. 17. Ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

COELHO, F. U. *Curso de direito civil: parte geral*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DELEUZE, Gilles. Conversações, 1972-1990. Tradução de Peter Pál Pelbart. In: Coleção TRANS. São Paulo: Editora 34, 1992. p.209-210.

DIAS, M. B. *Homoafetividade e os Direitos LGBTI*. 6. ed. reformulada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

DINIZ, M. H. *Curso de Direito Civil Brasileiro, Volume 1: Teoria Geral do Direito Civil*. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FERNANDES, E. B. D. *Os direitos da personalidade e a problemática dos transexuais*. Revista de Direito do Monitores do UFF, 2010. Disponível em: <<http://www.rdm.uff.br/index.php/rdm/article/view/133/80>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

\_\_\_\_\_. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2013.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: 4ª Edição Paz e Terra, 2016.

\_\_\_\_\_. *Os anormais: Curso no Collège de France 1974-1975*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GAGLIANO, P. S. & FILHO, R. P. *Direito Civil - Parte Geral 1*. 14ª edição. São Paulo: Saraiva, 2012.

GLASER, B. G., & STRAUSS, A. L. *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. New York: Aldine, 1967.

GONÇALVES, C. R. *Direito Civil Brasileiro, Volume 1: Parte Geral*. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

HARAWAY, D. *Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. Cadernos Pagu, n. 5, 1995.

JESUS, J. G. *Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária*. In: Anais do VI Congresso Internacional de Estudos sobre a diversidade sexual e de gênero da ABEH. Salvador: UFBA, 2012.

\_\_\_\_\_. *Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio*. In: MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). (In)Visibilidade Trans 2. História Agora, v.16, nº 2, 2013.

\_\_\_\_\_. *Interlocuções teóricas do pensamento transfeminista*. In: JESUS, J. G. *Transfeminismo: Teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

JESUS, J. G.; ALVES, H. *Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais*. Cronos, v. 11, n. 2, 2010.

KAAS, H. *O que é transfeminismo? Uma breve introdução*, 2015. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/371874/mod\\_resource/content/0/Encontro%206%20-%20O-que-%C3%A9-Transfeminismo.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/371874/mod_resource/content/0/Encontro%206%20-%20O-que-%C3%A9-Transfeminismo.pdf)>. Acesso em: 17 jan. 2017.

KOTLINSKI, K. *Legislação e Jurisprudência LGBTTT*. Brasília: Letras Livres, 2007. Disponível em: <[http://www.mpgp.mp.br/portalweb/hp/41/docs/livro\\_legislacao\\_e\\_jurisprudencia\\_lgbttt.pdf](http://www.mpgp.mp.br/portalweb/hp/41/docs/livro_legislacao_e_jurisprudencia_lgbttt.pdf)> Acesso em: 23 abr. 2017.

KOYAMA, E. *The transfeminist manifesto*. 2001. Disponível em: <<http://eminism.org/readings/pdf-rdg/tfmanifesto.pdf>>. Versão traduzida (não-oficial) para o português: <<https://bookblokrda.files.wordpress.com/2014/06/manifesto-transfeminista.pdf>>. Acesso em 17 jan. 2017.

LAPERRIÈRE, Anne. *A teorização enraizada (grounded theory): procedimento analítico e comparação com outras abordagens similares*. In: Poupard, Jean et al. *A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos*. Coleção Sociologias. Petrópolis. Ed. Vozes. 2008.

LIMA, L. F. *A “verdade” produzida nos autos: uma análise de decisões judiciais sobre retificação de registro civil de pessoas transexuais em Tribunais brasileiros*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2015.

LIONÇO, T. *Atenção integral à saúde e diversidade sexual no processo transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios*. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, n. 19, p. 43-63, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312009000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000100004)>. Acesso em: 05 mai. 2017.

LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Org.). *Homofobia e Educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: Editora UnB, 2009. Disponível em: <[http://www.sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/2009/05/homofobia\\_e\\_educacao.pdf](http://www.sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/2009/05/homofobia_e_educacao.pdf)>. Acesso em: 05 mai. 2017.

LITARDO, E. *Os corpos desse outro lado: a lei de identidade de gênero na Argentina*. Méritun. Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 193-226, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/meritun/article/view/2167>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

LÔBO, P. *Direito Civil: Parte Geral*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MIGUEL, L. F. *A identidade e a diferença*. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F., *Feminismo e Política: uma introdução*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MONTEIRO, W. B. *Curso de Direito Civil, v. 1: Parte Geral*. 43. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

REDE INTERNACIONAL PELA DESPATOLOGIZAÇÃO TRANS. *Manifesto*. 2012. Disponível em: <<http://www.stp2012.info/old/pt/manifesto>>. Acesso em: 08 mai. 2017.

RICH, A. *Heterossexualidade Compulsória e Existência Lésbica*. In: Revista Bagoas – Estudos Gays: Gênero e Sexualidades. v. 4, n. 05. Natal: UFRN, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>>. Acesso em: 19 mai. 2017.



RUBIN, G.; BUTLER, J. *"Tráfico sexual: entrevista"*. Cadernos Pagu, Campinas, n. 21, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332003000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332003000200008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 17 jan. 2017.

SWIECH, O. *O sexo e o nome das pessoas trans: Com que corpo se passa pela norma jurídica?* Monografia. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

SÁ NETO, C. E. *Os efeitos do reconhecimento da diversidade sexual como um direito humano pelo sistema interamericano de proteção*. Dissertação de mestrado. Natal: UFRN, 2014. Disponível em: <[http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/123456789/19609/1/ClarindoEpaminondasDeSaNeto\\_DISSERT.pdf](http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/123456789/19609/1/ClarindoEpaminondasDeSaNeto_DISSERT.pdf)>. Acesso em: 03 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. *A personalidade jurídica individual e as identidades de gênero: a contribuição do princípio da fraternidade para a promoção do trânsito entre os gêneros*. Tese de doutorado. Florianópolis: UFSC, 2017.

\_\_\_\_\_. *Diversidade sexual: direito humano ou direito a ser humano?* Erechim: Deviant, 2015.

SÁ NETO, C. E.; GURGEL, Y. M. P.. *Caminhando entre a (in) visibilidade: uma análise jurídica sobre o projeto de lei nº 5.012/2013 – Lei de Identidade de Gênero*. In: Revista Direito e Liberdade – Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte. Natal, v.16, n.1, jan/abr. 2014. Quadrimestral.

SZANIAWSKI, Elimar. **Limites e Possibilidades do Direito de Redesignação do Estado Sexual: estudo sobre o transexualismo: aspectos médicos e jurídicos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

VENOSA, S. S. *Direito civil: parte geral*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VIEIRA, H. *Vamos falar de transfeminismo?* Revista Fórum, 2015. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/osentendidos/2015/02/22/vamos-falar-de-transfeminismo/>> Acesso em: 15 mai 2017.

VERGUEIRO, V. *Pela descolonização das identidades trans*. In: Anais do VI Congresso Internacional de Estudos sobre a diversidade sexual e de gênero da ABEH. Salvador: UFBA, 2012.

\_\_\_\_\_. *É a natureza quem decide? Reflexões trans\* sobre gênero, corpo e (ab?)uso de substâncias*. In: JESUS, J. G. Transfeminismo: Teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

\_\_\_\_\_. *Explorando momentos de gêneros inconformes – Esboços autoetnográficos*. In: Anais do Seminário Internacional Desfazendo Gênero. Natal: UFRN, 2013. Disponível em: <[https://www.academia.edu/4269977/Explorando\\_momentos\\_de\\_g%C3%AAneros\\_inconformes\\_-\\_esbo%C3%A7os\\_autoetnogr%C3%A1ficos](https://www.academia.edu/4269977/Explorando_momentos_de_g%C3%AAneros_inconformes_-_esbo%C3%A7os_autoetnogr%C3%A1ficos)>. Acesso em 20 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA, 2015.

WITTIG, M. *The Straight Mind and Other Essays*. Boston: Beacon Press, 1992.

## GLOSSÁRIO

**Agênero:** pessoa que não se identifica com nenhum gênero existente, nem se comporta socialmente como tal, mantendo a identidade dentro do espectro não-binário.

**Andrógino:** pessoa que não se identifica com os gêneros binários (homem e mulher), mas que em sua identidade carrega características e comportamentos desses gêneros. De acordo com a etimologia da palavra: andr(o) – “homem” + {-}gino – “mulher”.

**Bigênero:** pessoa que se identifica com ambos os gêneros, feminino e masculino, alternada e/ou simultaneamente.

**Binarismo ou binariedade (de sexos ou de gêneros):** característica daquilo que só comporta dois aspectos, dualidade; frequentemente associado ao comportamento social-normativo de apenas dar visibilidade e legitimar os sexos/gêneros de acordo com o binarismo masculino/homem e feminino/mulher.

**Bissexual:** pessoa, seja mulheres ou homens, cis ou trans\*, que sente atração sexual e/ou afetiva por pessoas de ambos os sexos/gêneros feminino/masculino, quer ao mesmo tempo, ou em fases distintas da vida.

**Cis ou cisgênero ou cissexual:** pessoa(s) que não é trans\*; pessoa(s) que se identifica com o sexo/gênero que lhe foi determinado em seu nascimento.

**Cisgeneridade:** perspectiva de gênero de quem é *cis*. Esse termo foi criado para demarcar politicamente quem é trans\* e quem não é, para visibilizar o cissexismo de nossa sociedade.

**Cisheteronormatividade:** trata-se da articulação teórica entre o conceito de *cisnormatividade* de *heteronormatividade*; é um padrão de comportamento social, naturalizado e normatizado, que impõe a necessidade de convergência entre identidade de gênero, sexo biológico designado e sexualidade, pensadas exclusivamente aos moldes do binarismo dos sexos/gêneros e da heterossexualidade como única forma de exercer a sexualidade possível. A sua operação nas sociedade se dá de forma sistêmica, muitas vezes quase imperceptível, e geralmente acaba resultando em *transfobia* ou *homofobia* ou *lesbofobia* ou *bifobia* ou *cissexismo*.

**Cisnormatividade ou cisnorma:** comportamento social, enraizado na matriz cultural, que torna compulsória, normatiza e universaliza a perspectiva cisgênera de gênero, isto é, que valoriza e considera válida somente a condição de gênero de quem é *cis*, o que acaba resultando em *transfobia* e/ou *cissexismo*.

**Cissexismo ou cissexista:** *cissexismo* é a estrutura social que corrobora a discriminação de pessoas trans\*; *cissexista* são os atos e comportamentos diários que reforçam essa discriminação em uma sociedade cis-cêntrica e cis-normativa. As relações de poder que se

estabelecem nesses moldes sociais excluem as demandas das pessoas trans\*, invisibilizam suas existências ou negam-lhes o poder de decisão e de autodeterminação sobre suas identidades de gênero, reforçando a heteronormatividade e o binarismo dos sexos/gêneros.

**Cirurgia de redesignação sexual ou de transgenitalização:** é uma espécie de cirurgia ao qual algumas pessoas trans\* escolhem se submeter, destinada a fazer adaptações em seus órgãos genitais. Não é adequado usar o termo “cirurgia de mudança de sexo”, pois tal conotação pode levar a crer que é a cirurgia que valida o gênero/sexo das pessoas trans\*, o que não é verdade. Algumas pessoas trans\* não têm a intenção de realizar tais cirurgias e nem por isso deixam de ser quem são. Por vezes, essas espécies de cirurgias são apresentadas como medidas terapêuticas para “pacientes transexuais” que sintam desconforto com suas genitais.

**Despatologização (das identidades trans):** é uma ideia promovida através de movimentos e campanhas no mundo todo, sustentando que as identidades de gênero trans\* não devem mais serem compreendidas científica e socialmente como patologia, anomalia ou *disforia de gênero*. Algumas das demandas desses movimentos se consistem em: retirada da transexualidade dos manuais de doenças mentais; direito de modificar o nome e sexo nos documentos oficiais sem necessidade de avaliação médica/psicológica; direito a decidir livremente sobre modificações corporais; fim das operações a recém-nascidos/as intersex; entre outras. Para mais informações, consultar a referência bibliográfica: Rede Internacional Pela Despatologização Trans, 2012.

**Disforia de gênero:** considerada como uma espécie de transtorno mental, a disforia de gênero se consiste em um desconforto persistente com o sexo imposto no nascimento e por um sentimento de inadequação no papel social deste gênero. Esse diagnóstico não pode ser feito se o indivíduo tem genitálias ambíguas (*intersexo*). Em 2012, houve a revisão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders - DSM), que passou a ser conhecido como DSM-5. O novo manual deixa de classificar a transexualidade como uma desordem, transtorno mental ou transtorno de identidade de gênero, já que estes termos estariam associadas à uma patologia, e passa usar o termo *disforia de gênero* nos casos de transexualidade. No entanto, de acordo com a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID 10, a transexualidade ainda é considerada um transtorno de identidade de gênero. Ou seja, as experiências trans ainda são vistas como patologias, e mesmo que o termo *disforia de gênero* tenha surgido como uma espécie de eufemismo para tal patologização, não mudou a realidade das pessoas trans\*, que ainda necessitam de diagnósticos para obterem o acesso à demais direitos.

**Feminismo(s):** trata-se de um movimento social, político e filosófico, o qual, enquanto movimento articulado, teve sua origem no século XIX, com as sufragistas, porém só se estruturou no início do século XX. Originalmente organizado e liderado por mulheres feministas, o feminismo tem como base central a luta contra a opressão de gênero, isto é, contra o patriarcado. Apesar de ser uma palavra geralmente usada no singular, o feminismo deve ser entendido na sua pluralidade, seja de vertentes, seja de pautas ou bandeiras levantadas.

**Feminista:** pessoa que protagoniza o movimento feminista, isto é, quem sofre com o sistema patriarcal e luta contra ele. Atualmente, com o desenvolvimento dos estudos de gênero, não só as mulheres têm participado da frente feminista, mas também muitos homens trans\*; homens cis que apoiam a luta, como não são protagonistas, são chamados de pró-feministas, ou seja, são aliados da causa.

**Gênero:** é uma construção social que atribui uma série de características para diferenciar homens e mulheres em razão de seu sexo (biológico).

**Gênero não-conforme:** considera-se a identidade de gênero de uma pessoa que não subscreve as expressões de gênero ou funções que deles se espera pela sociedade.

**Gênero fluido:** considera-se a identidade de gênero de uma pessoa que flui entre os gêneros masculino, feminino e neutro, conforme se sinta em cada dia e em cada momento, inclusive, podendo variar algumas vezes no mesmo dia. Ser fluido pressupõe um movimento entre dois ou mais gêneros, que acontece naturalmente na identidade/expressão de gênero da pessoa.

**Gênero *queer*:** considera-se a identidade de gênero de uma pessoa cuja identidade/expressão de gênero cai fora da norma dominante da sociedade de seu sexo atribuído; é além dos gêneros, ou é algum tipo de combinação entre gêneros.

**Gênero-variante:** considera-se a identidade de gênero de uma/qualquer pessoa cuja identidade/expressão de gênero diverge daquelas características culturalmente esperadas de seu sexo biológico/atribuído.

**Homossexual:** pessoa que sente atração sexual, afetiva ou romântica, por pessoas do mesmo gênero/sexo que o seu próprio.

**Homossexualidade:** característica, condição ou qualidade de um ser (humano ou não) que sente atração física, estética e/ou emocional por outro ser do mesmo sexo/gênero. Enquanto orientação sexual, a homossexualidade se refere a um padrão duradouro de experiências sexuais, afetivas e românticas, principalmente ou exclusivamente entre pessoas do mesmo sexo; também se refere a um indivíduo com senso de identidade pessoal e social com base nessas atrações, manifestando comportamentos e aderindo a uma comunidade de pessoas que compartilham da mesma orientação sexual.

**Homem cisgênero** ou **homem cis**: pessoa cujo sexo, no momento do nascimento, foi designado como masculino, e que encontra conformidade com o papel social de gênero masculino, enxergando-se biológica e socialmente como homem.

**Homem transexual** ou **transgênero** ou **homem trans**: pessoa que não sente sua identidade/expressão de gênero seja correspondente ao sexo designado após o nascimento; apresenta-se socialmente e compreende-se enquanto homem, ainda que tenha sido designado como mulher ao nascimento.

**Homofobia**: é uma série de atitudes e sentimentos negativos em relação à pessoas homossexuais (podendo também se referir à pessoas bissexuais e, em alguns casos, contra transgêneros e pessoas intersexuais). As definições para o termo referem-se variavelmente a antipatia, desprezo, preconceito, aversão e medo irracional. A homofobia é observada como um comportamento crítico e hostil, assim como a discriminação e a violência com base na percepção de que todo tipo de orientação sexual não-heterossexual é negativa.

**Heteronormatividade**: um termo usado para descrever situações nas quais orientações sexuais diferentes da heterossexual são marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por práticas sociais, crenças ou políticas. Isto inclui a ideia de que os seres humanos recaem em duas categorias distintas e complementares: macho e fêmea; que relações sexuais e maritais são normais somente entre pessoas de sexos diferentes; e que cada sexo tem certos papéis naturais na vida. Assim, sexo biológico, identidade de gênero e papel social de gênero deveriam enquadrar qualquer pessoa dentro de normas integralmente masculinas ou femininas, e a heterossexualidade é considerada como sendo a única orientação sexual normal/possível. Aquelas/es que identificam e criticam a heteronormatividade dizem que esta distorce os discursos ao estigmatizar conceitos desviantes tanto de sexualidade quanto de gênero.

**Heterossexismo**: semelhante ao termo anterior, *heteronormatividade*, este termo proposto por Craig Rodwell, em 1971, destinado à designar a atitude de preconceito, discriminação, negação, estigmatização ou ódio contra toda sexualidade que não seja a heterossexual, expressa de forma sistêmica. É a suposição de que as pessoas são todas heterossexuais ou de que o heterossexualidade é superior e mais desejável do que as demais orientações sexuais. Apesar de ser considerada uma forma de discriminação, diferencia-se da *homofobia* porque esta refere-se ao nível individual, enquanto o heterossexismo tem sido utilizado para designar a opressão praticada por todo um grupo social ou instituição.

**Identidade de gênero**: está ligada ao sentido interno de cada pessoa em relação ao gênero com o qual esta pessoa se reconhece – mulher, homem, *não-binária*, *queer*, etc, são todas identidades

de gênero. A identidade de gênero não depende do sexo “biológico” ou dos órgãos genitais, já que nenhuma característica anatômica define o gênero senão a autodeterminação.

**Intersexuais** ou **intersexo**: pessoas que possuem gênitais ambíguos, com características de ambos os sexos; podem se reconhecer como homem ou como mulher, independente da característica física. Antigamente, tais pessoas eram comumente chamadas de “hermafroditas”, apesar de não ser um termo bem-aceito. O gênero dessas pessoas não está necessariamente ligado à anatomia.

**LGBT (ou LGBT\* ou LGBTQ+ ou LGBTI)**: sigla que representa a união entre lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans\* (transexuais, travestis, transgênero, não-brinários, intersexuais, etc.); também é possível encontrar outras variações para esta mesma sigla, por exemplo: LGBTQ+, sendo que a letra “Q” representa o termo *queer* (consultar verbete específico); ou LGBTI, sendo que a letra “I” representa pessoas intersexuais/intersexo (consultar verbete específico) que geralmente são invisibilizadas dentro da grande categoria “trans\*”.

**Lesbofobia**: é uma série de atitudes e sentimentos negativos em relação à mulheres lésbicas como indivíduos, como um casal ou como um grupo social. Esta negatividade engloba preconceito, discriminação e abuso, além de atitudes e sentimentos variando de desdém à hostilidade ou até mesmo à violência física. Como tal, a lesbofobia é a intersecção do *sexismo* (consultar verbete específico) com a *homofobia* (consultar verbete específico).

**Machismo**: é um dos pilares da sociedade patriarcal (a sociedade que é centrada no homem/figura paterna); trata-se da ideia de que o homem (cis) é superior, dotado de capacidades específicas que uma mulher (cis ou trans) nunca poderia ter e, portanto, merecedor de posições que uma mulher não poderia alcançar. Uma sociedade machista tende a proteger e privilegiar os homens (cis), que ocuparão os principais lugares de poder. O machismo também se opera de diversas maneiras, cotidianamente, oprimindo socialmente as mulheres (cis e trans).

**Mulher cis** ou **cisgênero**: pessoa que, quando nasceu, foi designada como sendo mulher (a partir da constatação da genitália vagina) e que se identifica com tal gênero, vivendo-o plena e socialmente.

**Mulher trans** ou **transgênero** ou **transexual**: pessoa que, quando nasceu, foi designada como sendo homem (a partir da constatação da genitália pênis), mas que não se identifica com essa atribuição, pois compreende sua identidade de gênero como sendo feminina, logo, é uma mulher que quando nasceu não teve o verdadeiro gênero designado.

**Não-binária** ou **não-binário** ou **não-binária** (referindo-se à pessoa ou à categoria de identidades de gênero): pessoa que não se identifica com os gêneros binários homem/mulher.

Às vezes essa não-identificação é uma negação total de ambos os gêneros (não ser homem, nem mulher); às vezes, é uma negação à uma delimitação única (ser homem e ser mulher, ambos).

**Neocolpovulvoplastia:** transgenitalização de pênis para vagina

**Neofaloplastia** e/ou **Metoidioplastia:** transgenitalizações de vagina para pênis

**Nome social:** é o nome pelo qual pessoas trans\* e travestis preferem ser chamadas cotidianamente, em contraste com o nome oficialmente registrado que não reflete sua identidade de gênero.

**Orientação sexual:** Indica o impulso sexual de cada indivíduo, aponta para a forma como ele vai canalizar sua sexualidade e seus afetos. A orientação sexual tem como referência o gênero pelo qual a pessoa sente atração, desejo afetivo e sexual. Quando for por uma pessoa que se identifica com o gênero diverso ao seu, se diz que a pessoa é heterossexual. Se for alguém do mesmo gênero, diz-se homossexual. Se a atração for por pessoas de ambos os gêneros, bissexual.

**Opressão:** estrutura social desigual, hierárquica ou assimétrica que beneficia determinado grupo (opressor) em detrimento da discriminação-dominação-exploração de outro grupo (oprimido).

**Patriarcado:** opressão ou sistema de dominação-exploração das mulheres, cisgêneros ou transgêneros, dos homens trans e de pessoas não binárias, pelos homens/cisgêneros. Apesar de o foco central de opressão patriarcal se voltar contra as mulheres, os homens trans, sobretudo os que não transacionaram ou que não são lidos como homens (por causa da cis-normatividade) e pessoas não binárias também sofrem com esse sistema de opressão. São os principais pilares do patriarcado: o machismo, a misoginia, o androcentrismo e o falocentrismo.

**Processo transexualizador** ou **transição:** é um processo individualizado pelo qual pessoas trans\* passam quando se adequam de uma determinada apresentação de gênero para outra. Há três aspectos gerais para a transição: o aspecto do nome (utilização de um nome social ou de outro prenome mesmo), os aspectos médicos/biológicos (administração de hormônios, cirurgias, etc), e os aspectos jurídicos (ou seja, mudança do prenome e do sexo/gênero no registro civil). Todavia, uma pessoa pode ser trans\* ainda que não tenha realizado nenhuma dessas transições.

**Patologização:** Ato ou efeito de patologizar, de transformar em doença ou anomalia, mesmo que não seja.

**Queer:** palavra que pode ser usada em dois termos diferentes: um se refere à corrente teórica-filosófica da **Teoria Queer** (ver verbete específico neste glossário); outro se refere à expressão/identidade de gênero de uma pessoa que escapa do padrão socialmente estabelecido



de normas de gênero e sexualidade. Isso pode incluir – mas não está limitado a – gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, transgêneros, intersexuais, assexuais, *drag queens*, etc. Também funciona como uma espécie de negação à qualquer tentativa de enquadramento das diferentes experiências de identidade de gênero – “não sou homem ou mulher, cis ou trans, sou queer”. Este termo tem significados diferentes para pessoas diferentes. Originalmente, conotação dessa palavra, que deriva da língua inglesa, era ofensiva, representando algo estranho, anormal, uma aberração. Ainda hoje algumas pessoas a consideram ofensiva, mas o termo foi recuperado e apropriado pelo movimento de pessoas LGBT\* para abranger o sentido mais amplo da história do movimento.

**Registro civil:** documento oficial, regido juridicamente pela Lei de Registros Públicos (nº. 6.015/73), emitido por agente cartorário autorizado, contendo dados pessoas de todos os membros da sociedade civil e dos fatos jurídicos de maior relevância em suas vidas. Sua finalidade é de autenticidade, segurança e eficácia, devendo servir para provar a situação jurídica de alguém para terceiros. Podem ser considerados registros civis: a certidão de nascimento (mais comum), certidão de casamento e de óbito, por exemplo.

**Retificação do registro civil:** uma vez que as informações contidas no registro civil são definitivas, a alteração das informações contidas neste documento também estão sujeitas ao regime da Lei de Registros Públicos, que estipula as possibilidades e os meios jurídicos para alteração deste documento. Assim sendo, aquela/e que desejar alterar seu prenome e/ou sexo/gênero que constam no registro civil, como é o caso de diversas pessoas trans\*, deverá ingressar com a demanda de retificação de registro civil perante o Poder Judiciário, a fim de obter autorização judicial para realizar tais alterações.

**Sexo (biológico):** Conjunto de características morfológicas e biológicas, identificadas, externamente, pelos órgãos sexuais. O sexo não determina a orientação sexual e nem a identidade de gênero. Apenas serve de referência para o reconhecimento genital. É a partir da designação do sexo que se iniciam as construções sociais sobre as pessoas, forçando-as a um comportamento compreendido socialmente como masculino ou feminino. As pessoas *intersexo*, que não são enquadráveis no *binarismo* dos sexos masculino/feminino, são geralmente forçadas, ainda quando crianças e com o consentimento das mães e dos pais, a terem seus genitais modificados cirurgicamente para se enquadrarem em algum dos moldes binários de homem/masculino ou mulher/feminino.

**Sexismo:** é o preconceito ou discriminação baseada no sexo/gênero de uma pessoa. Pode afetar qualquer gênero, mas é particularmente percebido como afetando mulheres e meninas. Tem sido ligado a estereótipos e papéis de gênero e pode incluir a crença de que um determinado

sexo/gênero é intrinsecamente superior a outro. O sexismo extremo pode fomentar o assédio sexual, estupro e outras formas de violência sexual.

**Trans(\*):** expressão utilizada como um termo “guarda-chuva”, que se refere à diferentes identidades: mulheres e homens trans, travestis, transgêneros, não-binários, de gênero fluido e até mesmo pessoas intersexo. Por ocasião do *Congresso Internacional sobre Identidad de Género y Derechos Humanos* – Congenid, realizado em Barcelona, no ano de 2010, foi aprovada a utilização apenas da abreviação trans\* ou da letra T\*, ambas com asteriscos, para abranger a todas as manifestações da transgeneridade – qualquer pessoa cuja identidade de gênero não coincide de modo exclusivo e permanente com o sexo designado ao nascimento.

**Transexuais:** são pessoas que, às vezes desde muito jovens, não aceitam o sexo que lhes foi designado ao nascimento; geralmente, sentem-se em desconexão psíquico-emocional com este e, de modo geral, buscam todas as formas adequações corporais que correspondam à identidade de gênero que se sentem pertencentes.

**Transfobia:** série de atitudes ou sentimentos negativos em relação às *pessoas trans\** – travestis, transexuais, transgêneros. Seja intencional ou não, a transfobia pode causar severas consequências para quem por ela é assim discriminado. As pessoas trans\* também podem ser alvo da *homofobia*, tal como homossexuais podem ser alvo de *transfobia*, por parte de pessoas que incorretamente não distinguem identidade de gênero de orientação sexual.

**Transgeneridade:** perspectiva de gênero de quem é uma *pessoa trans\**.

**Transgêneros:** são indivíduos que ultrapassam as fronteiras do gênero esperado e construído socialmente para um sexo e para o outro sexo; pessoa que possui identidade de gênero diferente da designada ao nascimento e que pode, ou não, realizar intervenções corporais para se adequar à identidade de gênero que se sente pertencente.

**Travestis:** são mulheres que, ao nascimento, foram designadas como homens, mas que se vestem, se assumem e se identificam como do gênero feminino. Não sentem repulsa por sua genitália, como ocorre com algumas pessoas transexuais, e por isso, não perseguem a redesignação cirúrgica dos órgão sexuais. Não é correto dizer “o” travesti, apenas “a” travesti. Não existem travestis homens.

**Transexualidade:** refere-se à condição do indivíduo transexual, ou seja, de uma pessoa cuja identidade de gênero difere daquela designada no nascimento e que procura fazer a transição para o gênero que se identifica através de diversas mudanças corporais (às vezes realizando, inclusive, ingestão de hormônios ou cirurgia de redesignação sexual).

**Transfeminismo** é uma corrente do feminismo voltada especialmente às questões da transgeneridade. O transfeminismo nasce da aplicação de conceitos transgêneros ao discurso

feminista, e do discurso feminista sobre os conceitos da transgeneridade; e tem suas raízes no feminismo negro, trazendo como um de seus conceitos centrais a interseccionalidade. O transfeminismo, ou feminismo transgênero, é tanto como uma filosofia quanto como uma prática acerca das identidades trans, que visa a transformação dos feminismos a partir de uma crítica fundamental à biologização do conceito de gênero, reconhecendo que confundir sexo biológico e gênero corresponde a somente considerar mulheres cisgênero como mulheres, e homens cisgênero como homens, excluindo assim mulheres e homens transgênero. O transfeminismo é um conceito relativamente novo, ainda cercado de desinformações, mas que vem se desenvolvendo teoricamente a partir do trabalho de alguns pensadores e pesquisadores, e tem crescido e sendo assimilado ao discurso feminino oficial na medida em que mais e mais mulheres trans reivindicam e participam de atividades, grupos, eventos e encontros feministas.

**Transfeministas:** pessoas que protagonizam o movimento transfeminista e que se posicionam neste sentido, lutando contra às opressões de gênero e sexualidade sofridas por mulheres (cis e trans) e homens trans.

**Teoria *Queer*:** é uma teoria sobre o gênero que afirma que a orientação sexual e a identidade sexual ou de gênero dos indivíduos são o resultado de uma construção social e que, portanto, não existem papéis sexuais essencialmente biológicos, inscritos na natureza humana, mas formas socialmente variáveis de desempenhar um ou vários papéis sexuais. Não há uma definição genericamente aceita para esta corrente de pesquisa acadêmica e forma particular de política pós-identitária. De uma forma geral, é possível afirmar que a teoria queer busca ir além das teorias baseadas na oposição entre homens e mulheres e também aprofundar os estudos sobre minorias sexuais (bissexuais, gays, lésbicas, trans\*) dando maior atenção aos processos sociais amplos e relacionados que sexualizam a sociedade como um todo.